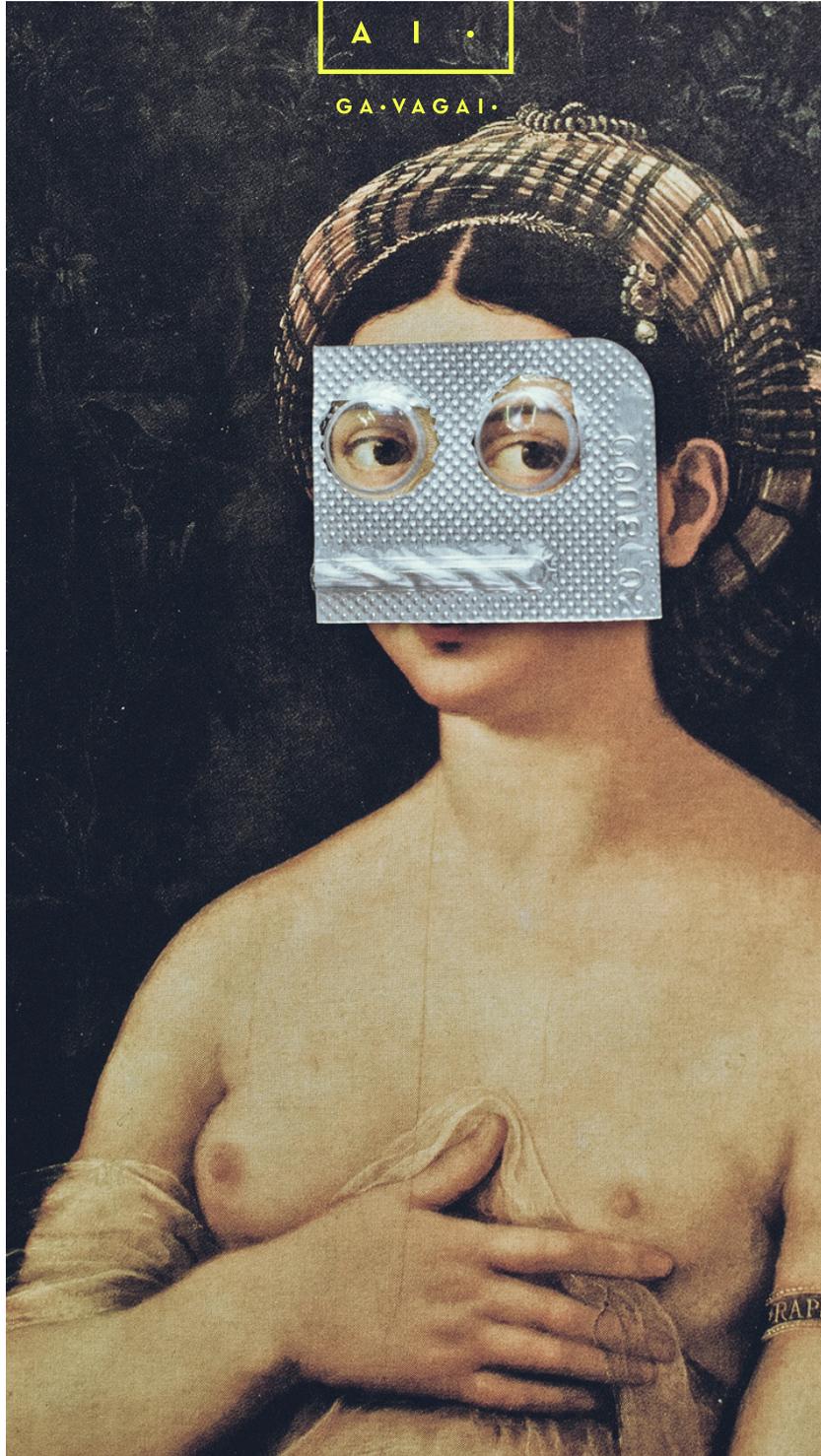


G A •
V A G
A I •

GA•VAGAI•





• GAVAGAI •

• REVISTA INTERDISCIPLINAR DE HUMANIDADES •

Grupo de Trabalho do Mestrado de Ciências Humanas
Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim

Endereço para correspondência / Dirección postal / Mailing address
Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim
Gavagai - Revista Interdisciplinar de Humanidades
Av. Dom João Hoffmann, 313,
Bairro Fátima, junto ao Seminário Nossa Senhora de Fátima
Erechim / RS . CEP 99700.000

Fone: (54) 3321-7050
E-mail: gavagai@gavagai.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Gavagai: Revista Interdisciplinar de Humanidades/Universidade
Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim. - Vol. 1, n. 1 (mar./abr.
2014). - Erechim: [s.n.], 2014.

Semestral

1. Periódico. 2. Interdisciplinar. 3. Ciências Humanas.
4. Humanidades. I. Universidade Federal da Fronteira Sul.
II. Título.

CDD: 300



• APERTAR OS CINTOS:
A PROPÓSITO DE
GAVAGAI •

• ATILIO BUTTURI JUNIOR¹ •

Inaugurar um periódico científico, com certa pompa acadêmica e fleuma, é uma tarefa temerosa. Primeiro, porque se trata de um problema de relevância: o que pode mais uma revista científica, em tempos de banalização do escrito e de críticas à produtividade numérica? Depois, porque se trata de um problema, com o perdão do conceito gasto, “epistemológico”: quais garantias de positividade, de coerência, de formalização, que se poderá esperar das compilações de textos de cada edição?

Pois some-se a isso o fato de que a empreitada é fruto de um “Grupo de Trabalho”. Explique-se: por “grupo de trabalho”, entende-se uma espécie de célula político-institucional-discursiva, que se reúne para um fim, para um nobre objetivo. O “Grupo de Trabalho”, o GT que dá origem a esta publicação, tem também um objetivo também temeroso: engendrar um mestrado acadêmico interdisciplinar em Ciências Humanas, para a Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim.

A empresa desta Gavagai, que ora se apresenta, um tanto tímida e um tanto esquizoide, passa pelas vicissitudes dos anseios iniciais, mas pretende ir além, tornando-se um espaço para a amplificação dos debates das ditas “Humanidades”, dos “saberes sobre o homem”, seja em sua familiaridade, seja em sua difícil capacidade de legitimação.

Trata-se, mesmo, de empenhar-se na tarefa anunciada por Quine – mas não só por ele – de “apertar os cintos ontológicos”. Olhemos para esta nomeação¹, em seu próprio. “Gavagai” pode ser lido como um caso fregeano de ausência de referência. Em miúdos, como algo que não existe no mundo, uma fábula ou uma lenda.

É mesmo como um fabular que Quine inscreveu “gavagai”. O apólogo é o seguinte: pesquisadores chegam a uma tribo e se deparam com uma cena instigante: um habitante local “ostenta”, aponta para um coelho. Imediatamente, a tradução aparece clara, mas o filósofo exige o trauma na linguagem: qual a garantia de que o índio aponta o coelho e não suas fases? Como saber se se trata do coelho ou de uma de suas partes?

Peremptório, Quine chega à conclusão: não se sabe. A referência, a coisa do mundo de que se fala é, no limite, inescrutável. O motivo é bastante simples, mas de consequências importantes: o limite de nossas categorias é a nossa linguagem, o “bairro” de onde podemos observar o mundo, nossa província marcada no projeto universalizante tornado impossível.

É desse provincianismo – de sua assunção ou mesmo de sua negação – e de uma paralaxe radical, que se vale a Gavagai – Revista Interdisciplinar de Humanidades. Com periodicidade semestral, a revista veicula pesquisas e debates relativos a três linhas temáticas delineadas pelo GT e à área de concentração Saberes e Identidades. O objetivo central é a divulgação de trabalhos inéditos, de caráter teórico ou aplicado, dos diversos campos que se ocupam, interdisciplinarmente e das mais variadas perspectivas teóricas, das ciências humanas e de suas diferentes abordagens.

Basta, pois, passarmos aos textos e aos discursos da revista, considerando sempre-já seus limites e sua disseminação. Com os cintos devidamente apertados e cientes de que se trata de discursos e de violência que fazemos às coisas.

¹O nome-bandeira do periódico foi sugerido pelo professor Jerzy Brzozowski.

² Editor-chefe da Gavagai. Professor Adjunto da UFFS – campus Erechim. Email: atilio@uffs.edu.br.





• APRESENTAÇÃO •

• ATILIO BUTTURI JUNIOR¹ •

Neste primeiro volume, a Gavagai- Revista Interdisciplinar de Humanidades - apresenta uma série de artigos que, a partir do imperativo interdisciplinar, discutem temas cuja complexidade exige a apropriação de metodologias e problematizações advindas de vários campos de conhecimento e de saber.

A revista abre com o artigo de Mairon Escorsi Valério, intitulado A Teologia da Libertação e a Identidade Econômica da América Latina. O pesquisador procura, desde os Estudos Culturais, produzir uma análise discursiva das relações que produzem a identidade "político-pastoral" do movimento religioso que teve destaque entre as décadas de 1960 e 1990 e a econ

O segundo artigo, Imprensa e Leitura de Romances no Brasil Oitocentista, é de autoria de Andréa Correa Paraiso Müller e traz à tona a necessidade de observar "o valor dos periódicos oitocentistas brasileiros como fontes primárias para uma história da leitura de romances no Brasil." Tal perspectiva permite descrever, de forma objetiva, as discrepâncias existentes entre a circulação de livros dos oitocentos, no Brasil, e a criação de um cânone literário brasileiro.

Em Territórios e Sociabilidades na Praça XV de Novembro (Florianópolis-SC – 1990-2008, terceiro dos artigos desta edição da Gavagai, Emerson César de Campos debruça-se sobre as sociabilidades da Praça XV, localizada no centro de Florianópolis, debatendo a apropriação do espaço pelos sujeitos, a "territorialização", a ocupação e a produção de imaginário no universo da Praça.

O quarto artigo, Valorização Econômica da Criatividade: Contribuições da Sociologia Econômica ao Estudo das Orquestras de Música Erudita, de Alexandre Prinzler Karpowicz, investiga a emergência e o desenvolvimento da Economia Criativa, por meio de uma pesquisa realizada, na região de Porto Alegre, com músicos eruditos, maestros e gestores de orquestras. O texto permite entender a "inserção [dos artistas] com a cadeia produtiva da música" e a importância do setor criativo na economia local.

O quinto texto, um ensaio-artigo de Cassio Brancaleone, traça relações entre a "Teoria dos Humores" e o discurso literário da poesia

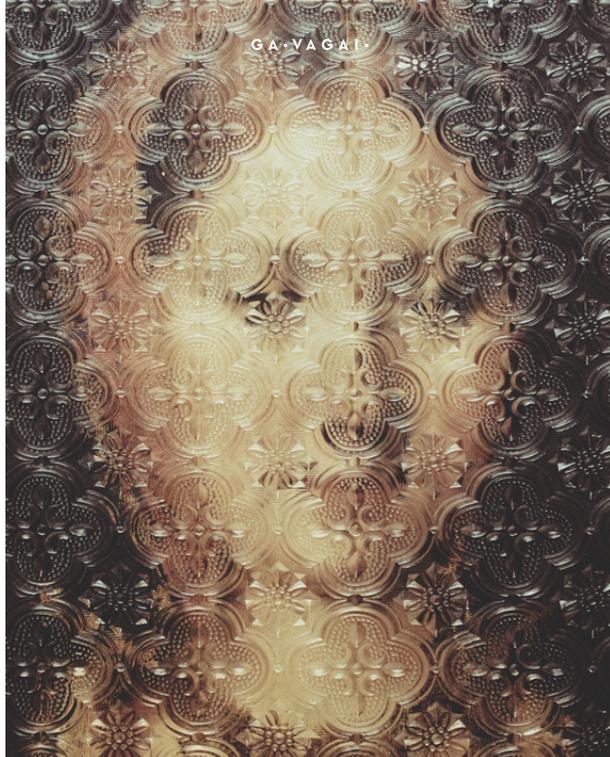
baudelaireana. Intitulado Suspiria de Profundis: Artificio, Melancolia e Criação em Charles Baudelaire, o texto reflete sobre "um projeto e uma visão de homem/humanidade promovidos pela cultura renascentista, retomados e ressignificados pela modernidade através da noção de autonomia da vontade".

O artigo de Marlene de Fáveri e Kamylla Silva, Mídias, Mulheres e Mercado do Sexo: Ambiguidades e Consumo, debruça-se sobre a produção do gênero em textos do jornal Diário Catarinense, descrevendo as relações entre as imagens do feminino e a manutenção de um discurso do corpo que traz indícios das relações entre a circulação do poder, a economia do turismo e o mercado sexual.

Finalmente, a parte final da revista apresenta uma discussão acerca da linguagem e sua capacidade de "nomear". Em Searle: Nomes Próprios e Pressuposições, Jerzy Brzozowski escreve um artigo de apresentação de Proper Names, de John R. Searle, segundo uma leitura breve da tradição das teorias de referência de nomes próprios. O autor argumenta sobre a possibilidade de uma "nova interpretação do texto de Searle baseada na 'visão pressuposicional' de Zsófia Zvolenszky.

A edição é finalizada com uma tradução inédita do texto do filósofo John R. Searle, célebre por suas intervenções e discussões acerca da Teoria dos Atos de Fala, cuja origem encontra-se no trabalho de John L. Austin. Trata-se do artigo Proper Names, originalmente publicado na revista Mind, em 1958. O texto foi traduzido por Jerzy Brzozowski, e sua importância está em apresentar, para os debates sobre a referência, uma "teoria do agregado [cluster] de descrições" - segundo seu tradutor.

Neste primeiro volume, é preciso, finalmente, agradecer ao Corpo Editorial, aos autores, aos pareceristas ad hoc, aos revisores, ao designer responsável e aos colaboradores pelas valiosas contribuições dadas. Espere-se que Gavagai possa se tornar um periódico relevante em sua empreitada de discutir os diversos campos que compõem as Humanidades, seja em suas especificidades, seja em sua complexidade e em seus muitos vértices.



• A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A IDENTIDADE ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA •

Resumo: Este artigo analisa o peso da identidade econômica da América Latina no discurso da teologia da libertação. Aponta de que modo a ideia de América Latina foi construída pela teologia da libertação a fim de legitimar-se como alternativa político-pastoral para o catolicismo latino-americano entre 1960 e 1990. Para tanto, primeiro estabelece uma definição conceitual da teologia da libertação, questionando a percepção da literatura militante de amplo movimento social surgido na base. Propõe a definição da teologia da libertação como movimento discursivo levado a cabo por intelectuais católicos em rede. Posteriormente destaca o processo de construção da identidade latino-americana desta teologia e de como a América Latina é significada e inventada a partir de um conjunto de discursos que a definiram historicamente como lugar de pobreza e subdesenvolvimento.

Palavras-chave: Teologia da Libertação. América Latina. Identidade.

• MAIRON ESCORSI VALÉRIO •

1 INTRODUÇÃO

O intuito deste artigo é compreender a estrutura das relações de saber e poder presentes no discurso da teologia da libertação surgida na América Latina nos anos 1960 e consolidada nos anos 1970. Trata-se de uma análise das estratégias discursivas que envolveram a construção de uma representação cultural da América Latina e de sua história pelos teólogos da libertação que legitimou a própria teologia da libertação como alternativa político-pastoral viável para o catolicismo latino-americano e suas instâncias institucionais, principalmente o CELAM.

A fim de realizar este objetivo, o texto se ampara na análise discursiva concretizada por Michel Foucault que decodifica os elementos fundamentais que constituem um discurso de relevância social: vontade de verdade viabilizada por mecanismos sociais e instituições que lhe garantem qualificação, execução e repetição. A relação intrínseca e inseparável de saber e poder, expressa pela perspectiva de que gerar saberes-verdade é gerar poder.

Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto de coisas verdadeiras a descobrir ou fazer aceitar”, mas o “conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de “ciência/ideologia”, mas em termos de “verdade/poder” (FOUCAULT, 1979, p.13).

A partir dessa afirmação, pode-se concluir que todo regime discursivo que expressa em si a vontade de verdade, o faz em torno da questão do poder. Aquele que detém os procedimentos de conquista da verdade detém também o poder exercido por este mesmo regime de produção da verdade. “Trata-se, por um lado, de uma espécie de análise do discurso como estratégia” (FOUCAULT, 2001, p.139).

Para efetuar tal análise do discurso da teologia da libertação como estratégia, se destaca na primeira seção os vínculos institucionais verticalistas e hierárquicos da teologia da libertação, seu caráter teórico-intelectual, suas relações transcontinentais e seu projeto de poder político-religioso para a América Latina, definindo-a como um movimento de intelectuais católicos transnacionais em rede; questionando assim o legado de literatura militante da teologia da libertação que qualifica este movimento atribuindo-lhe um caráter basista, popular ou periférico.

Na segunda seção se busca explicitar de que modo esse movimento religioso, levado a cabo por uma elite intelectual e transcontinental, construiu representações da América Latina que iam ao encontro dos seus próprios projetos de saber/poder. Para tanto, identificamos, na terceira seção, como a teologia da

libertação se estabeleceu como uma relação intertextual com as formas discursivas predecessoras e contemporâneas a ela que estabeleciam uma identidade econômica para a América Latina, reinventando-a conforme a necessidade e o contexto.

Por fim, a definição de uma representação adequada da América Latina era fundamental para todo o projeto de poder da teologia da libertação, já que sua própria constituição como discurso buscava legitimidade na máxima de se constituir como teologia produzida na América Latina, por latino-americanos, e que se voltava para as especificidades do continente latino-americano. Daí a necessidade de apontar o léxico semântico que estava às voltas com os conceitos de pobreza, subdesenvolvimento e dependência, que significavam a ideia de América Latina no contexto dos anos 1960 e que foram apropriados e reordenados pela teologia da libertação, principalmente em sua vertente inicial representada pelas obras significativas e pioneiras de Gustavo Gutiérrez e Hugo Assman.

2 A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: INTELECTUAIS CATÓLICOS EM REDE

Abordar o tema teologia da libertação implica sempre a necessidade de desconstruir uma série de lugares-comuns disseminados a partir da difusão de uma ampla literatura militante¹ que cristalizou suas representações deste movimento. A teologia da libertação se definiu – e assim geralmente é compreendida – como um amplo movimento social de ruptura com o catolicismo tradicional, originado na base, defensor de uma Igreja Popular, voltada aos pobres e aberta ao leigo, distante do verticalismo hierárquico institucional, como teologia enraizada na práxis, de caráter periférico, social, progressista e, originalmente, latino-americana.

Essas características construídas pelo próprio discurso da teologia da libertação negligenciam o caráter específico de um movimento intelectual e institucional. O próprio termo *teologia* denuncia o aspecto teórico-intelectual, ofuscado pelo reforço da identidade basista.

Os sociólogos Michel Löwy e Roniere Ribeiro do Amaral foram criteriosos ao distinguir, em seus estudos, a *teologia da libertação* de um tipo de religiosidade ética e comprometida socialmente

¹ Considera-se como literatura militante todo texto de ciências humanas que buscou analisar a teologia da libertação a partir de um *a priori* científico, mas cujo autor era alguém interno ao campo de militância da teologia da libertação: Enrique Dussel, François Houtart, Frei Betto, Leonardo Boff, Clodóvis Boff, Roberto Oliveiros, Samuel Silva Gotay, Philip Berryman, José Oscar Beozzo, Eduardo Hoornaert, José Comblin, José Ramos Regidor, Faustino L. Couto Teixeira, Rodolfo Cardenal, Luiz Alberto Gomez de Souza, Luiz Gonzaga de Souza Lima, Pedro A. Ribeiro de Oliveira, Luiz Del Valle, Roberto Blancarte, Miguel Concha, entre outros. No fim, estas análises tinham mais como intuito divulgar o que era a teologia da libertação ou mesmo destacar sua importância social, política e religiosa para a América Latina adquirindo um caráter mais militante, no qual se repete as principais elaborações discursivas da teologia da libertação sobre si como evento político, social e religioso.

surgida no início dos anos 1960 no âmbito dos movimentos laicos da Ação Católica. Löwy designou esta religiosidade como *cristianismo da libertação*, enquanto Amaral a chamou de *catolicismo da libertação*, restringindo tal manifestação ao campo católico. A teologia da libertação, para ambos, teria ocorrido num segundo momento, no final dos anos 1960 e seria a expressão intelectual dessa religiosidade social radicalizada.

Essa distinção é relevante, pois o termo *teologia da libertação* só surgiu no final da década de 1960, a partir das obras fundadoras de Rubem Alves, Gustavo Gutiérrez e Hugo Assman. Entretanto, a identidade basista construída pelo discurso da teologia da libertação fabricou suas origens históricas no processo de constituição da religiosidade católica de esquerda característica do início dos anos 1960.

Em primeiro lugar, a teologia da libertação não foi criada por pessoas, nem Richard Shaull, nem Rubem Alves, nem Gustavo Gutiérrez [...] nem Juan Luis Segundo, nem Lucio Gera, para nomear os patriarcas, inventaram essa teologia. É, na realidade, o fruto de uma geração cristã, mas, antes ainda, é o fruto de um povo, das comunidades de estudantes, operários especializados, populares, da Igreja como totalidade (DUSSEL, 1985, p. 293).

A afirmação de Enrique Dussel nega o caráter intelectual do movimento e reforça sua identidade basista. Afirma que a origem do movimento estava realmente no povo, nas ações dos *de baixo*: estudantes, operários e populares. Trata-se, portanto, de uma operação discursiva em busca de legitimidade. Uma teologia dos *de baixo* deveria ter suas origens nos *de baixo*, não em uma elite intelectual-religiosa ligada a centros acadêmicos do primeiro mundo e bem posicionada nas instituições verticais da Igreja Católica na América Latina (VALÉRIO, 2012).

Não se pretende negar a identificação dos teólogos da libertação com os *de baixo*, tampouco negligenciar as relações históricas entre a religiosidade católica de esquerda do início dos anos 1960 e o desenvolvimento histórico da teologia da libertação. Porém, buscase evidenciar o peso das relações institucionais no surgimento da teologia da libertação e destacar seu caráter intelectual, teórico e político-pastoral, escamoteados pelo reforço da identidade basista, feito por sua literatura militante.

Apesar do discurso dos teólogos da libertação reforçar a identificação com os *de baixo*, quando se trata de pensar a gênese da *teologia da libertação* como um corpo teórico de textos produzidos por intelectuais-religiosos, observa-se que seu desenvolvimento está relacionado, por um lado, com esta religiosidade vivenciada por leigos e clérigos comprometidos com o *catolicismo social radicalizado* (ou *esquerda católica*) e por outro lado, está atrelada a alta hierarquia que por meio de bispos e instituições estimulou os teólogos a uma produção crítica inovadora.

Na América Latina todo o processo de discussão produzido pelos

teólogos sobre a necessidade do comprometimento cristão com a mudança social em favor dos pobres, excluídos e oprimidos, se deu institucionalmente e foi viabilizado pela estrutura da Igreja. A própria dinâmica de renovação do Vaticano II criou inúmeras oportunidades de encontros, organizados pela Igreja, entre os teólogos latino-americanos.

Em março de 1964 num encontro de teólogos latino-americanos em Petrópolis (Rio de Janeiro), Gustavo Gutiérrez apresentava a teologia como reflexão crítica sobre a práxis. Em reuniões de junho e julho de 1965 em Havana, Bogotá e Cuernavaca, esta linha de pensamento ganhava melhores contornos. Em torno à preparação de Medellín (1968) se organizam muitos encontros que funcionam como laboratórios para uma teologia pensada sobre questões pastorais e a partir da prática comprometida dos cristãos. As reflexões de Gustavo Gutiérrez em Montreal (1967) e em Chimbote (Peru) sobre a pobreza do terceiro mundo e o desafio para uma pastoral de libertação avançaram poderosamente na direção de uma Teologia da Libertação. Num encontro teológico em Cartigny na Suíça, em 1969, propõem-se os primeiros delineamentos: “Hacia una Teología de la Liberación” (BOFF; BOFF, 1985, 112-113).

O encontro de 1964, em Petrópolis, considerado por muitos teólogos como início do processo de elaboração teológico-crítica que culminaria na teologia da libertação anos mais tarde, foi convocado e organizado pelo CELAM² (DUSSEL, 1999, p. 57). Durante os anos 1960, havia uma clara tendência episcopal no intuito de incentivar uma produção teológica original na América Latina (CORONADO, 1984, p. 04). Os encontros viabilizados pelo CELAM são evidências disso e mostram que parte da alta instância episcopal na América Latina estimulou essa produção teológica (ANDRADE, 1991, p. 33-34). O CELAM, nos anos 1960, era composto por bispos comprometidos com um catolicismo mais social e predominava, entre eles, a percepção de que a tendência de renovação estimulada pelo Vaticano II na América Latina deveria seguir os caminhos de uma atuação mais engajada socialmente. A convocação da Conferência Episcopal de Medellín expôs esta proeminência da questão social.

Juntamente com o Concílio, reuniões de reflexão multiplicaram-se na América Latina, em âmbito local, nacional e regional, marcando gradativa distância entre o pensamento das redes latino-americanas e os interesses conciliares. O primeiro encontro regional foi organizado por iniciativa de Ivan Illich, em Petrópolis, Brasil, no mês de março de 1964. Entre os participantes, encontravam-se futuros grandes teólogos da libertação, na época, na condição de conselheiros do CELAM, como o peruano Gustavo Gutiérrez, o argentino Lucio Gera e o uruguaio Juan Luis Segundo. Este

² Dussel destaca que depois de Petrópolis outros eventos aconteceram: 1965 em Havana, de 14 a 16 de julho, com Luis Maldonado e Segundo Galilea; em Bogotá, de 14 de junho a 09 de julho, Juan Luis Segundo e Casiano Floristán; em Cuernavaca, de 4 de julho a 14 de agosto, com Ivan Illich e Segundo Galilea. Além disso, Enrique Dussel destaca que o CELAM organizou importantes encontros que prepararam o terreno para Medellín.

encontro foi seguido por dois outros: em Bogotá, entre catorze de junho e nove de julho de 1965, e o de Cuernavaca, no México, entre quatro de julho e catorze de agosto de 1965. Após o anúncio da organização da Conferência de Medellín, a atenção centrou-se nos encontros preparatórios da Conferência que tiveram lugar entre o ano de 1966 e o de 1968³.

Na reunião extraordinária realizada em Bogotá, na sede do CELAM, entre dezenove e vinte e seis de janeiro de 1968, foram elaborados e enviados aos diversos episcopados os documentos preparatórios da Conferência de Medellín. Eram, nesta época, teólogos e assessores do CELAM: Gustavo Gutierrez, Lucio Gera, José Marins, Segundo Galilea, Joseph Comblin, Cecílio de Lora, Jorge Alvarez Calderón, Edgard Beltran, Gonzalo Arroyo e François Houtart. Esses intelectuais eram inseridos e sustentados no CELAM por um grupo de bispos: do Equador, Leonidas Proaño; Panamá, Mark McGrath; Peru, Landázuri Ricketts e Luciano Metzinger; México, Samuel Ruiz e Sergio Méndez Arceo; e, especialmente do Brasil, em que setores da CNBB (Conferência Nacional Bispos do Brasil) destacavam-se no apoio a mudanças sociais: Avelar Brandão, Hélder Câmara, Aloíso Lorscheider e Cândido Padin. Mesmo alguns bispos que, posteriormente, tiveram reservas à teologia da libertação, como o arcebispo de Santiago, Raúl Silva Henríquez, e o bispo da Argentina, Eduardo Pironio, foram considerados como parte dessa vanguarda⁴.

Os teólogos mencionados eram conselheiros dos bispos em reuniões organizadas no âmbito da conferência e seus vários departamentos. Aqueles que eram identificados como consultores do CELAM, faziam parte da equipe de reflexão teológica, criada no ano de 1969 por Eduardo Pironio⁵. Eles foram também professores do Instituto Pastoral Latinoamericano (IPLA). Dependiam do CELAM, mas estavam sob a responsabilidade do bispo Leonidas Proaño, no Equador. O instituto responsável pela formação pastoral e teológica dos quadros da Igreja Católica na América Latina era um local de circulação das novas ideias a respeito do catolicismo latino-americano e de formação de leigos.

³ O primeiro organizado em Baños (Equador, entre 5 e 11 de Junho de 1966, convocou os departamentos de Educação dos Leigos e de Ação Social do CELAM em torno do tema *Educação, Ministério e Ação Social*). Além dele, destacaram-se os de Mar del Plata (Argentina, entre 11 e 16 de outubro de 1966, cujo tema era *O desenvolvimento e integração na América Latina*), o de Buga (Colômbia, de 12 a 25 de fevereiro de 1967, sob o tema *Missão das universidades católicas da América Latina*) Melgar (Colômbia, entre 20 e 27 de abril de 1968, sob a temática *Pastoral de missões*) e Itapoá (Brasil, de 12 a 19 de maio de 1968, com o tema *Igreja e transformação social*).

⁴ Os bispos ocupavam as posições principais do CELAM. Em 1968, Avelar Brandão, presidente, Mark McGrath, o segundo vice-presidente, e Eduardo Pironio, o secretário-geral, ocupavam três das quatro cadeiras da Presidência. Cândido Padin chefiou o Departamento de Educação e Leonidas Proaño, o de Pastoral. Mesmo não ocupando uma posição de gestão para o interior do CELAM, Helder Câmara exercia considerável influência, especialmente por ter sido o principal protagonista de sua criação, em 1955. No ano seguinte, em 1969, Samuel Ruiz assumiu o comando do Departamento de Missões. Em 1971, Luciano Metzinger assumiu o Departamento de Comunicação Social.

⁵ Outros atores do campo, e não necessariamente conhecidos por sua produção teológica, foram também relacionadas aos departamentos do CELAM. O marista espanhol Cecilio de Lora e o salesiano italiano Mario Peresson, por exemplo, trabalharam no Departamento de Educação.

Giulio Girardi, Casiano Floristan e François Houtart estavam ligados ao Instituto na condição de professores. O mexicano Raúl Vidales e o nicaraguense Rutilio Grande foram alunos nessa instituição, enquanto que Segundo Galilea assumiu a direção desse centro de formação em 1966-1967⁶. Galilea não era novo nas redes do CELAM, pois já havia dirigido o CIP (Centro de Investigação Pastoral), em Cuernavaca, entre os anos de 1961 e 1966.

O fato de estes bispos e teólogos ocuparem posições tão significativas no CELAM indica que a *teologia da libertação* – como corpo de reflexões e produção de textos que legitimadores da radicalização do catolicismo social, ou, a esquerda católica – nasceu no centro da instituição, não em sua periferia (como o *catolicismo da libertação*, por exemplo) e encontrou motivação hierárquica para acontecer *de cima para baixo*. Se, por um lado, consideramos válida a tese de Löwy que o *crístianismo da libertação* nasceu na periferia institucional, por outro lado, quando especificamos a própria *teologia da libertação* verificamos que esta nasceu da vontade institucional, ou seja, no centro da instituição.

Deste modo, podemos concluir que o discurso construído pela literatura militante da teologia da libertação a respeito de uma Igreja organizada *de baixo para cima* não inclui a significativa participação das mais altas esferas institucionais da Igreja Católica em seu desenvolvimento e apaga a característica intrinsecamente intelectual da *teologia da libertação*. O lugar social de seus principais atores implicavam posições estratégicas do CELAM, distantes da base, apesar de nelas se inspirarem e para elas voltarem seu projeto teológico e institucional.

Podemos então dizer que a teologia da libertação foi, antes de qualquer coisa, um movimento intelectual, transnacional, levado a cabo por intelectuais religiosos ligados predominantemente à Igreja Católica na América Latina e suas instâncias de poder institucional, especialmente o CELAM.

O discurso teológico produzido por estes intelectuais, assim como suas ligações institucionais definem o *lôcus* social privilegiado da teologia da libertação, configurando uma elite transnacional de intelectuais em rede compartilhando o mesmo projeto de saber/poder político-religioso. Essa delimitação da teologia da libertação como movimento discursivo de uma elite intelectual religiosa e transnacional ligada à Igreja Católica restringe as ampliações cronológicas e as distorções analíticas que a definiram como um amplo movimento social.

⁶ O centro inicia suas atividades em 1965. Ele entra oficialmente como organismo do CELAM em 1967, daí a dificuldade de se estabelecer a data de início da direção de Segundo Galilea. Seu primeiro diretor foi Gómez Izquierdo. Segundo Galilea parece ter assumido a direção da instituição em 1966. Entretanto, Enrique Dussel já havia sido convidado por Gómez Izquierdo a dar cursos na instituição na mesma época.

3 AMÉRICA LATINA: IDEIA-CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO POLÍTICO-PASTORAL

A presença destes teólogos nos postos chave do CELAM se estende até 1973, o que permite colocar em questão até que ponto a teologia da libertação pode ser considerada um determinado projeto de poder vinculado ao CELAM, pois a teologia da libertação em si resulta do interesse institucional de que estes teólogos produzissem uma teologia latino-americana *aggiornada* capaz de legitimar o projeto político pastoral do CELAM para a Igreja Católica na América Latina. A Conferência de Medellín, em 1968, considerada momento-chave para a definição deste novo projeto político-pastoral da Igreja para a América Latina, foi, justamente, o momento pelo qual pressupostos-chave da teologia da libertação são absorvidos no documento final do CELAM, evidenciando a força institucional destes teólogos naquela ocasião. Seus enunciados se tornaram relevantes porque ocupavam espaços privilegiados e se desejavam que fossem produzidos.

Esta relação simbiótica CELAM/teologia da libertação no contexto do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 está intimamente relacionada com a produção de um novo projeto de poder político-pastoral da Igreja Católica para a América Latina. Ora, o CELAM era uma estrutura institucional supranacional da Igreja Católica para dar coesão continental às igrejas nacionais a fim de buscar uma política pastoral homogênea em toda a América Latina; ou seja, se constituía numa instância de poder transnacional com força de atuação prática, com capacidade de traçar diretrizes a serem seguidas pelas igrejas nacionais buscando uma *identificação continental* entre elas. A teologia da libertação, por sua vez, surge de certa forma em consequência da necessidade desta instituição de uma legitimidade teórica supranacional, de uma coerência discursiva, da produção de uma identidade continental e religiosa para si.

1. Ocasión para que un grupo de teólogos sudamericanos (se incluye a México) se conozcan mejor e intercambien sus ideas.
2. Despertar atreves de este grupo en las diversas Facultades, Profesores de Teología, etc..., una actitud de interés activo, abriendo horizontes y definiendo asuntos de investigación, de *interés latinoamericano*. La idea es que este encuentro pudiera ser el punto de partida de un trabajo de investigación teológica de la problemática de la Iglesia latinoamericana.
3. Hacer un proyecto de temario, personas a invitar e etc., de un probable curso de 20 o 30 días, en Julio de 1964, para profesores de teología latino-americanos, a cargo de tres o cuatro de los grandes maestros europeos. Elegir algunos temas – es la sugerencia de varios obispos del CELAM – de posibles cartas pastorales del episcopado latino-americano (OLIVEROS, 1977, p. 52).

O documento acima, já citado no primeiro capítulo, permite notar a capacidade de mobilização do CELAM e seu esforço para integrar a Igreja Católica na América Latina. Desta ação política

integradora prescinde sua existência como instituição criada nos anos 1950 para esta finalidade. Entretanto, o que também se observa é a preocupação do CELAM com a especificidade *latinoamericana* presente nas expressões: *interés latinoamericano*, *Iglesia latinoamericana*, *profesores de teología latinoamericanos*, *cartas pastorales del episcopado latinoamericano*. Para o CELAM, a América Latina era antes de tudo uma região específica, com uma identidade própria, com situações sociais, políticas, culturais e também religiosas específicas. Sua própria existência e organização enquanto instituição depende deste axioma irrevogável da América Latina como espaço geográfico, histórico e cultural, mas acima de tudo simbólico.

É a partir deste *a priori* de uma especificidade latino-americana que o CELAM estimulou a produção de uma teologia que fosse capaz de responder a essa especificidade. O CELAM fomentou uma teologia latino-americana, voltada para os dilemas da América Latina. Colocou como condicionante na produção de um saber teológico o peso simbólico deste *espacio imaginario* que estruturava e delimitava a amplitude de seu próprio poder. Assim, é justamente a partir dessa *geografía imaginaria* comum, da ideia de uma América Latina – base para a estrutura de poder do CELAM e condicionante de uma nova teologia – que se dá a articulação do discurso de saber/poder da teologia da libertação e sua instrumentalização pelo CELAM.

Portanto, é possível considerarmos a teologia da libertação como a teologia oficial do projeto político pastoral do CELAM para a América Latina no contexto do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. O esforço de produção dos teólogos estava vinculado a uma identidade latino-americana que determinava as condições da reflexão teológica. Não bastava estabelecer uma teologia nova, era necessária que ela fosse *latinoamericana*. No entanto, que América Latina é essa a que se referiam os intelectuais religiosos da teologia da libertação?

Na literatura militante da teologia da libertação, a América Latina foi pensada como uma grande *comunidad imaginada*⁷, capaz de ser uma fonte de identidade cultural e condição necessária para os projetos político-pastorais da teologia do CELAM (HALL, 1995, p. 38). Entretanto, a América Latina não se constitui como algo natural, mas trata-se de um espaço efetivamente construído, uma criação histórica com imensa carga simbólica, imaginária, uma invenção metageográfica.

Em *The myth of continents: a critique of metageography*, Martin W. Lewis e Kären E. Wigen apontam que a metageografia é o imaginário de estruturas espaciais mediante o qual as pessoas constroem seu conhecimento do mundo: sistemas aplicados, muitas vezes inconscientes, que organizam os estudos de história,

⁷ Comunidad imaginada nos termos propostos por Benedict Anderson em *Imagined Communities* (1983).

sociologia, antropologia, economia, ciência política, ou, ainda mais, história natural (LEWIS; WIGEN, 1997, p. IX).

Em outras palavras, consideram-se *metageográficas* as estruturas, os padrões ou os modelos do espaço mundial que pretendem facilitar o entendimento deste espaço, mas que em si mesmos não são absolutos ou universalmente válidos, e podem ser cientificamente questionáveis. Lewis e Wigen mencionam como exemplos de concepções *metageográficas*, os continentes, o Estado-nação, a divisão Leste-Oeste e a divisão Norte-Sul do mundo, conceitos que, segundo eles, devem ser examinados a fundo.

[...] não existem, propriamente, concepções erradas de espaço [...] pois [...] elas são coerentes com o que se quer ver sobre o mundo. Se existe algo de “errado”, esse limite está sim na qualidade da compreensão que temos do mundo. Visões ahistóricas, carregadas de conteúdos ideológicos, situações desse tipo, cada uma delas é sustentada com uma perspectiva equivalente de espaço... Uma situação perfeita para ilustrarmos o que por último aqui afirmamos, é o caso da geopolítica, nas suas formulações clássicas de “destino manifesto” e coisas dessa natureza (MARTINS, 2007, p. 37).

A teologia da libertação, ao se denominar uma teologia latino-americana, construía e legitimava uma ideia do que era a *América Latina*. O que era então a América Latina para a teologia da libertação? Quais discursos eram mobilizados por esses intelectuais religiosos quando qualificavam sua teologia de *latino-americana*? Quais representações eram apropriadas, reproduzidas e ressignificadas pelo discurso da teologia da libertação sobre a América Latina?

4 O PESO DA IDENTIDADE ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA PARA A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

No cerne desse processo, uma determinada representação da América Latina como um espaço cultural, geográfico, político e histórico, distinto e específico se impôs para o próprio CELAM como instituição, que colocou como condicionante na produção de um saber teológico o peso simbólico deste *espaço imaginário* que estruturava e delimitava a amplitude de seu próprio poder. Assim, é justamente a partir dessa *geografia imaginária* comum, da ideia de uma América Latina – base para a estrutura de poder do CELAM e condicionante de uma nova teologia – que se dá a articulação do discurso de saber/poder da teologia da libertação e sua instrumentalização pelo CELAM.

Entretanto, a ideia de América Latina, base das reflexões da teologia da libertação, dialogava com formulações anteriores produzidas pela intelectualidade latino-americana sobre o que era América Latina. Esta unidade geográfica, política e cultural amalgamava um conjunto de representações que a naturalizava. Algo de difícil descrição, mas ao mesmo tempo com um enorme peso de materialidade.

Segundo Eduardo Devéz Valdés, ao longo da história intelectual da América Latina no século XX, as reflexões acerca da questão circularam em torno de dois pólos centrais, um identitário e outro modernizador. O autor considera que a partir dos anos 1930, com o fortalecimento das posturas nacionalistas e anti-imperialistas, se desenvolve na América Latina uma reorientação identitária, que passa a privilegiar os aspectos econômico-sociais na construção da identidade latino-americana em detrimento da abordagem racial-culturalista presente e predominante entre a intelectualidade latino-americana desde finais do século XIX.

O caráter identitário do pensamento latino-americano das primeiras décadas do século foi mudando de sentido: em uma primeira etapa realizou-se mais como latinidade: em uma segunda, mais como mestiçofilia, indigenista ou afroamericana e, na terceira, mais como nacionalismo e anti-imperialismo. Sem deixar de considerar que as três dimensões coexistem, pode-se dizer que a primeira é mais cultural, a segunda mais social e que a terceira dá ênfase ao econômico sem se desligar totalmente do social e do cultural. Neste nacionalismo econômico fundem-se uma perspectiva de esquerda e uma de direita, denunciando e rechaçando a intervenção das grandes potências. Isto se tornou mais agudo com o profundo impacto causado pela crise de 29-30. Desenvolveu-se bastante a ideia de defender o interesse nacional, questão que foi de utilidade para o surgimento do pensamento modernizador industrialista característico do período posterior (VALDÉS, 1997, p. 321-322).

Para Valdés, nos anos 1930 o tema do anti-imperialismo se tornou recorrente no pensamento latino-americano e assumiu a forma de pensamento identitário que se apresentou como defesa da economia continental, ou como nacionalismo econômico. Neste anti-imperialismo confluíram fatores provenientes de diversas outras tradições que apesar de terem contribuído para o clima ideológico daqueles anos, não lhe pertencem especificamente (como, por exemplo, o antisaxionismo, o arielismo, o estatismo e a xenofobia). O esforço por desvelar a penetração econômica das grandes potências na América Latina e a transformação dessas economias (política e cultura) de acordo com a racionalidade imperial foi desenvolvido por diversos intelectuais ultrapassando

ógicas e políticas⁸. Posições tão antagônicas como o indigenismo e o integralismo coincidiam em suas denúncias e críticas do imperialismo⁹.

Na Argentina, por exemplo, o nacionalismo adquiriu um caráter fortemente anti-imperialista, particularmente antibritânico, feito pelos irmãos Irazusta, e principalmente pelas análises econômicas de Raúl Scalabrini Ortiz¹⁰. O peruano Haya de La Torre e o cubano Fernando Ortiz discutiam a penetração econômica estrangeira e, por outro, as peculiaridades da produção de seus países e de todo o continente. Os mesmos fenômenos eram postos em relevo pelo nacionalismo católico e integralista. Apesar das singularidades ideológicas havia um consenso, nos dois pontos fundamentais postos em relevo (VALDÉS, 1997, p. 328).

O nacionalismo, ou o continentalismo foi-se impondo como um contexto dentro do qual se desenvolviam outras ideias. Deste modo, por cima das posições mais de esquerda ou de direita, mais leigas ou católicas, mais moderadas ou extremas, foi-se coincidindo em determinados postulados nacionalistas, tais como:

- insistência no próprio contra o invasor, sobretudo o anglo-saxão, o germânico ou o russo. O próprio, segundo cada caso, é o indígena autóctone e/ou tradição ibérica e/ou o campesino;

⁸ Eduardo D. Valdés analisa as propostas nacionalistas e anti-imperialistas de intelectuais como o dominicano Federico Henríquez y Carvajal; do mexicano José Vasconcelos que em 1922 defendia a unidade da América Latina contra os EUA; do peruano José Carlos Mariátegui que buscava a conciliação de marxismo e indigenismo numa articulada defesa nacionalista contra o imperialismo; do jornalista e poeta hondurenho Froilán Turcios, editor da revista *Ariel* e crítico mordaz do imperialismo norteamericano; de Gabriela Mistral, que apoiou a revolução de Sandino e seu programa anti-imperialista; de Flora Eugenia Ovarés, costariquenha em cujos ensaios se vê progressivamente o afastamento das concepções arielistas e o encaminhamento de indagações sobre a origem e efeitos do expansionismo norteamericano; dos também costariquenhos Vicente Saénz, que desde sua primeiras obras iniciais em meados dos anos 1920 já analisa a questão do imperialismo na América Central, Mario Sancho Jimenez e Carmen Lyra, que inaugura a narrativa anti-imperialista do tema bananeiro, além de José Peralta que no final dos anos 1920 publica um libelo anti-imperialista dos mais vigorosos denominado *La Esclavitud de América Latina*, e do filósofo boliviano Guillermo Francovitch que em *Los ídolos de Bacon* (1938) condena a aceitação simbólica do pensamento europeu como parte da artimanha imperialista. Valdés ainda aponta o anti-imperialismo presente no movimento tenentista brasileiro que em torno do debate nacionalista se bifurcava originando o integralismo direitista e o prestismo de esquerda. Em ambos os casos o nacionalismo se fortaleceu e redundou na defesa ideológica do intervencionismo do estado.

⁹ Para o autor, o ariélismo influenciou sobremaneira a intelectualidade latino-americana e variadas interpretações dele foram originadas por pessoas diferentes em contextos distintos. No entanto, elas podem ser sintetizadas em dois grupos: as indigenistas e as nacionalistas. As primeiras se configuraram mais sociais e econômicas, enquanto nas segundas a variedade foi maior – houve um nacionalismo de talhe hispanista que acentuou primordialmente elementos religiosos ou teológicos, mas que posteriormente se abriu ao econômico e social aproximando-se do fascismo, houve um de caráter mais antinorteamericano próprio da América Central e outro mais esquerdista que destacou, sobretudo, a penetração do capital estrangeiro.

¹⁰ Os estudos de Scalabrini Ortiz se centraram na atividade inglesa na Argentina, e tinham por objetivo desmascarar a forma como, em seu modo de ver, foi-se endividando um país a favor do outro, até a proximidade do limite de sua capacidade produtiva, de modo que “cedo ou tarde o credor absorve o devedor”. Neste ponto de vista, a estratégia de crédito adotada pela Inglaterra tem por objetivo espoliar a Argentina e não aportar-lhe riquezas. O empréstimo é, na percepção de Scalabrini Ortiz, a arma suprema da sujeição internacional. A saída, para o argentino é fomento da indústria genuinamente nacional, na qual os meios de comunicação e de troca estejam atrelados ao interesse nacional. Tais posições anti-imperialista e nacionalistas também eram defendidas pelo agrupamento radical FORJA, desde 1936 pela Escuela de Estudios Argentinos (presidida por Adolfo H. Holmberg) e pessoalmente pelo senador Lisandro de la Torre.

- a crítica ao modelo liberal, algumas vezes no campo político e, quase sempre, no econômico;

- a crítica ao liberalismo (como livre-cambismo, o afã protecionista, o forte sentimento antiimperialista);

- a necessidade de planificar ou organizar, de atuar coordenadamente, outorgando um papel mais ou menos explícito ao estado na defesa do próprio: economia, autonomia, cultura, etc.;

- o anti-intervencionismo: a ideia de que a nação e/ou continente e/ou a cultura e/ou a raça, e/ou a economia (dependendo da ênfase) estão em perigo devido aos esforços avassaladores de um inimigo externo;

- a necessidade de reescrever a história nacional ou continental. (VALDÉS, 1997, p. 338).

Para Valdés, algumas das elaborações teóricas desse nacionalismo, ou continentalismo, vão ter seqüência em algumas visões do CEPAL, no industrialismo e nas teorias de desenvolvimento das décadas posteriores, entretanto, o pólo discursivo sai da gravitação em torno do *identitário* para o *modernizador*. O nacionalismo que floresceu nas décadas de 1930 e 1940 não chegou a constituir uma teoria do desenvolvimento. Elaborou uma série de categorias importantes para tanto, mas se constituiu mais como uma proposta de defesa econômica. Pode-se afirmar que o nacionalismo foi mais construtivo no campo cultural que no econômico, pois representou uma criatividade importante ao associar-se ao indigenismo e ao afroamericanismo.

Entretanto, um aspecto relevante da análise de Valdés é que o nacionalismo, principalmente o de raiz católica, contribuiu na medida em que articulou o que é cristão com os problemas socioeconômicos. Esta associação deu início deste modo ao social-cristianismo que inspirado em ideias sobre a crise da sociedade contemporânea – encarada como liberal, atea, egoísta, materialista, laica, individualista, etc e contra a qual defendia a necessidade de restaurar os valores espirituais cristãos, a solidariedade, a caridade com os pobres, o comunitarismo, o humanismo, etc – foi se direcionando especialmente no Chile, Venezuela, Brasil e outros países para as teorias do desenvolvimento como meio de superação dos dramas sócioeconômicos. Isso foi possível quando o doutrinário ideologizado se modificou ao impregnar-se com fatores mais técnicos e pragmáticos provenientes das teorias econômicas e sociais, especialmente do *cepalismo*.

A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) criada em 1948, teve em Raul Prebisch, economista chileno, uma espécie de matriz-sintetizadora de suas principais ideias¹¹. Tendo como

¹¹ A CEPAL contará com dois gigantes do pensamento econômico do século XX: seu segundo diretor executivo e principal dirigente será Raul Prebisch, logo a ele se associando Celso Furtado. Outros economistas significativos da CEPAL foram Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel e Maria da Conceição Tavares.

referência as teorias da modernização, Raul Prebisch entendeu que o principal elemento que diagnosticava a realidade latino-americana era sua condição periférica. Consequentemente a política de desenvolvimento era um conjunto de ações necessárias para a superação dessa condição e emparelhamento com os centros. Para isso, o único meio que dispunham os países periféricos era a industrialização acelerada.

A proposta de desenvolvimento e modernização encarnada no discurso da CEPAL consagrou conceitos como industrialização, deterioração nos termos de intercâmbio, relação centro-periferia, desenvolvimento interno e substituição das importações. Este léxico-econômico já havia sido forjado no período anterior¹², mas foi somente na CEPAL que em torno do conceito de *desenvolvimento* permitiu modificar a defesa “passiva” anti-imperialista por uma defesa “ativa” a partir do processo de industrialização.

A CEPAL também consagrou o termo *América Latina*. Nos anos 1940 o nome América Latina se popularizou em obras de historiadores e economistas norte-americanos¹³.

Entretanto, e expressão América Latina se difunde intimamente associada ao conceito de subdesenvolvimento que aparece na década de cinquenta. Então, América Latina passa a ser sinônimo de instabilidade política crônica; estrutura produtiva atrasada em certos casos arcaica; dependência total do capital norte-americano; estrutura fundiária reorganizada pelo capital monopolista; acentuado crescimento demográfico. São estes processos concretos, próprios do século XX, que deram conteúdo histórico à ideia de América Latina (BRUIT, 2003, p. 84).

O postulado fundamental do pensamento econômico de pós-guerra foi que o atraso da América Latina não se devia a características intrínsecas da população, nem deficiências de nosso meio natural, e sim de circunstâncias históricas que podiam ser superadas mediante a aplicação de políticas econômicas apropriadas (DEVÉS, 2000, P. 24). Apesar do léxico economicista, a percepção evidencia como as percepções de subdesenvolvimento e atraso aproximavam as teses desenvolvimentistas das percepções dos teóricos da modernização. Eram discursos marcados por oposições binárias: em termos sócioeconômicos, há o próspero diante do miserável; em termos temporais, o moderno contra o primitivo, o estagnado, o *tradicional*.

Segundo Feres Júnior, os teóricos da modernização norte-americanos estabeleceram uma análise da América Latina

¹² Autores dos anos 1930 e 1940, como os argentinos Rodolfo Irazusta, Raúl Scalabrini Ortiz e Adolfo Dorfman, os brasileiros Roberto Simonsen e Azevedo Amaral, os chilenos Pedro Aguirre Cerda e Raul Simón, o venezuelano Alberto Adriani, entre outros.

¹³ As principais referências seriam: *Handbook of Latin American*, (1935); Preston E. James, *Latin American* (1942); William Rex Crawford, *A Century of Latin-American Thought*, (1949); Willy e E. Hannan, *Dollars in Latin American*, (1941); Fred J. Rippey, *Latin America and the industrial age*, (1947); Samuel F. Bemis, *The Latin American policy of United State*, (1943).

identificando suas características *tradicionalis*, sua *estrutura cultural* como principal responsável pelo seu atraso histórico e seu subdesenvolvimento. Compunha essa estrutura cultural o catolicismo, o patriarcalismo, a perpetuação do feudalismo ibérico, a hierarquia, o personalismo, espiritualismo, educação humanística, militarismo, ruralismo, machismo, caudilhismo, etc (FERES JR, 2005, p. 111-120). Para os teóricos da modernização nos EUA, essas “patologias culturais antimodernas” típicas da América Latina tinham origem em seu passado colonial.

Esse culturalismo essencialista dos teóricos da modernização norte-americanos tinha raízes profundas. Os norte-americanos haviam herdado dos ingleses o desprezo pelos espanhóis proveniente dos conflitos religiosos do século XVI e também da difusão da Lenda Negra¹⁴, em contraposição aos elogios da ordem ou justiça da colonização inglesa. Assim, as manifestações de desprezo eram construídas na forma de oposições assimétricas. Os hispano-americanos eram dominados por padres, indolentes, ignorantes, supersticiosos, preguiçosos, sem iniciativa, enquanto os norte-americanos eram o seu oposto: protestante, trabalhador, educado, racional, industrioso e provido de iniciativa.

John Adams, presidente dos EUA e um dos pais fundadores da nação norte-americana, escreveu o trecho seguinte em uma carta a Thomas Jefferson em que reproduz essas concepções acerca dos hispano-americanos:

[...] um governo livre e a religião católica romana não poderão jamais coexistir, em qualquer país ou nação. Consequentemente qualquer projeto de conciliar essas duas coisas na velha ou na nova Espanha é utópico, platônico e quimérico. Presenciei tamanha prostração e prostituição da natureza humana em favor dos clérigos na velha Espanha que formei minha opinião sobre o assunto, há muito tempo. E é de meu entendimento que na nova Espanha as coisas são ainda piores, se isso é possível. (FERES JR, 2005, p. 56)

Essa identidade religiosa sempre foi subjacente ao conceito de América Latina desde seu primeiro esboço em meados do século XIX. O arielismo prolongou esta percepção no início do século XX e as subsequentes discussões identitárias da década de 1920 e 1930 estiveram às voltas com a questão religiosa. Assim, quando os teóricos da modernização apontavam as “*patologias culturais antimodernas*” da América Latina, retomavam a ideia da América Latina como América Católica, dando a essa identificação um atributo negativo. Para os teóricos da modernização norte-americanos catolicismo era sinônimo de atraso, empecilho para o desenvolvimento, estrutura arcaica e ultrapassada de sociedade. A tríade modernidade-protestantismo-desenvolvimento se opunha a feudalismo-catolicismo-subdesenvolvimento.

¹⁴ O relato dos maus tratos e crueldades perpetradas pelos colonizadores espanhóis no processo de conquista do Novo Mundo e que abundaram na literatura de língua inglesa.

Deste modo, tanto as percepções cepalinas quanto a dos teóricos da modernização identificavam a América Latina como lugar de atraso histórico. A diferença é que uma parte dos teóricos da modernização quando constatava a estrutura cultural da América Latina a viam como empecilho para a modernização e o desenvolvimento, algo que os desenvolvimentistas não compartilhavam aparentemente, afirmando de modo positivo que medidas econômicas corretas levariam à superação histórica dessa condição de atraso histórico e subdesenvolvimento. Entretanto, é possível perceber os mesmos referenciais modernizadores na busca pela superação de um atraso histórico. A definição da América Latina como um continente subdesenvolvido e atrasado era implícita à perspectiva desenvolvimentista da CEPAL.

Certamente a crítica mais vigorosa à teoria da modernização veio dos teóricos da dependência¹⁵. Em meados dos anos 1960 em decorrência da crise do populismo e do fracasso das políticas desenvolvimentistas, um conjunto de acadêmicos da área de ciências sociais e economia deslocaram o eixo de reflexão produzida pelos *cepalinos*, da ênfase na busca pelo desenvolvimento, ou seja, da superação do atraso histórico latino-americano, para a compreensão das relações de dependência entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas no sistema capitalista mundial.

A Teoria da Dependência tentava compreender as limitações de uma forma de desenvolvimento que se iniciou em um período histórico no qual a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de poderosos grupos econômicos e forças imperialistas. Por esse motivo enxergava que a forma de desenvolvimento implantada na América Latina só tenderia a aprofundar cada vez mais as relações de dependência. Para eles, o capitalismo levou ao estabelecimento de um centro e de uma periferia, e, geraram simultaneamente, riqueza e progresso crescente para a minoria, tensões políticas e pobreza para a maioria.

Nesta relação centro-periferia, teria nascido e se desenvolvido a América Latina, originária e constitutivamente dependente. O desenvolvimento do capitalismo fora desigual e combinado, e isto, se tornou elemento-chave na apreensão da realidade latino-americana.

As sociedades latinoamericanas ingressaram na história do desenvolvimento do sistema universal de interdependência, como sociedades dependentes radicalmente da colonização ibérica. Sua história pode ser traçada, em grande parte, como a história das sucessivas modificações da situação de dependência, ao longo da qual as diversas sociedades da região vieram alcançando diversas posições sem lograr sair [...] desse marco geral (QUIJANO, 1966, p. 14)

¹⁵ Entre os diversos nomes que compõem correntes até divergentes do pensamento dependentista, podemos citar: André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Aníbal Quijano, Osvaldo Sunkel, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

De acordo com os teóricos da dependência, essas relações se estruturaram num sistema de dominação externa, de país a país, mas com um corte transversal interno; ou seja, uma internalização da dependência no mercado interno. Para estes teóricos, as antigas formas da presença imperialista por meio da economia de enclaves (centros mineradores e *plantation*) – simples prolongamentos das economias centrais mantiveram sua vigência, porém agora, numa forma moderna, privilegiando os setores mais dinâmicos da indústria nascente, vinculando-a cada vez mais estreitamente e em seu conjunto ao capitalismo internacional.

Entre os mais destacados nomes da teoria da dependência estava André Gunder Frank que refutava paulatinamente cada uma das teses da teoria da modernização. Em primeiro lugar, contestava a tese de que os países subdesenvolvidos não passaram por qualquer mudança histórica significativa e que seu subdesenvolvimento correspondia à perpetuação do atraso e do tradicionalismo (COCKCROFT; FRANK; JHONSON, 1972, p. IX). Em segundo lugar rejeitava a ideia de oposição da sociedade entre dois setores; um moderno, urbano e capitalista, e outro rural, atrasado e/ou feudal. O subdesenvolvimento dessas regiões não era sobrevivência anacrônica do tradicionalismo, mas produto do desenvolvimento das metrópoles internas. Em terceiro, para os teóricos da modernização a difusão do capital, cultura e tecnologia, oriunda dos países desenvolvidos era um fator crucial na industrialização dos países satélites, mas Gunder Frank demonstrava que os países satélites tendiam a desenvolver-se economicamente mais depressa quando os laços com o capitalismo metropolitano se enfraquecem, como durante a Grande Depressão e as duas Guerras Mundiais. Em quarto, enquanto os teóricos da modernização classificavam as áreas subdesenvolvidas da América Latina como pré-capitalistas, Gunder Frank, afirmava que a ideia de um estágio pré-capitalista era utilizada, inclusive por analistas marxistas, para justificar a necessidade de uma revolução burguesa a fim de levar a América Latina ao estágio capitalista da história.

Gunder Frank criticou a noção de *subdesenvolvimento* como um suposto estágio inicial do desenvolvimento. Para ele, subdesenvolvimento e desenvolvimento eram partes de um mesmo problema, ou seja, subdesenvolvimento não é um produto da paralisia histórica da América Latina, mas de um processo de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Daí as críticas ao termo “feudal” e toda teoria de estágios do desenvolvimento, que traziam consigo uma concepção de *handicap* histórico da América Latina¹⁶.

O estruturalismo econômico de Gunder Frank teve pouca

¹⁶ Em *Dependencia y Desarrollo en América Latina (1969)*, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto privilegiam a discussão sobre as teorias do desenvolvimento elaboradas por outros dependentistas e pelos desenvolvimentistas ligados à CEPAL. Os autores criticaram a ênfase excessiva dada à estrutura e ao controle externo em teses como a de Gunder Frank. Para eles, o objetivo era mudar a situação econômica vigente e para isso era necessário compreender o modo pelo qual as estruturas mudam ao longo do tempo, reivindicando uma abordagem mais histórica.

tolerância para com interpretações culturalistas. Para o autor, os países latino-americanos compartilham uma história comum de colonialismo e “satelitização”. A porta de saída desta condição de satélite era ação política direta em favor da libertação nacional latino-americana¹⁷.

De uma forma geral, após a década de 1950 com a criação da CEPAL, a América Latina será pensada primeiramente como lugar *subdesenvolvido* e posteriormente, com os teóricos da dependência, como *dependente*. Ambos os termos remetem a um conjunto de definições que identificam a América Latina ao problema da desigualdade social, da pobreza e do imperialismo. Uma *identidade econômica negativa* é forjada para a América Latina que passa a ser definida a partir desse referencial. Para os *cepalinos*, essa situação poderia ser superada com políticas desenvolvimentistas nacionalistas, enquanto para os *dependentistas* essa superação seria falaciosa se não houvesse uma ruptura política com o sistema capitalista mundial que fizera da América Latina uma região periférica e dependente. As variantes teóricas não alteram substancialmente a identidade econômica inferior articulada na intelectualidade acadêmica latino-americana nos anos 1950 e 1960.

O estabelecimento de uma definição da América Latina como lugar econômico inferior é gerador de uma identidade específica, uma identidade econômica inferiorizante, seja de subdesenvolvimento ou dependência. A questão por trás desta reflexão é uma só, a América Latina não é protagonista de sua história, deve buscar sua condição emancipatória. Tanto o pensamento cepalino quanto o da teoria da dependência aprofundaram o peso do *imperialismo* e do *colonialismo* na constituição da *identidade econômica inferior* vislumbrando a necessidade da superação dessa condição histórica.

É justamente a partir dessa *identidade econômica inferior* que a teologia da libertação estrutura seu discurso identitário da América Latina. Assim como o constatado por Déves Valdes, o pensamento católico latino-americano passou a articular o que era cristão com os problemas socioeconômicos dando início, deste modo, ao social-cristianismo que foi se direcionando para as teorias do desenvolvimento num primeiro momento e impregnando-se com fatores mais técnicos e pragmáticos provenientes das teorias econômicas e sociais, especialmente do *cepalismo*.

Posteriormente, esse catolicismo social se deparou com as elaborações dependentistas que defendiam a necessidade da ruptura com o sistema capitalista pela via revolucionária. De certa forma, a teologia da libertação é fruto desse segundo momento de identificação e aceitação da América Latina como lugar *econômico inferior*.

5 UMA TEOLOGIA LATINO-AMERICANA ÀS VOLTAS COM A IDENTIDADE ECONÔMICA INFERIOR

Quando o CELAM se voltou nos anos 1960 para pensar as *especificidades latinoamericanas*, incentivar a produção de uma *teologia latinoamericana* que respondesse à *realidade latinoamericana*, emergiu na cena dos debates intelectuais dentro da Igreja a *identidade econômica inferior* da América Latina. A teologia da libertação estruturou sua reflexão teológica a partir deste primado. As ciências sociais definiam a *realidade latinoamericana* como de pobreza, subdesenvolvimento e dependência: resultado de uma história imperialista e colonialista do sistema capitalista mundial. A grande comunidade imaginada, a América Latina, era essencialmente um *continente oprimido* e sua história era a história de sua opressão pelo sistema capitalista mundial. O cimento que dava liga e sentido para esta grande comunidade imaginada era uma história de opressão colonialista que resultara num continente empobrecido.

A identidade econômica inferior e uma história comum de colonialismo eram os pilares desta comunidade imaginada. América Latina e subdesenvolvimento e pobreza, nos anos 1960, era sinônimos. Uma ideia intrinsecamente relacionada a outra. Por essa razão, o próprio CELAM não tinha como pensar em qualquer projeto político-pastoral para a América Latina que não tocasse em pobreza, subdesenvolvimento, colonialismo, dependência, opressão – ou seja, léxico que compunha o universo dessa identidade econômica inferior e que se tornara o sinônimo de América Latina. Deste modo, o discurso teológico voltado para a especificidade latino-americana seria inevitavelmente um discurso baseado na identidade econômica inferior.

O dilema político-pastoral do CELAM era qual deveria ser a atuação da Igreja numa América Latina identificada e definida como um continente de pobreza, colonialismo, opressão, desigualdade social, etc. A teologia da libertação surgiu como resposta a essa indagação num contexto em que o social-catolicismo crescentemente assumia tais dilemas como cristãos.

Assim, para defender um projeto político de atuação imediata era necessário redefinir também a identidade da Igreja e desse catolicismo, provar que o comprometimento social não era algo do momento, do contexto histórico, mas havia sido desde sempre, *ad infinitum*, uma característica presente na Igreja Católica da América Latina. Tratava-se de inventar uma tradição, uma narrativa histórica, uma memória em que a atuação católica que se queria ali nos anos 1960 pudesse se forjar antiga, imemorial, desde sempre. Fazia-se necessário apontar a presença da Igreja e do catolicismo nessa *identidade econômica inferior* da América Latina que tinha suas raízes na história do colonialismo no continente.

¹⁷ Em um artigo intitulado *Who is the enemy?* Frank lança mão do vocabulário leninista e sustenta que a burguesia nacional é o inimigo tático da revolução, ao passo que o imperialismo seria seu inimigo estratégico.

Destacar a presença da Igreja Católica nessa história, tornar o catolicismo presença relevante e significativa na singularidade da América Latina fazia-se necessário a fim de legitimar o projeto político-pastoral daquele contexto reivindicado pelo CELAM. Entretanto, a questão se tornava complexa quando a Igreja era apontada como agente do colonialismo, corresponsável histórica por esta situação economicamente inferior. Foi preciso então reinventar a história da Igreja, estabelecer novos mitos de fundação, novos heróis que satisfizessem os projetos de poder do CELAM nos anos 1960, que trouxesse à luz uma Igreja dos pobres militante e crítica da identidade econômica inferior da América Latina.

A objetivação e naturalização da América Latina como continente pobre, explorado, subdesenvolvido, dependente e também *cristão* viabilizava o projeto de poder institucional do CELAM e junto com ele o da teologia da libertação que se afirmava autenticamente latino-americana e, por conseguinte, a única teologia legítima por atender às especificidades da América Latina. Uma identidade e legitimidade transnacional para uma instituição transnacional produzida por elite intelectual-religiosa transnacional. Reforçar o poder do CELAM, contribuir para sua legitimidade institucional, defender seu projeto político-pastoral era também reforçar seu próprio poder construído a partir de seu lugar institucional e sua credibilidade discursiva. Não é por menos que o próprio Enrique Dussel afirmou: “Num determinado momento, a teologia da libertação foi a teologia oficial do CELAM, mas a partir de 1972 deixou de sê-lo” (DUSSEL, 1985, P. 130).

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Towards a theology of liberation**. Princeton, University of Princeton, 1968.
- AMARAL, Roniere Ribeiro do. **Milagre político**: catolicismo da libertação. 2006. 341f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- ANDRADE, Paulo Fernandes Carneiro. **Fé e eficácia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- ASSMAN, Hugo. **Liberación-opresión: desafío a los cristianos**. Montevideo: Tierra Nueva, 1971.
- BOFF, Clodóvis; BOFF, Leonardo. **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- BRUIT, Héctor. A invenção da América Latina. **Revista do Mestrado em História**, Vassouras, RJ, v. 5, p. 69-88, 2003.
- CORONADO, Jesus Castilho. **Livres e responsáveis**. O legado teológico de Juan Luis Segundo. São Paulo: Paulinas, 1998.
- COCKCROFT, James D; FRANK, André Gunder ; JHONSON, Dale L. **Dependence and underdevelopment**: Latin America's political economy. New York: Anchor, 1972.
- DUSSEL, Enrique. **Teologia da Libertação**: um panorama de seu desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DUSSEL, Enrique. **Caminhos da libertação latino-americana (Vol 4.)**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.
- FERES JR., João. **A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. **Hacia una teología de la liberación**. Montevideo: MIEC-JECI, 1969.
- HALL, Stuart. **A questão da identidade cultural**. Campinas, SP: IFCH-Unicamp, 1995.
- LEWIS, Martin W; WIGEN, Kären E. **The myth of continents: a critique of metageography**. Berkeley: University of California, 1997.
- LOWY, Michael. **A guerra dos deuses**: política e religião na América Latina. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.
- MARTINS, Élvio Rodrigues. Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser. **GEOUSP**, São Paulo, n. 21, p. 33-51, 2007: Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp21/Artigo_Elvio.pdf>. Acesso em: 15 jul.2008.
- OLIVEROS, Roberto. **Liberación y teología**: génesis y crecimiento de una reflexión 1966-1976. Lima: CEP, 1977.
- QUIJANO, Anibal. **El proceso de urbanización em Latinoamérica**. CEPAL: Santiago, 1966.
- VALDÉS, Eduardo Devés. O pensamento nacionalista na América Latina e a reivindicação da identidade econômica (1920-1940). **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.20, CPDOC/FGV, 1997. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2053>>. Acesso em: 15 jul. 2008.
- VALDÉS, Eduardo Devés. **El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Entre la modernización y la identidad. Tomo II: Desde la Cepal ao neoliberalismo (1950-1990)**. Buenos Aires: Biblos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2000.
- VALÉRIO, Mairon E. **O continente pobre e católico**: o discurso da teologia da libertação e a reinvenção religiosa da América Latina (1968-1992). 2012. 338f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, IFCH/UNICAMP, Campinas, 2012.



• THE LIBERATION THEOLOGY
AND THE ECONOMIC IDENTITY
OF LATIN AMERICA •

Abstract: This article analyzes the importance of the economic identity of Latin America in the discourse of liberation theology. It points out how the idea of Latin America was built by liberation theology in order to legitimize itself as a political and pastoral alternative to the Latin American Catholicism between 1960 and 1990. To do so, it first establishes a conceptual definition of liberation theology, questioning the perception of militant literature of wide social movement emerged at the base. It also proposes the definition of liberation theology as a discursive movement carried out by Catholic intellectuals in the network. Afterward, it highlights the construction process of the Latin American identity of this theology and how Latin America is signified and invented from a set of discourses that historically defined it as a place of poverty and underdevelopment.

Keywords: Liberation Theology. Latin America. Identity.

• LA TEOLOGÍA DE LA LIBERACIÓN
Y LA IDENTIDAD ECONÓMICA
DE LA AMÉRICA LATINA •

Resumen: En este artículo se hace el análisis del peso económico de la identidad de América Latina en el discurso de la teología de la liberación. Señala que una idea de Latinoamérica fue construida por la teología de la liberación con el fin de legitimarse como alternativa política y pastoral al catolicismo latinoamericano entre 1960 y 1990. Para ello, primero se establece una definición conceptual de la teología de la liberación, cuestionando la percepción de la literatura militante del amplio movimiento social que surgió en la base. Propone la definición de la teología de la liberación como un movimiento discursivo llevado a cabo por una red de intelectuales católicos. Más adelante, destaca el proceso de construcción de la identidad latinoamericana de la teología y cómo América Latina fue por ella significada e se inventó partir de un conjunto de discursos que históricamente la definen como un lugar de la pobreza y del subdesarrollo.

Palabras clave: Teología de la Liberación. América Latina. Identidad.





• IMPRENSA E LEITURA DE ROMANCES NO BRASIL OITOCENTISTA •

Resumo: O panorama do romance do século XIX no Brasil apresentado pelas histórias literárias tradicionais costuma restringir-se a obras posteriormente consagradas. Esse ponto de vista negligencia a leitura e o comércio livreiro da época. Para se ter uma visão mais ampla e mais precisa a respeito da leitura de romances no país, é necessário recorrer a outras fontes, entre as quais a imprensa mostra-se especialmente importante. Considerando o papel crucial da imprensa na difusão da prosa ficcional durante o século XIX, este trabalho tem por objetivo refletir sobre o valor dos periódicos oitocentistas brasileiros como fontes primárias para uma história da leitura de romances no Brasil.

Palavras-chave: Leitura. Imprensa. Romance. Fontes primárias. Século XIX.

• ANDRÉA CORREA PARAISO MÜLLER •

I O VALOR DAS FONTES PRIMÁRIAS NO ESTUDO DA LITERATURA

Durante muito tempo, o ensino de literatura ficou restrito, nas escolas e universidades brasileiras, ao estudo da história literária, na sua concepção mais tradicional, a de uma “sequência, no tempo, de obras de cunho artístico, divididas conforme o gênero [...] e conforme a língua em que circularam pela primeira vez” (ZILBERMAN, s.d., p. 1).

Calcada, como lembra Paulo Franchetti (2002, p. 247), na “eleição estética”, ou seja, na formação do cânone, a história literária, em seu viés mais tradicional, seleciona os autores e obras que julga os mais significativos do período que toma por objeto de estudo. Entretanto, os critérios empregados para eleger esses autores e obras são, em geral, os do presente do historiador, o que pode conduzir a certos anacronismos. É preciso levar em conta, por exemplo, que muitas das obras que atualmente são tidas como os grandes livros *do* passado nem sempre coincidem com aqueles que eram considerados os grandes livros *no* passado:

Os grandes livros fazem parte de um conjunto canônico de clássicos selecionados retrospectivamente, ao longo dos anos, pelos profissionais que se encarregaram da literatura — isto é, pelos críticos e professores universitários [...]. Esse tipo de literatura talvez nunca tenha sequer existido fora da imaginação dos profissionais e seus estudantes (DARNTON, 1995, p. 145).

A observação de Robert Darnton no fragmento transcrito chama a atenção para os anacronismos em que, não raro, incorre a história literária, sobretudo quando esta desconsidera os critérios de julgamento estético e as leituras do(s) período(s) sobre o(s) qual(is) se debruça. Conforme assinala Darnton em outro ensaio, a visão da literatura do passado que formamos a partir da história literária está, muitas vezes, distante de uma “verdadeira experiência da literatura do passado”:

Vemos a literatura de cada século como um conjunto de obras agrupadas em torno dos clássicos; e nossa ideia de clássico provém de nossos professores, que por sua vez a receberam de seus mestres [...]. A história literária é um artifício criado ao longo de muitas gerações; apresenta-se ora reduzida, ora ampliada; puída em alguns pontos, remendada em outros; e por toda parte permeada de anacronismos. Pouco tem a ver com a verdadeira experiência da literatura do passado (DARNTON, 1998, p.9).

As obras que a história literária consagra nem sempre são as que foram mais significativas na época de seu surgimento. Ao não levar em conta as práticas de leitura do passado e o universo cultural mais amplo em que elas se inserem, a história literária corre o risco de transmitir uma imagem fictícia da literatura do passado. Apesar dos anacronismos, esse viés da história literária dominou o ensino de literatura no Brasil, tanto no ensino médio quanto nos cursos de Letras, até bem pouco tempo atrás.

Ao longo do século XX, a perspectiva historicista nos estudos literários recebeu diversas críticas, provenientes, sobretudo, de correntes da Teoria Literária que defendiam a supremacia da análise interna do texto. Essas correntes acusavam a história da literatura de negligenciar o texto, e acabaram por adotar uma postura oposta, mas igualmente redutora: o imanentismo. José Luís Jobim (2005, p. 46) assinala que os anos 1970, de modo particular, foram marcados pela tendência a “considerar o texto como algo que se bastava a si mesmo” e a descartar a realidade cultural que o envolvia. Essa perspectiva teria começado a ser deixada de lado nos anos 1990:

Assim, o estudo das instituições, maneiras de pensar, cânones, modos de produção cultural e quadros de referência históricos foi considerado “externo” à literatura, e, por consequência, descartável. Felizmente, nos anos noventa, aquele confinamento teórico parece ter sido superado, e uma série de tópicos anteriormente julgados proscritos ou irrelevantes voltaram a fazer parte da agenda de interesses dos críticos, teóricos e historiadores da literatura. O livro de Marisa Lajolo e Regina Zilberman, *A formação da leitura no Brasil*, é um exemplo claro disso (JOBIM, 2005, p. 46-47).

Como observa Jobim, as análises imanentistas também têm sido questionadas e, nas duas últimas décadas, de modo especial, têm surgido trabalhos, entre os quais o mencionado pelo pesquisador na citação acima, preocupados com a história da literatura, porém não retomando o sentido convencional de sequência cronológica de obras canônicas, mas procurando reconstituir o universo cultural no qual se insere a literatura do passado. Reconstituir esse universo cultural implica estar consciente do papel do leitor e, assim, levar em conta as leituras e os critérios de avaliação literária do passado. Implica, portanto, debruçar-se sobre as “práticas culturais historicamente vigentes” (JOBIM, 2005, p. 47), e não tomá-las como mero pano de fundo. E implica, finalmente, recorrer às fontes primárias, muitas vezes negligenciadas pela teoria literária, assim como pela história da literatura, que costumam privilegiar, como objeto de estudo, a obra publicada em livro, em detrimento de seus processos de produção, circulação e recepção:

Por não percorrer o caminho de volta, que levaria da obra publicada às suas origens e repercussão, a História da Literatura des-historiciza seu objeto; com isso, contradiz sua natureza e acaba por fornecer à Teoria um objeto desmaterializado, um ser ideal a que não corresponde algo concreto (ZILBERMAN et al., 2004, p. 15).

A pesquisa em fontes primárias possibilita que se evitem tanto as interpretações anacrônicas de uma história literária que desconsidera as leituras do passado quanto o reducionismo das análises que tomam o texto literário como um objeto auto-suficiente e imaterial. Maria da Glória Bordini explica que:

Fontes primárias, no campo literário, são de caráter vestigial, ou seja, sinalizam algo que já não é, cujo advento ocorreu em uma

dimensão temporal da vida de um escritor, da vida de algum outro sujeito histórico relacionado com o evento literário, do processo de produção/recepção de uma obra, com todos os agentes e objetos nela envolvidos, mesmo que esse momento seja contemporâneo (BORDINI, 2004, p. 201).

As fontes primárias constituem-se, pois, de objetos físicos que possam servir de suportes materiais para um “momento transitório do sistema literário”. Correspondem a uma vastíssima gama de manifestações, que incluem desde cartas até objetos de uso pessoal, passando por jornais, documentos de identificação e registros fonográficos. Segundo Bordini, as fontes primárias dão permanência àquilo que é fugidivo:

Tudo, enfim, que forneça um suporte material para significar um momento transitório do sistema literário, que possa, na sua tangibilidade, dar permanência ao tempo que foge e às condições espaciais que se modificam, constituir-se-ia em uma fonte primária para o conhecimento da literatura (BORDINI, 2004, p. 202).

No que tange ao estudo da literatura e da leitura no Brasil, a imprensa constitui-se em um rico material de pesquisa. Os periódicos oitocentistas, de modo específico, são fontes inestimáveis para o conhecimento do processo de consolidação do gênero romanesco no país.

Procuraremos, neste artigo, a partir de dados de pesquisa, demonstrar a relevância da imprensa como fonte primária no estudo da leitura de romances no Brasil oitocentista.

2 PERIÓDICOS OITOCENTISTAS E ROMANCE

A literatura no Brasil, principalmente quando se trata do século XIX, sempre teve especial ligação com o jornalismo. Desde o início da imprensa no país, em 1808, a atividade literária sempre encontrou nos jornais e revistas um espaço de difusão e discussão. Raros eram os periódicos oitocentistas que não reservavam um lugar em suas páginas para os assuntos literários. Mais do que local de manifestação para a produção e a crítica literárias, pode-se afirmar, como Álvaro Simões Júnior, que a imprensa do século XIX era, de certo modo, literária:

Em larga medida, os jornais e revistas eram literários, não apenas pela divulgação de textos de ficção (poemas, contos, romances seriados etc.) e de crítica literária (ensaios, resenhas, etc.) e pela própria condição de romancistas, poetas e dramaturgos conhecidos de boa parte dos redatores mais importantes, mas também, — e talvez principalmente, — pela simbiose entre jornalismo e literatura, que levou à incorporação de características “literárias” (retórica, citação de autores, imagens poéticas, etc.) aos gêneros especificamente jornalísticos (editoriais, artigos de fundo, reportagens, etc.) [...] (SIMÕES JR., 2006, p. 142).

O romance, gênero ainda em formação, sem tradição ou modelos

definidos, visto com desconfiança por muitos homens de letras, encontrou no jornal um suporte privilegiado, o que acabou por contribuir para a divulgação e, mais tarde, para a consolidação e aceitação do gênero. Valéria Augusti (2010) afirma que a recepção crítica das produções romanescas ao longo do Oitocentos contribuiu para que o romance fosse adquirindo prestígio, a ponto de merecer figurar, no final do século, nas histórias literárias. E não se pode esquecer que essa recepção crítica manifestou-se praticamente toda ela nos periódicos.

Os pesquisadores que hoje se debruçam sobre a trajetória do romance no Brasil têm na imprensa oitocentista um rico arquivo de fontes primárias para seu trabalho. Os periódicos são marcas da presença e da circulação de romances no país, da produção de narrativas romanescas por autores brasileiros e do debate que aqui se estabeleceu sobre o gênero.

A circulação de romances e o interesse por sua leitura no século XIX podem ser observados por meio das muitas narrativas nacionais e estrangeiras publicadas tanto em jornais diários quanto nas chamadas revistas literárias. A presença do gênero também se comprova pelos inúmeros anúncios de romances estampados nas páginas dos periódicos.

As histórias literárias produzidas ao longo do século XX, ao estudarem o século XIX brasileiro, apresentam um número restrito de romances e romancistas, limitando-se aos que, de acordo com critérios desenvolvidos e aceitos sobretudo a partir do século XX, tornaram-se canônicos. Entretanto, um breve passeio pelos diversos periódicos que circulavam em nosso país no século retrasado é suficiente para mostrar que a leitura de romances no Brasil oitocentista era algo muito mais amplo do que fazem crer as histórias literárias e livros didáticos.

Realizamos uma pesquisa nos anúncios de livrarias que foram publicados no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro nos anos de 1857 e 1858, a fim de detectar quais foram os romances mais frequentemente anunciados naqueles anos e, assim, ter uma noção do que o leitor brasileiro, mais especificamente o público residente na corte, tinha à sua disposição. Escolhemos o *Jornal do Commercio* como fonte da pesquisa por ser o periódico que mais veiculava anúncios de livrarias no Rio de Janeiro da época. A consulta aos exemplares microfilmados do jornal deu-se no Arquivo Edgard Leuenroth, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Os resultados completos foram publicados na tese de doutorado *De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary* (MÜLLER, 2012).

A análise dos dados aponta para a diversidade de narrativas que circulavam no Brasil naquele período. No ano de 1857, identificamos nos anúncios um total de 249 narrativas diferentes. Os dados de 1858 revelam um número ainda maior: 259 narrativas,

entre romances e outros textos em prosa ficcional.

Os títulos oferecidos incluíam desde novelas de cavalaria, como as do português Francisco de Moraes, histórias do século XVI, como *Princesa Magalona*, passando por romances setecentistas, como *Paulo e Virgínia* e *Robinson Crusóé*, até os grandes *best-sellers* daquela época, os folhetins franceses, sucessos recentes no continente europeu que rapidamente eram oferecidos no Brasil e em quase todo o mundo ocidental, na língua original ou traduzidos.

Havia, ainda, romances brasileiros, como os de Joaquim Manuel de Macedo, Teixeira e Sousa e os primeiros de José de Alencar, além de escritores hoje desconhecidos, mas que obtiveram êxito em meados do século XIX.

Nas duas tabelas a seguir estão listados os romances mais anunciados (anunciados seis ou mais vezes) no *Jornal do Commercio* em 1857 e em 1858, respectivamente:

Tabela 1- Romances mais anunciados no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro em 1857

Título do romance	Número de vezes que foi anunciado
<i>O marquês de Pombal</i> [Clémence Robert]	9
<i>Os segredos de um cemitério</i> [?]	9
<i>Paulo e Virgínia</i> [Bernardin de Saint-Pierre]	7
<i>Os sete beijos de Buckingham</i> [Moléri e Gonzalès]	7
<i>História de D. Ignez de Castro</i> [Madame de Genlis]	6
<i>Duas horas de leitura do Porto a Braga</i> [Camilo Castelo Branco]	6
<i>Mistérios de Paris</i> [Eugène Sue]	6
<i>Os vinte anos depois</i> [Alexandre Dumas]	6

Tabela 2 - Romances mais anunciados no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro em 1858

Título do romance	Número de vezes que foi anunciado
<i>Duas horas de leitura do Porto a Braga</i> [Camilo Castelo Branco]	8

<i>O marquês de Pombal</i> [Clémence Robert]	8
<i>O Guarani</i> [José de Alencar]	8
<i>Os cinco minutos</i> [José de Alencar]	7
<i>História de D. Ignez de Castro</i> [Madame de Genlis]	7
<i>O visconde de Bragelonne</i> [Alexandre Dumas]	7
<i>Os vinte anos depois</i> [Alexandre Dumas]	6

Nem todos os romances mais anunciados em 1857 e 1858 são conhecidos do público de hoje. Alguns deles foram grandes sucessos no século XIX, mas ficaram totalmente esquecidos posteriormente, não entraram para o cânone. É o caso de *O marquês de Pombal*, anunciado nove vezes em 1857 e oito em 1858. Embora o título sugira tratar-se de uma obra portuguesa, o romance é, na verdade, de origem francesa, escrito nos anos 1840 por Antoinette Henriette Clémence Robert (1797-1872), que fazia sucesso publicando nos folhetins dos jornais franceses seus romances históricos (NADAF, 2002, p. 134).

Outro romance francês com tema português que figurou entre os mais anunciados em 1857 e em 1858 foi *História de D. Ignez de Castro*. Escrito em 1817 por Madame de Genlis, pedagoga e escritora francesa de renome em seu tempo. O texto retomava, em forma de romance, a história de Inês de Castro, já narrada na literatura portuguesa, inclusive por Camões, no canto III de *Os Lusíadas*.

Se os dois romances supramencionados exploravam temas portugueses, o único título realmente português entre os mais anunciados em 1857 e em 1858 foi *Duas horas de leitura do Porto a Braga*, de Camilo Castelo Branco. Publicado em 1857, trata-se de uma reunião de quatro histórias curtas, todas de tendência romântica com toques de ironia, classificadas pelo próprio narrador como romance. Não está entre as hoje mais conhecidas obras de seu autor, que figuram em histórias literárias e programas escolares. Entretanto, parece ter feito grande sucesso à época de seu lançamento, pois em 1858, apenas um ano após o surgimento da primeira edição, era lançada uma segunda, que localizamos no *Catálogo Suplementar do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro* (1868).

O quarto romance que figurou entre os mais anunciados tanto em 1857 quanto em 1858 foi *Os vinte anos depois*, de Alexandre Dumas. Publicado em 1845, é uma sequência de *Os três mosqueteiros* (1844), no mesmo estilo folhetim, com intriga movimentada, mesclando elementos históricos e aventura.

Paulo e Virgínia, anunciado sete vezes em 1857, foi publicado em

1788 pelo francês Bernardin de Saint-Pierre. Relata a história de dois jovens que cresceram juntos em uma ilha. Fez imenso sucesso e foi traduzido para várias línguas. Circulava no Brasil desde o início do século XIX (ABREU, 2003, p. 115). Em 1811, teve uma tradução publicada pela Imprensa Régia (SOUZA, 2009, p. 27).

Os sete beijos de Buckingham, anunciado sete vezes em 1857, é um romance francês escrito por Guillaume Moléri e Emmanuel Gonzalès, folhetinistas que produziram bastante no século XIX, mas são desconhecidos do público atual.

Outro folhetim francês de grande êxito que apareceu entre os romances mais anunciados no *Jornal do Commercio* em 1857 foi *Mistérios de Paris*, de Eugène Sue. Publicado originalmente nos folhetins *Journal des Débats* de 1842 a 1843, obteve sucesso estrondoso. A edição em livro atingiu altíssima vendagem, tendo circulado em diversos países. Por meio de uma intriga cheia de peripécias, o romance aborda as condições de vida das classes populares na Paris oitocentista. Também no Brasil a obra fez enorme sucesso e causou repercussão, tanto em folhetim (foi publicada no *Jornal do Commercio* de setembro de 1844 a janeiro de 1845) quanto em livro (SCHAPOCHNIK, 2010).

Segredos de um cemitério, o último título a figurar apenas na tabela 1, foi anunciado sempre sem menção à autoria e em reclames que tinham por título “Romances” ou “Novelas”. Não conseguimos identificar autor nem nacionalidade, o que demonstra o quão esquecidas tornaram-se muitas das obras que tiveram ampla circulação no Brasil oitocentista.

Na lista dos romances mais anunciados em 1858, há dois títulos brasileiros hoje consagrados, ambos de José de Alencar: *Cinco minutos* e *O guarani*. O primeiro foi o romance de estreia de seu autor, publicado nos folhetins do *Diário do Rio de Janeiro* em 1856 e disponibilizado para venda na tipografia do jornal no ano seguinte. *O guarani* havia saído em folhetim no mesmo periódico, em 1857.

Finalmente, *O visconde de Bragelone*, último dos romances que aparecem apenas na tabela 2, é de autoria de Alexandre Dumas e dá sequência a *Os vinte anos depois*, fechando a trilogia iniciada com *Os três mosqueteiros*. Fora inicialmente publicado nos folhetins do parisiense *La Presse*.

Fizemos também um levantamento dos escritores com o maior número de romances anunciados no *Jornal do Commercio* (seis títulos diferentes ou mais) nos mesmos anos de 1857 e 1858. Os resultados estão organizados nas tabelas a seguir:

Tabela 3 - Romancistas com maior número de títulos anunciados no *Jornal do Commercio* em 1857

Romancista	Número de títulos anunciados

Alexandre Dumas	33
Honoré de Balzac	24
Walter Scott	18
Eugène Sue	12
Paul de Kock	11
Camilo Castelo Branco	7

Tabela 4 - Romancistas com maior número de títulos anunciados no *Jornal do Commercio* em 1858

Romancista	Número de títulos anunciados
Alexandre Dumas	35
Eugène Sue	14
Élie Berthet	11
Joseph Méry	7
Frédéric Soulié	6
Paul de Kock	6

Camilo Castelo Branco, Alexandre Dumas, Walter Scott e Balzac certamente são conhecidos do público brasileiro de hoje, ao menos dos estudantes de Letras. Quanto aos demais, muito provavelmente são estranhos ao repertório dos leitores atuais. Eugène Sue, Paul de Kock, Élie Berthet, Joseph Méry e Frédéric Soulié não entraram para o cânone, mas estavam entre os folhetinistas mais célebres em seu tempo. Além deles, muitos outros romancistas populares, sobretudo franceses, tiveram suas obras propagandeadas pelas livrarias da corte no *Jornal do Commercio*. Nomes hoje obscuros como Alexandre de Gondrecourt, Paul Féval, Ponson du Terrail, Octave Feuillet, Xavier de Montépin, entre outros, eram frequentes nos anúncios de livreiros e posicionavam-se entre os escritores mais lidos no século XIX, não apenas aqui, mas em praticamente todo o mundo ocidental (MOLLIER, 2008). Com o advento do folhetim, muitos escritores franceses passaram a produzir, com rapidez comercial, narrativas ao gosto popular que, além dos rodapés dos jornais, eram publicadas também em livros de coleções de preços reduzidos, visando atingir um mercado cada vez mais amplo. Desse modo, o romance francês teve extraordinária circulação e aceitação em diversos países, inclusive no Brasil.

Os periódicos nos mostram que as obras que o público brasileiro tinha à sua disposição e, muito provavelmente, lia, nem sempre coincidiam com as que a tradição consagrou e fez figurar nas histórias literárias e programas escolares. Além de nos permitir vislumbrar o mercado livreiro oitocentista, a pesquisa de fontes primárias dá acesso também ao pensamento da crítica do período. As revistas e jornais do século XIX frequentemente veiculavam artigos de homens de letras que se expressavam sobre a literatura

de seu tempo. O contato com esses textos nos fornece uma noção dos critérios empregados pela crítica de então no julgamento das obras e nos proporciona uma visão da leitura daquele período mais precisa do que a transmitida pelas histórias literárias.

Os críticos de até meados do século XIX tinham critérios bastante diferentes dos atuais na avaliação de um texto. A maior parte dos homens de letras, tanto brasileiros quanto estrangeiros, tinha na moralidade o principal parâmetro para avaliar romances: o bom romance era, sobretudo, aquele capaz de edificar seus leitores. Essa diferença de critérios ajuda a explicar o fato de muitos romances hoje consagrados não terem agradado aos críticos seus contemporâneos.

Nas páginas dos periódicos oitocentistas brasileiros, diversos romances totalmente desconhecidos do público atual foram elogiados e recomendados por críticos que gozavam de prestígio na época. É o caso de *A filha da vizinha*, de Antonio José Fernandes dos Reis, romance que foi considerado pelo respeitado crítico Nuno Álvares Pereira e Sousa como superior ao hoje canônico *Madame Bovary*, de Flaubert. Em um artigo publicado em 1º de outubro de 1860 na *Revista Popular*, periódico de grande circulação na época, o crítico atacou o romance de Flaubert por sua suposta imoralidade e recomendou *A filha da vizinha* por tratar-se, no seu entender, de uma obra edificante e aconselhável às famílias:

Não é somente o desenlace trágico de Madame Bovary que torna-a um dos romances mais perigosos, como a sua linguagem licenciosa [...]. Romances como esse são venenos lentos que se deslizam imperceptivelmente pelo coração [...].

Felizmente para a nossa literatura, esse gênero é verdadeiramente desconhecido entre nós, e para isso fazemos apelo a uma última publicação brasileira.

A filha da vizinha é um belíssimo romance, em que o enredo se acha a par da linguagem sempre delicada e honesta, é um livro que sem prejuízo algum pode ser lido por todos. O seu autor compreendeu perfeitamente que as nossas famílias precisam de obras cheias de moralidade ... (SOUSA, 1860, p. 85).¹

A filha da vizinha, que hoje temos dificuldade para encontrar até mesmo nas seções de obras raras de grandes bibliotecas, encaixava-se perfeitamente nos padrões de bom romance predominantes na época em que foi produzido: possuía um tom moralizante, ao contrário de *Madame Bovary*, que só viria a ser valorizado mais tarde, ao final do século XIX, quando os critérios de avaliação de romances foram-se modificando.

Nuno Álvares Pereira e Sousa não foi o único crítico a elogiar o romance de Fernandes dos Reis na imprensa brasileira. Em 26 de fevereiro de 1860, um artigo assinado apenas pelas iniciais R. P. louvava, na *Revista Theatral*, o surgimento de *A filha da vizinha*,

ressaltando a aceitação que vinha recebendo nos jornais da corte. A edição de 1º de julho de 1863 da *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Litterarios* saudava entusiasticamente a segunda edição do romance.

Em dezembro de 1865, na mesma *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Litterarios*, o crítico F.T. Leitão, apesar de lamentar a escassez de escritores nacionais que abordassem as tradições do país, arrolou alguns romancistas brasileiros considerados importantes naquele momento. Além dos canônicos Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar, a lista continha nomes que não constam na maior parte das histórias literárias redigidas a partir do século XX, entre os quais o próprio Fernandes dos Reis (autor de *A filha da vizinha*), Pinheiro Guimarães, Bruno Seabra e, até mesmo, Teixeira e Sousa, autor de imenso sucesso na primeira metade do século XIX que não resistiu às mudanças de critérios de avaliação crítica e concepção de romance que se foram operando em fins do Oitocentos. Ou seja, além da imensa quantidade de romances estrangeiros em circulação no país, havia também uma produção ficcional brasileira, muito maior do que a que ficou consagrada pela tradição literária.

Germana Sales identifica a publicação de narrativas de autor brasileiro em periódicos nacionais já nos anos 1830:

No final da década de 30, o jornal aparece como importante meio facilitador da relação entre a obra e o público. Nesse contexto, ainda em 1838, o periódico *O Chronista* publica os escritos *Os três desejos* e *Mariana*, de Firmino Rodrigues da Silva e, do mesmo autor, no mesmo ano, *Um sonho*, no *Gabinete de Leitura* de 7 de janeiro de 1838, com a assinatura “Rodrigues da Silva” (SALES, 2011, p. 79).

Os dados aqui apresentados demonstram que uma pesquisa não muito extensa nos periódicos oitocentistas brasileiros é suficiente, pois, para nos fazer chegar a algumas constatações:

- a) o público brasileiro de meados do século XIX tinha à sua disposição uma enorme variedade de romances, sobretudo estrangeiros, ou seja, o universo de leitura da época era bem mais amplo do que nos fazem crer as histórias literárias;
- b) grande parte dos romances de sucesso em meados do século XIX é desconhecida do público atual. Entretanto, esse universo de produções ficcionais em prosa que estava presente nas livrarias e periódicos oitocentistas fez parte do mesmo cenário literário de romances hoje canônicos, não podendo, portanto, ser desconsiderada quando são estudados estes últimos. Se quisermos compreender melhor os textos que ficaram consagrados e até mesmo refletir sobre as causas de sua consagração, é importante conhecer o contexto literário de seu

¹ Atualizamos a ortografia do texto original.

surgimento e a literatura com a qual conviviam;

- c) a produção romanesca nacional do século XIX ia muito além dos autores hoje consagrados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os periódicos nos descortinam um panorama da leitura de romances no Brasil oitocentista diferente do que é comumente transmitido nas escolas e até mesmo nos cursos de Letras. A pesquisa de fontes primárias proporciona uma visão mais ampla e precisa do processo de consolidação do gênero romanesco no Brasil, à medida que permite conhecer não apenas os textos e autores que, posteriormente, foram considerados mais significativos, mas também os que a tradição literária apagou e que, no entanto, compuseram o universo literário de seu tempo.

Segundo Jean-Yves Mollier (2003), para que se possa ter uma compreensão mais apurada da leitura e da literatura de um determinado período, não se pode limitar a investigação às obras que entraram para o cânone. Não se trata, de modo algum, de aderir a correntes revisionistas, que procuram “resgatar” certos autores e textos e substituí-los aos clássicos. O que se deve buscar não é atribuir valor literário a obras esquecidas, e sim reconstituir o que Mollier (2003, p. 602) chama de “espaço literário de uma época”, que é composto não apenas pelos textos que se tornaram canônicos, mas também por aqueles considerados menores. A consulta aos periódicos oitocentistas aproxima-nos de uma reconstituição do “espaço literário” do século XIX e permite-nos vislumbrar o que teria sido uma história da leitura de romances daquele período.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2003.
- AUGUSTI, Valéria. **Trajatórias de consagração**. Discursos da crítica sobre o romance no Brasil oitocentista. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2010.
- BORDINI, Maria da Glória. A materialidade do sentido e o estatuto da obra literária em O senhor embaixador, de Érico Veríssimo. In: ZILBERMAN, Regina et al. **As pedras e o arco**: fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. p. 201-276.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos na França pré-revolucionária**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- FRANCHETTI, Paulo. História literária: um gênero em crise. **Semear** (PUCRJ), Revista da Cátedra Padre Antônio Vieira de estudos portugueses, Rio de Janeiro, n.7, v.1 p. 247-264, 2002.
- GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Catálogo suplementar dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1868.
- JOBIM, José Luís. O lugar da história da literatura. **Desenredo**, Passo Fundo-RS, n.1, v.1, p. 40-51, jan-jun. 2005.
- LEITÃO, F. T. Paulo, do senhor Bruno Seabra. **Revista mensal da sociedade ensaios litterarios**, Rio de Janeiro, dez. 1865.
- MOLLIER, Jean-Yves. Histoire culturelle et histoire littéraire. **Revue d'histoire littéraire de la France**, Paris, v. 103, p. 597-612, jul.-set. 2003.
- MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo**. Trad. Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MÜLLER, Andréa Correa Paraiso. **De romance imoral a obra-prima**: trajetórias de Madame Bovary. 2012. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2012.
- NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das miscelâneas**. O folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- SALES, Germana Maria Araújo. “Ainda romance”: trajetória e consolidação do gênero no Brasil oitocentista. **Floema**, Salvador-BA, n. 9, p. 73-90, jan.-jun. 2011.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Edição, recepção e mobilidade do romance *Les mystères de Paris* no Brasil oitocentista. **Vária história**, Belo Horizonte, v.26, n. 44, p. 591-517, jul.-dez. 2010.
- SIMÕES Jr., Álvaro. Da literatura ao jornalismo: periódicos brasileiros do século XIX. **Patrimônio e memória**, Assis-SP, v. 2, n. 2, p. 126-145, 2006.
- SOUSA, Nuno Alvares Pereira e. A filha da vizinha. Romance do Sr. Antonio José Fernandes dos Reis. **Revista Popular**, Rio de Janeiro, tomo VIII, p. 84-89, out.-dez. 1860.
- SOUZA, Simone Mendonça de. “Sahiram à luz”: livros em prosa de ficção publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro. In: ABREU, Márcia (Org.). **Trajatórias do romance**: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2009.
- ZILBERMAN, Regina. A leitura no Brasil: sua história e suas instituições. Projeto Memória da Leitura – IEL/UNICAMP. Disponível em: <www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio32.html>. Acesso em: 30 jun. 2013.
- ZILBERMAN, Regina et al. **As pedras e o arco**: fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.



• **PRESS AND NOVELS**
READING IN
NINETEENTH-CENTURY BRAZIL •

Abstract: The universe of XIX century novel in Brazil presented by traditional literary histories is usually limited to the titles that were later incorporated to the Brazilian Literary Canon. This point of view neglects reading habits and the book trade of the time. In order to have a broader and more accurate view of the novel reading habits in the country, it is necessary to search other sources, among these the press outstands as an important source. Taking into consideration the vital role of the press in the spread of fictional novel throughout the XIX century, this study proposes a reflection on the value of the Brazilian nineteenth century newspapers as the primary source of the Brazilian novel reading history.

Keywords: Reading. Press. Novel. Primary sources. XIX century.

• **PRENSA Y LECTURA DE**
NOVELAS EN EL
BRASIL DEL SIGLO DIECINUEVE •

Resumen: El panorama de la novela del siglo XIX en Brasil presentado por las historias literarias tradicionales en general se limita a las obras establecidas en la posteridad. Este punto de vista deja de lado la lectura y el comercio de libros de la época corriente. Para obtener una visión más amplia y precisa sobre la lectura de novelas en el país, es necesario recurrir a otras fuentes, incluyendo los medios de comunicación de imprenta, que son especialmente importante. Teniendo en cuenta el papel crucial de los medios de comunicación de imprenta en la difusión de la ficción en prosa en el siglo XIX, este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre el valor de los periódicos brasileños del siglo XIX, comprendidos como fuentes primarias para la lectura de las novelas en Brasil.

Palabras clave: Lectura. Imprenta. Novela. Fuentes Primarias. Siglo XIX.





• TERRITÓRIOS E SOCIABILIDADES NA
PRAÇA XV DE NOVENBRO
(FLORIANÓPOLIS-SC – 1990-2008) •

Resumo: O artigo apresenta discussão acerca dos diversos territórios que a Praça XV de Novembro assume e a verificação de como seus “freqüentadores” se apropriam desse espaço, partindo de outras transformações ocorridas no chamado “centro antigo” da cidade e das sociabilidades produzidas e vividas no seu entorno. Desse modo, consideramos esse espaço como palco de importantes manifestações que culminaram no esvaziamento do centro antigo e na grande territorialização deste, alterando as sociabilidades e o imaginário social sobre o local, ora pelo poder público, ora pela própria população.

Palavras-chave: Cidade, Sociabilidades, Praça, Territórios.

• EMERSON CÉSAR DE CAMPOS •

1 INTRODUÇÃO

Estabelecer reflexões acerca das formas variadas sob as quais se constroem as cidades é sempre uma tentativa desafiadora. Pretendemos aqui estabelecer uma reflexão sobre as produções que transformaram o “Centro Antigo” ou “Centro Histórico”¹, o chamado Núcleo Fundante de Florianópolis, nas duas últimas décadas, a partir de sua conhecida Praça XV de Novembro. Ora criados, ora soterrados², por vezes celebrados, os territórios presentes na Praça produziram alterações de sentidos e modos de se viver a cidade, remetendo à necessidade de novas leituras sobre estas realizações. Tendo em vista a ideia de que um lugar é sempre e ainda um espaço praticado, como bem colocou Michel de Certeau (1994), parecia necessário então apurarmos o olhar sobre a constituição dos territórios que forneciam sentidos ao lugar denominado Praça XV de Novembro. Os deslocamentos de sentidos ocorridos nos territórios presentes na Praça são simultaneamente agudos e instáveis, como vem sendo a própria realidade da cidade, em que pese esforços para consagrar espaços sólidos marcados pela Tradição. Assim, os territórios nos permitem pensar as transformações da Praça em perspectiva contemporânea, considerando as tensões e os sentidos alcançados por ela. Afinal, território sendo etimologicamente instável, deriva tanto de terra (o espaço físico) quanto de *terrere*, amedrontar, sendo, assim, “*territorium* um lugar do qual as pessoas são expulsas pelo medo” (BHABHA, 1998, p.147). A crescente onda de medo ou receio por parte considerável da população urbana, especialmente as camadas médias, juntou-se também à tensão em torno da expulsão dos artesãos da Praça (ocorrida entre 1999 e 2000), lugar que ocupavam desde a década de 1960, e rivalizou simultaneamente com projetos públicos e privados que chamavam a população, e em especial os turistas, de volta à Praça, culminando com toda uma revitalização do espaço, que alterou sentidos (outros fez permanecer) e sociabilidades realizadas na Praça XV de Novembro, um espaço de muitos territórios.

Palco inicial da conhecida Novembrada³, do Movimento pelas Diretas, das inúmeras reivindicações trabalhistas e sociais, a partir da década de 1990, apresentou-se uma série de outras tantas manifestações que acompanhou o crescimento da cidade e transformou o espaço e seus tantos sentidos, a exemplo da intervenção significativa que foi o levantar de tapumes e cercas realizado a partir de 1999.

¹ Para uma reflexão sobre a “redescoberta” dos Centros Antigos e Históricos e até mesmo suas pretensas redenções urbanas, ver, entre outros, especialmente: HUYSSSEN (2000).

² Ver Nonnenmacher (2007).

³ A Novembrada é o nome pelo qual ficou conhecida a manifestação popular ocorrida na Praça XV de Novembro durante uma visita do Presidente João Baptista Figueiredo em 30 de Novembro de 1979, quando mais de quatro mil estudantes, trabalhadores, e outros tantos segmentos, realizaram protestos contra o regime militar à época, no que foram combatidos pela Polícia Militar e pelo próprio presidente. Foram presos sete estudantes e o material da imprensa recolhido e censurado.

No final da década de 1990 e início da atual, a Praça se coloca como lugar estratégico para “revitalização” do Centro Antigo, como se poder verificar na Ata da 57ª Sessão ordinária da Câmara Municipal, que trata da “reforma da Praça XV”, onde mais que noticiada⁴, tal reforma canalizou, naquela oportunidade (entre 1999–2001), uma avalanche de reivindicações, sentidos e medos. Os artesãos (SOUZA, 1999), estabelecidos na praça desde a década de 1960, foram dela retirados; os comerciantes tiveram postos abaixo seus estabelecimentos (quiosques) e as sociabilidades afloraram com vigor. Tais sociabilidades são (e eram) produzidas por grupos diversos que praticam os espaços da Praça de modo mais frequente e persistente: ambulantes, músicos, sem tetos, prostitutas e outros; bem como pelos ocupantes eventuais: turistas, transeuntes, jogadores de tabuleiros. São ainda exemplos de intervenções e interações com as sociabilidades da Praça XV: projetos de revitalização, como iluminação e renovação arquitetônica (para algumas pessoas, uma autêntica “limpeza” da Praça); projetos que chamam a população, exibem a cidade em Casas como do Papai Noel e/ou do Carnaval; e, no limite, o crescimento da violência e o monitoramento da praça por câmeras de vídeo.

Na mesma seara de investigação e finalizando essas formulações iniciais, deve-se considerar as transformações comuns aos espaços públicos das cidades no contemporâneo, que indicam alterações ocorridas em Praças e em seus frequentadores (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006; SARLO, 1997). Os trabalhos mais recentes parecem apontar para um declínio na frequência das Praças, especialmente pelas camadas médias urbanas (alguns autores indicam, ironicamente, a praça de *Shopping Center* como alternativa). Contudo, pelo levantamento realizado, pode-se indicar que a frequência na Praça XV não diminuiu, aumentando, certamente, suas formas de expressão, seus territórios. É possível ver, simultaneamente à produção de tantos novos territórios, supostamente colaborando para um certo incipiente “cosmopolitismo”, o saudosismo de uma cidade que não há muito tempo, era mais tranquila, com sotaque marcado e práticas culturais mais próprias, como bem já colocou outro pesquisador (FALCÃO; DIAS, 2006). Para isto, realizamos, ainda que rápida, uma breve análise sobre a obra do jornalista Aldirio Simões (1998) (falecido em 2004), um dos criadores do Troféu Manezinho⁵, que deixa transparecer, em coluna que manteve por cinco anos no jornal “AN Capital”, o fenecer de uma cidade já não mais onde figuras como a Pandorga (mulher que andava com roupa desfiada),

⁴ JORNAL NA CAPITAL. Florianópolis, 04 de set. de 2002.

⁵ O Troféu Manezinho foi instituído por Aldirio Simões em 1987 e tenta desde então, premiar com o título de Manezinho aqueles que se podem dizer “autênticos” representantes da cultura florianopolitana, supostamente fragilizada pela chegada de pessoas de outras cidades, estados e países à capital de Santa Catarina.

ou o poeta Zininho⁶, andavam tranquilamente pela cidade e sua Praça. Esta leitura de cidade, que tende a “folclorizar” o outro, rivaliza com as manifestações cotidianas colocadas na Praça e constituem seus territórios. Desta forma, passamos então para a leitura da realidade sociocultural vivida em Florianópolis entre 1990 e 2006 a partir da Praça XV de Novembro.

2 UMA PRAÇA ENCONTRADA: CARTOGRAFIA DAS SOCIABILIDADES

Você mora em uma cidade, você gosta e não gosta dela, você imagina outras soluções que não as que têm sido adotadas, e está assistindo agora, em “uma sala pública, à apresentação de sua cidade realizada por profissionais da imagem que nunca confessarão que detestam a sua cidade” (JEUDY, 2005, p.25). Mas pode-se verdadeiramente detestar uma cidade? E quais seriam as razões? A ausência ou fenecer de seu centro? Seu aspecto (des)ordenado? A característica de suas construções? Sua violência cotidiana? Todas as razões para detestá-la ou amá-la terminam lhe conferindo inúmeros atrativos. No cotidiano acelerado em que estamos vivendo (e presenciando), os estudos sobre cidades certamente se mostram como uma consistente possibilidade de compreender, ao menos qualificar melhor, a complexa instabilidade que constrói a vida contemporânea.

Há uma certa tendência em se passar pela Praça XV de Novembro e não reconhecê-la. É mesmo uma ação ordinária. Assim, realizamos uma cartografia dos lugares da Praça, uma etnografia de seus. Cartografar, para além da obtenção de um mapa (que apenas delinea os contornos dos territórios), é uma ação que possibilita “fuçar, espiar, sondar, prescrutar os mundos que se vão inventando [...] a cartografia se faz ao mesmo tempo que o território” (ROLNIK; GUATARRI, 2005, p.12). Uma cartografia está sempre atenta aos movimentos. Os fluxos que a partir da década de 1990 se avolumam em territórios construídos por taxistas de moto, trabalhadores de *telemarketing*, estudantes, mendigos, prostitutas, viciados, músicos, turistas com suas máquinas fotográficas e voltas na figueira, alguns chamados de loucos (e folclorizados), jogadores de damas, *yuppies*, *hippies* e outros tantos. A cartografia pretendeu alcançar subsídios para compreender os projetos da ação pública (realizados ou não), que nas duas últimas décadas se destinaram a estabelecer estratégias de ocupação da Praça (quase sempre bastante racionalizadas). Essas estratégias foram relacionadas às táticas que mulheres e homens ordinários, como nos inspira a reflexão de Michel de Certeau mantém com a Praça e seus territórios. Enfim, tentamos inventariar algumas sociabilidades e sentidos que fornecem à Praça suas outras possíveis denominações: Da Figueira, Da Preguiça, Das Prostitutas, Dos Protestos.

A Praça XV espacialmente é um retângulo, forma comum entre as inúmeras praças que temos em outras tantas cidades. Andando por ela, vamos percebendo suas diferenças (e semelhanças) em relação a outros lugares. Árvores centenárias, monumentos e bustos de bronze, placas, bancos, uma polifonia sonora produzida por pássaros, por motores e buzinas de carros e por acordes de músicos de países latino americanos.

Na parte mais baixa da Praça, há mais espaço aberto, com árvores menores e menos volumosas⁷, vários bancos e duas mesas de dominó. Quase no Centro da Praça está sua mais conhecida atração natural: a Centenária Figueira, arcada pelo tempo, e sustentada por ferros e outros suportes ao longo de sua extensão. Com a chegada de turistas, intensificada a partir do final da década de 1980, a tradição inventada de se dar três voltas ao seu redor para alcançar casamento ou voltar à cidade se populariza, de modo que atualmente é muito comum e rotineira cenas de périplos turísticos ao seu redor. Na rótula, ocupando o lugar central, está o monumento em homenagem aos mortos do Paraguai. Para se chegar até ele existem quatro caminhos que dividem o círculo em quatro partes em forma de triângulo. Em cada uma delas há um busto de um intelectual catarinense: Cruz e Sousa, Vitor Meireles, José Boiteux e Jerônimo Coelho. Estão cercados de um jardim bem cuidado, com flores rosas e vermelhas. Subindo em direção a parte mais de cima e mais fechada da praça está o coreto: palco de mendigos, que fazem do local seus armários, suas casas, forjam seus lugares, suas vidas. Os vários bancos distribuídos por toda a extensão da praça chamam as pessoas que passam a se sentarem, assim como as várias placas distribuídas pelos jardins, intitulados “A praça é sua” e fazendo referências a ideias de preservação e aproveitamento, como “Ajude a preservar a Praça XV” ou “descanse na sombra da Figueira”. Nos jardins, as plantas estão identificadas por seus nomes científicos: não é só uma praça, mas também um laboratório biológico de espécies botânicas. No chão, os desenhos folclóricos realizados pelo artista da cidade, Hassis⁸, em forma de mosaicos são praticamente imperceptíveis às pessoas em movimentos.

Entre os ocupantes da Praça estão os homens mais velhos, em sua maior parte aposentados, jogando dominó ou canastra nas muitas mesas de concreto espalhadas pelo local. Tem-se a impressão de que tais homens ordinários, como diz Certeau, estão incorporados à paisagem, a Praça para eles é como uma extensão de suas casas, alguns exigem, portanto, que ela seja mantida limpa e livre de “malfazejos”, os amigos do alheio. O tampo das mesas, onde pastilhas brancas e pretas outrora formavam um tabuleiro de xadrez, é encoberto por panos de cozinha. Para completar, presas

⁷ Sobre a constituição das espécies arbóreas na Praça XV de Novembro ver: ADAM (2001).

⁸ Ver: *IPUF – Instituto de Planejamentos Urbano de Florianópolis*. Hassis na Praça XV de Novembro: levantamento e recuperação dos desenhos. Florianópolis: Insular, 2002.

⁶ Cláudio Alvim Barbosa, conhecido por Zininho, radialista e compositor, escreveu Rancho de Amor à Ilha em 1965, sendo a canção declarada Hino da Cidade de Florianópolis em 1968, através de lei municipal. Zininho morreu em 1998.

nos cantos das mesas, tiras de borracha, elástico ou fita crepe criam uma espécie de moldura, um quadrado menor, para impedir o voo das cartas. Ninguém ousa atrapalhar uma partida.

Ao lado, os mendigos que fazem da Praça sua única casa. Olha-se pra cima, uma placa: “Rua não é lugar para se viver. Ligue abordagem de rua”. São os indesejados da casa. Há também os engraxates, que usam a praça como local de trabalho; os operadores de *telemarketing* que se apropriam do local no horário de intervalo do trabalho. Temos os transeuntes: os turistas e suas máquinas fotográficas, os casais que sentam nos bancos para namorar, a faxineira, o velhinho que vem brincar com sua netinha, as excursões de escola e os trabalhadores e estudantes do centro que passam por ali. Essas pessoas se apropriam do espaço de forma que cada um dos frequentadores da Praça indica saber qual seu território nela, forjam e identificam o seu “pedaço”⁹. E o que, a princípio, é um retângulo no centro da cidade – conhecido por suas várias denominações, como Praça XV de Novembro ou Praça da Figueira – deixa de ser um simples espaço e se transforma em vários territórios que se sobrepõem, dependendo da apropriação que cada pessoa ou grupo faz dele, subjetivando lugares.

Em nosso estudo, foi possível perceber, concordando em parte com outros pesquisadores¹⁰, que a parte de cima da Praça de fato é mais fechada, com a vegetação mais alta, e por isso mais escura, mas seria precipitado chamá-la de promíscua, epíteto colocado desde o senso comum àquela parte da Praça. No centro ou meio da praça, que é o espaço em volta da Figueira, há um grande tráfego de transeuntes e turistas. E, por fim, há a parte de baixo da praça, que é mais clara e arejada, próxima ao antigo Miramar¹¹. Não podemos afirmar categoricamente que tais territórios sejam enraizados na lápide fixa da tradição, o que implica dizer que tais divisões não condicionam exclusivamente à produção das sociabilidades.

A espacialização da Praça em seus lugares praticados sofreu transformações variadas ao longo do tempo, expressão última de nosso contemporâneo. Falando sobre parte de sua vida experimentada nos arredores da Praça onde morou até 1973, Maria Teresa Santos Cunha lembra de uma Praça que se estendia até próximo da Catedral. “Na frente da Igreja passava carro. Aquela ruazinha que tem ali não era assim tão pequena, era maior”¹².

Além disso, até meados da década de 1960, a praça era de areia, sem calçamento, onde ela, junto a outras colegas, brincava de amarelinha. Já seu José Venâncio de Souza¹³, 68 anos, aposentado, há doze anos residindo no centro e frequentador assíduo da Praça, disse que quando era mais jovem, passava pela praça e achava um absurdo as pessoas ficarem ali paradas. Hoje faz igual. Falou várias vezes sobre a necessidade de se tirar os mendigos dali. Para ele, essas pessoas não passam de vagabundos que vivem no ócio. E isso produz uma imagem negativa da cidade, especialmente para os turistas.

Durante a pesquisa realizada, em uma das várias incursões à Praça, os pesquisadores não encontraram alguns dos habitantes mais assíduos do local: os mendigos. Junto a isso, acentuou-se o movimento de policiais na parte de cima da praça. Seis deles recolhiam os pertences dos mendigos e explicavam: “vai tudo pra COMCAP¹⁴. Lá eles decidem o que é lixo ou não”. Perguntados sobre o paradeiro dos moradores da Praça, dois deles relataram que havia um programa de Abordagem de Rua¹⁵, e que eles, junto as assistentes sociais, levavam os mendigos para abrigos¹⁶ (CARRIJO, 2007). Junto ao chamado esvaziamento do centro, há políticas que funcionam em favor de uma esfera pública burguesa e, portanto, visam retirar tudo que não seja parte desejada na ocupação espacial. Para o antropólogo Antônio Arantes, as praças são lugares cuja construção acontece de forma constante por parte do poder público e, por isso, acabam sendo palco de tensões e conflitos sociais, na medida em que há uma população que insiste em habitar esses lugares. Assim, segundo ele, “o controle social, assume a forma ritualizada de policiamento ostensivo: retórica que em princípio criminaliza o habitante das ruas, classificando-o socialmente como ‘coisa fora de lugar’, portanto simbolicamente suja e perigosa” (ARANTES, 1994, p.192).

As políticas públicas (e também privadas) parecem funcionar neste sentido em Florianópolis. Como bem indicou Neil Smith, é muito comum nos planejamentos e ações do Poder Público a Iniciativa Privada ser cada dia mais integrada ao processo¹⁷. Em Florianópolis, investimentos indicam atender uma demanda de parte significativa da população, em especial camadas médias

⁹ Segundo Magnani, “[...] quando um espaço – ou um segmento dele – assim demarcado torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações, recebe o nome de pedaço”[...] que “é ao mesmo tempo parte de práticas coletivas (entre as quais o lazer) e condição para o seu exercício e fruição”. Para este texto, admitimos a ideia sugerida pelo autor. Ver: MAGNANI (2000, p.32).

¹⁰ Especialmente CORADINI (1995).

¹¹ O Miramar – bar, restaurante e mirante, era um local de sociabilidades localizado em frente a atual praça Fernando Machado que no projeto de remodelação urbana, em 1974, foi derrubado. Para mais detalhes, ver: Nonnenmacher (2007).

¹² CUNHA, Maria Teresa Santos. *Entrevista concedida a Aline Fernandes Carrijo e Verônica Pereira Orlandi*. Florianópolis: 11 out 2007.

¹³ SOUZA, José Venancio de. (nome fictício por solicitação do entrevistado). *Depoimento concedido à Aline Fernandes Carrijo e Patrícia Tatiane Haasch*. Florianópolis: 08 jun 2008.

¹⁴ Companhia de Melhoramentos da Capital, responsável pelo recolhimento de lixo na cidade.

¹⁵ Programa realizado pela Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, cuja proposta é oferecer um atendimento sócio-educativo aos moradores de rua.

¹⁶ Para esta discussão ver também: CARRIJO (2007).

¹⁷ Para esta discussão ver : SMITH, Neil. *Gentrificação Generalizada*. In: BIDOU-ZACHARIASEN (2006). Segundo Smith, em sua reflexão sobre New York, são diferentes os momentos desta aproximação de interesses (entre público e privado), mas se pode verificar semelhanças com outras tantas cidades colocadas em diferentes regiões do mundo contemporâneo. Ver ainda discussão no final deste capítulo.

urbanas que apresentam, então, o desejo de “voltar” ou “re-habitar” à Praça, ao Centro Antigo.

Em contrapartida, para aqueles que frequentam a Praça, as diferenças de temporalidades costumam ser mais visíveis, especialmente para aqueles que nela vivem ou trabalham. Na tentativa de compreender como as pessoas que residem no Centro enxergam e utilizam o espaço da Praça, distribuímos questionários¹⁸ em dois edifícios localizados em ruas centrais: Pedro Ivo e Tiradentes¹⁹. As respostas obtidas, em sua maior parte, indicaram relações e percepções que havíamos evidenciado: o medo de transitar pela Praça, especialmente no período noturno, referências à má iluminação e ao perigo que ela representa; o abandono da Praça, e também menção a presença indesejada de alguns moradores, como andarilhos, mendigos e drogados. Algumas respostas apontaram a necessidade de mais câmeras de segurança e policiamento em toda a Praça e arredores²⁰.

Os moradores do Edifício da Rua Tiradentes fizeram menção aos diferentes tempos da Praça. A maioria disse utilizar a Praça durante o dia. Uma mulher de 46 anos disse que utiliza a Praça “caminhar ao redor e sentar”. Em seguida, comenta as diferenças com a noite: “de dia o uso pela população, o tráfego intenso. À noite, o silêncio cortado por gritos de briga”. Já um homem de 51 anos diz utilizar o local “sentando nos bancos quando estão limpos e lendo jornais e batendo um papo com a minha esposa”. É importante salientar a ressalva feita pelo morador sobre os bancos “quando estão limpos”. Para ele, não há muita diferenciação nos períodos (turnos) da Praça, pois “tanto de dia como de noite [tem] muitos desocupados, jogatina em dinheiro, andarilhos e usuários de drogas. E, com isso, dá medo. É uma pena”. Uma estudante de 17 anos de idade – vinda de Pinhalzinho, região oeste de Santa Catarina – diz perceber diferenças entre os períodos da tarde, mas diz não utilizar nem mesmo de dia: “não utilizo, só passo ao redor dela, não me sinto segura”. Nos questionários respondidos por pessoas que residem no Edifício da Rua Pedro Ivo, também houve essa diferenciação.

Para um jovem empresário de 25 anos, “À noite a frequência é impossível e diurno no máximo 20% do que poderia ser. Falta

policiamento”. Outra senhora, de 60 anos, Terapeuta Holística, diz que vê pouca diferença entre os turnos da praça, mas, logo em seguida, fala: “À noite, é perigo constante. Muito consumo de drogas, prostituição”. Por outro lado, um entrevistado, ex-vereador da cidade, Lázaro Bregue Daniel, 59 anos, diz que não vê diferença entre os turnos: “[...] é a mesma coisa. Mesmo antes dos artesãos”. Para o ex-vereador da capital, a Praça sempre lhe pareceu um tanto abandonada e as formas de ocupação do espaço também. Lázaro Daniel sempre residiu no Campeche, bairro do Sul da Ilha, mas desde muito jovem frequentava o Centro da cidade, quer seja para trabalhar, estudar ou apenas para se divertir. Observa realmente poucas alterações nas sociabilidades da Praça:

É o que eu consigo ver. Eu passo ali sempre e vejo ainda as pessoas usarem a Praça como lazer, eu ainda consigo identificar isso, os velhinhos, os namorados, ela continua com a mesma ocupação. Talvez a única coisa que tenha melhorado é a iluminação, isso tornou inviável usar a Praça para drogas²¹.

Para Maria Teresa Santos Cunha, 57 anos, docente da Universidade do Estado de Santa Catarina,

[...] hoje a Praça está um espaço mais múltiplo, mais cosmopolita, também digo isso, pois é onde está o caminhante solitário, a mulher, a criança, o pregador... o pregador evangélico, os aposentados, aqueles que estão à espera de um encontro amoroso, aquele que está... sei lá, esperando para usufruir de uma droga seja qual for. Então, hoje a Praça é mais movimentada. (CUNHA, 2007)

O taxista Arlindo José Soares, 43 anos, que há 11 trabalha na Praça XV, diz que: “o movimento... o movimento dobrou mil...”²², impressão semelhante a de Valdir Alves da Silva, também taxista, que tem 30 anos de trabalho na Praça, e afirma: “agora movimento direto”²³. Já para Luiza Nunes, proprietária da floricultura localizada no espaço da Praça XV, a praça “parece que tá meio paradona, né? Só tem aqueles velhinhos jogando ali. [...] E era muito movimentado. [...] Ela é escondida hoje. Antes era muito procurada”²⁴. E dessa mesma representação de uma Praça pouco movimentada compartilha Gustavo Pereira Martins, cerca de 50 anos, artesão que expunha seus trabalhos no local: “[...] eu senti que pouca gente circula pela Praça, muito pouca gente... já teve há anos atrás eu lembro! Nossa! Eu vendia muito bem na Praça XV, não tinha ponto melhor... eu vejo durante a semana que não circula tanta gente. Deu uma caída do povo em geral da

18 Tais questionários foram elaborados a partir de uma averiguação prévia entre os moradores do Centro Antigo. Foram respondidas as seguintes perguntas básicas: Você gosta de morar no centro? Por quê?; Você frequenta a Praça XV?; Como você utiliza o espaço da Praça XV?; Você observa diferenças na Praça XV ao longo dos últimos anos?; O que você achou das transformações ocorridas na Praça XV no ano de 2000 (quando foram levantados tapumes ao seu redor e ela ficou fechada para a população)?; Você vê diferença nos usos dos espaços da Praça durante o dia e à noite? Agradecemos a todos que dispuseram de tempo para responder as perguntas colocadas.

19 A Rua Pedro Ivo, apesar de um tanto distante da Praça XV (4 quarteirões acima), é bastante antiga na cidade e inscrita naquilo que chamamos de “Centro Antigo” ou “Centro Histórico” e, nesse estudo, entendida como uma das extensões da Praça XV.

20 Câmeras de vídeo monitoram toda a Região Central, incluindo a Praça XV de Novembro, desde Julho de 2001.

21 DANIEL Lázaro Bregue. *Depoimento concedido ao Emerson César de Campos, Aline Fernandes Carrijo e Patrícia Tatiana Raasch*. Florianópolis: 08 abr 2009.

22 SOARES, Arlindo José. *Depoimento concedido à Aline Fernandes Carrijo e Patrícia Tatiane Haasch*. Florianópolis: 17 ago 2008.

23 SILVA, Valdir Alves da. *Depoimento concedido à Aline Fernandes Carrijo e Patrícia Tatiane Haasch*. Florianópolis: 23 set 2008.

24 NUNES, Luiza. 2009. *Depoimento concedido à Aline Fernandes Carrijo e Patrícia Tatiane Haasch*. Florianópolis: 25/04/2008.

Praça XV”.²⁵

Relacionando os depoimentos apresentados com as impressões postas nos questionários respondidos ficam explícitas as diferentes formas de apropriação da Praça. A violência aparece citada em todos os casos, embora com importância e significados distintos. Para Lázaro Daniel, que frequenta eventualmente a Praça, a violência é algo menos preocupante.²⁶ Já para aqueles que vivem próximo dela, como é o caso daqueles que responderam os questionários, e que fazem da Praça quase que uma extensão de suas casas, a violência é algo bastante preocupante.

A Praça XV é marcada por uma ocupação de diferentes grupos e pessoas, que fornecem identidade a ela e criam diferentes formas de apropriação desse espaço. O lugar do consumo de drogas, do sexo, do descanso, do bater papo e jogar conversa fora, dos vícios e furtos, da diversão, da contemplação à natureza, do comércio ambulante, das obras de arte, dos monumentos, da figueira.

Tentamos marcar, sob formas variadas, as alterações produzidas nas sociabilidades desde a década de 1990, ou seja, apropriações distintas da Praça, usos, discursos e olhares sobre aquele lugar praticado. Interação entre si diferentes grupos sociais, atividades e interesses. Assim, se pode indicar que há diferentes formas de apropriação dos espaços da Praça XV, o que nos impele à obtenção de distintas representações desse lugar. Enquanto para os taxistas, a Praça é hoje um local muito movimentado, ao contrário, para o artesão e para a comerciante, o movimento diminuiu nas últimas décadas.

Outras impressões e significados também apontam para a violência na Praça. Ainda segundo Gustavo Pereira Martins, “antes [de 1990] não tinha tanta marginalidade quanto está tendo agora [...] veio muita gente de fora. Muita gente do interior de Santa Catarina [veio] morar na capital, aí chegam sem estrutura nenhuma. Vão se perdendo, ficam nas praças jogados [...]”.²⁷ Depoimentos mais vinculados são realizados pelos taxistas Arlindo José Soares e Valdir Alves da Silva, ambos fazendo “praça” em ponto junto a Praça XV de Novembro. Segundo Arlindo José Soares:

[...] a noite é uma covardia. A noite é muito ruim. Pra quem não conhece a Praça XV à noite, é horrível. É muito esse pessoal aí sem-teto. Esse pessoal que dorme aí, com os cobertores. Às vezes assaltam as pessoas... é muito assalto aqui à noite. Muito, muito, muito. Muito assalto à noite. A partir das 22:30 h.[...] A noite a gente vê coisa que nem a gente próprio acredita. [...] Violência, prostituição [...]. Esse pessoal que tá tudo andando na rua aí à noite, que não tem teto [...] é tudo pessoal que não mora aqui,

que vem tudo de fora que vem pra cá. Eles tão pronto pra roubar, assaltar as pessoas. Pessoas que vem do trabalho, tem gente que trabalha até as 22h30. Pessoal que vai pra aula, até pra roubar um celular, um óculos seu. Eles tiram o óculos da sua cabeça, se bobear. É um absurdo isso aqui à noite. A noite é muito perigoso. Todo dia das 22 h em diante, não é fácil²⁸.

O senhor Valdir Alves da Silva, que trabalha como taxista na Praça XV há trinta anos, sendo um dos mais antigos nesta função no local, diz:

[...] à noite ela tá meio perigosa [...]. A noite não dá pra você, por exemplo, sentar pra conversar [...]. Pra você ter uma idéia, 23h eu vou embora porque esse horário eu não tenho coragem mais de trabalhar. Rapaz novo aí com drogas. Eles assaltam a gente aí pra levar o mínimo, coisa de vinte reais. Pra comprar droga, entendeu? [...] Qualquer dia você passa aí com um uma bolsa, pode ter certeza que eles vão dar um jeito de cortar sua bolsa. Isso quando não te encostam uma faca, um revólver. [...] Eu, por exemplo, como homem, não tenho coragem de atravessar lá a noite²⁹.

É possível percebermos a preocupação em colocar a violência como algo estranho à cidade, como ação produzida por “gente de fora”, pessoas que não são da cidade, forasteiros. Aparece muito claramente a noção de enraizamento cultural, onde o Outro será sempre o difícil, pouco dado aos regramentos sociais. Claro está que as apropriações da Praça estão relacionadas às funções como as quais as pessoas executam. Para os taxistas citados, a Praça é local de trabalho; passam muito tempo nela, fixam olhares, percepções. Diferente dessa posição, mas igualmente presa à noção de cultura “nativa” ou local, que acredita ameaçada pela chegada de pessoas de outras cidades e países (especialmente a partir da década de 1990), Nereu do Vale Pereira, 80 anos, historiador, afirma

Eu ainda acho que a Praça XV de Novembro ainda é um local muito tranqüilo, atualmente. Muito tranqüilo. Pelo menos passo por ali, vejo muita gente passar e nunca vi ninguém reclamar que assaltaram, que prenderam por pegar dinheiro na Praça XV. Vai ver vão fazer em outro lugar, mas não na Praça XV.³⁰

Mesmo concebendo a Praça como um lugar de passagem, coisa que deixa claro na continuidade de seu depoimento, o historiador a enxerga como lugar capaz de fixar uma certa ideia de cidade, mais provinciana e voltada às práticas culturais próprias da capital. Essa recusa em perceber as transformações ocorridas na cidade são

²⁵ MARTINS, Gustavo Pereira. *Depoimento concedido à Aline Fernandes Carrijo*. Florianópolis: 25/04/2008.

²⁶ DANIEL (2009).

²⁷ MARTINS (2008).

²⁸ SOARES; Arlindo José. *Depoimento concedido à Aline Fernandes Carrijo e Patrícia Tátiane Raasch*. Florianópolis: 17 ago 2008.

²⁹ SILVA, Valdir Alves da; *Depoimento concedido à Aline Fernandes Carrijo e Patrícia Tátiane Raasch*. Florianópolis: 23 set 2008.

³⁰ PEREIRA, Nereu do Vale. *Depoimento concedido à Aline Fernandes Carrijo e Patrícia Tátiane Raasch*. Florianópolis: 26 jun. 2008. As notícias sobre a Praça veiculadas na imprensa contradizem as impressões postas pelo depoente, a exemplo do assassinato ocorrido na Praça XV de Novembro, conforme noticiado, entre outros, por: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense>>. Acesso em: 9 jul. 2009.

compartilhadas por outras pessoas, a exemplo de alguns cronistas da cidade.

Aldirio Simões nasceu em Florianópolis e viveu sua infância e adolescência no Centro da cidade, próximo ao antigo Campo do Manejo³¹. Foi jornalista, cronista e contador de histórias dos costumes ilhéus. Trabalhou em vários jornais e emissoras de rádio e televisão da cidade. Foi promotor de eventos que davam ênfase à cultura ilhoa, tais como a criação do “Troféu Manezinho”. Também foi Superintendente da Fundação Franklin Cascaes (órgão oficial de cultura do município) e Diretor de Artes da Fundação Catarinense de Cultura. Aldirio Simões escreveu crônicas para o jornal “AN Capital” durante cinco anos (1999–2004).

Em suas crônicas, somos remetidos ao saudosismo de uma cidade que há não muito tempo era tranquila, com sotaque marcado e práticas culturais mais próprias. A escrita do cronista tende a “folclorizar” o outro. Para ele, a cidade deveria crescer mantendo suas manifestações mais tradicionais. Em suas crônicas, somos levados ao reconhecimento de uma cidade – e Praça – tranquila, sem a especulação imobiliária ou a forte presença de pessoas dos mais diferentes lugares, e pouquíssimos turistas. O jornalista rememora uma cidade em que as pessoas circulavam e ainda se cumprimentavam, onde todos se conheciam. Na crônica “Athos e a Estrela”, Aldirio cita o nome de Lisa Minelli, famosa atriz norte-americana que estava de passagem em Florianópolis visitando um amigo, o músico Luiz Henrique Rosa³². Sua passagem, naquele momento, teria sido um fenômeno na cidade ainda pequena, dita tradicional e/ou provinciana.

Entre as crônicas escritas por Aldirio Simões, várias fazem menção à Praça XV de Novembro³³. Nelas o jornalista rememora uma Praça XV tranquila e sem violência. A Praça é retratada como ponto de encontro da sociedade, de tantos jovens que se reuniam à noite no local, após a saída dos bailes que ocorriam na cidade. Em “Velhinha safada”, Aldirio narra a história de Hermógenes, que “enquanto a idade permitia, costumava reunir-se embaixo da figueira dos jardins da Praça XV em madrugadas seresteiras, após noitadas de carteado nas mesas forradas com veludo no velho Clube Doze de Agosto” (SIMÕES, 1998, p.201). Em outra crônica, a Praça XV é, de forma nostálgica, lembrada como local

³¹ Área localizada entre as Avenidas Mauro Ramos e Hercílio Luz, ocupada atualmente (2009) pelo Instituto Estadual de Educação, o maior Colégio Público de Santa Catarina.

³² Durante sua carreira musical, Luiz Henrique Rosa trabalhou um tempo nos Estados Unidos entre fins da década de 1960 e início dos anos 70. Neste período, o músico se tornou amigo de Liza Minelli, e, em 1979, a seu convite, aquela atriz e cantora veio a Florianópolis durante o carnaval.

³³ Infelizmente, não há espaço aqui para discorrermos mais sobre as crônicas escritas por Aldirio Simões que nos enviam sempre a uma ideia de cidade pacata e provinciana, com um enraizamento cultural marcante. Para conhecer um pouco mais sobre tais crônicas, ver entre outras: A Cantada do Manequinho; Os Trombeteiros do Além e Responso do Agostinho. Essas e outras podem ser encontradas em: Simões (1998).

de grandes encontros e festividades. É o que se verifica em “O boi e a caipora”: “Na Praça XV muita gente aguardava a dança do ‘boi do Pantusuli’, patrocinado pelo Dr. Deba. Seu Bebeco, dançando no boi, estava um bicho, distribuindo chifradas no povo e deixando o folclórico Corvina em polvorosa, em correria desenfreada pelo jardim da Praça XV” (SIMÕES, 1998, p.119).

No momento em que Aldirio Simões escreve, a Praça já não é mais tranquila (em realidade acreditamos que há muito já não era) sendo comum encontramos nos depoimentos coletados a impossibilidade de hoje ir à Praça para “gastar” tempo, fazer amizades, bater papo. Para Nereu do Vale Pereira, citado anteriormente:

A Praça XV de Novembro [...] não teve mais concerto de bandas, não teve mais festas, não teve mais piqueniques, não teve mais circuito de namorados, o *footing* [...] Então não teve mais nada disso... lugar de passagem. [...] A Praça hoje, volto a insistir, é mais um local de passagem”³⁴.

A Praça XV, no entanto, diferentemente do que nos afirmam esses depoentes, não é só um local de passagem, mas um lugar onde diferentes sociabilidades são vividas. É o local de trabalho de muitos engraxates, de comerciantes, de artesãos, de taxistas, onde os idosos se reúnem para jogar baralho, onde funcionários públicos aproveitam para descansar durante o horário do almoço. Em seu estudo realizado sobre a Praça XV de Novembro, Lisabete Coradini afirma que: “essas diferentes sociabilidades vividas no espaço da Praça XV são um conjunto de diferentes discursos, olhares e representações, que às vezes se contradizem, outras se sobrepõem ou se reafirmam de diferentes maneiras” (CORADINI, 1995, p.29).

3 REVITALIZAÇÃO QUE ATRAI E REPELE:

[...] Em Florianópolis não houve uma ampliação dos espaços públicos, existiam apenas espaços corporativos. Não se construíram áreas de lazer como parques, áreas verdes ou zoológicos. Neste sentido, acredito que a Praça XV assumiu esta função. Pois toda a vida social girava em torno dela. (CORADINI, 1995, p.74)

A epígrafe acima mostra muito da apropriação do espaço de forma corporativa na capital catarinense. A partir dos estudos sobre a Praça XV de Novembro, observamos as diferentes práticas que esse lugar abriga e representa para o chamado centro antigo de Florianópolis. Assim, como produto do mapeamento das sociabilidades e territorialidades construídas e constituídas, obtivemos algumas sobreposições de territórios com a intenção de obtermos maior compreensão do conjunto de sociabilidades da intrincada urbanidade vivida nas últimas décadas no centro da capital do estado de Santa Catarina, palco de diversas manifestações

³⁴ Pereira (2002).

e intervenções públicas no período³⁵.

A partir da década de 1990, uma série de movimentos sociais, tentativas de “revitalização” urbanística e projetos que chamam a população a participar da Praça contribuem para modificar as diferentes formas de sociabilidades que eram praticadas nesse espaço. O edifício da antiga Câmara de Vereadores (antigo casarão da cidade) foi transformado em palco de diferentes festividades, como o Carnaval e os festejos da Páscoa e do Natal, quando muitas vezes, é chamada de Casa do Carnaval, do Coelho da Páscoa e a Casa do Papai Noel, criada em 2005, ocupando as dependências da Câmara de Vereadores e estendendo inclusive um tapete de grama artificial sobre a Praça XV. Junto ao poder público, outras associações, como o Clube de Dirigentes Lojistas (CDL) da capital, estabelecem novas estratégias de ocupação da Praça, trazendo para ela parte da população – camadas médias em especial – que havia se afastado. Rivaliza com isso as iniciativas mais antigas – desde a década de 1960– movimentos sociais e/ou reivindicações de classe, solidariedade às chamadas minorias, que ocorrem no espaço da praça a exemplo da Parada do Orgulho *LGBT*s (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e simpatizantes), que vêm se desenvolvendo na última década na cidade, quase sempre relacionada ao aumento do turismo; ou ainda dos movimentos grevistas de diferentes classes de trabalhadores.

No final da década de 1990, ocorreu um processo de “revitalização” da Praça XV, em que tapumes e cercas foram levantados ao seu redor, indicando um controle desse espaço. Os artesãos que tinham se estabelecido na Praça desde a década de 1960, foram dela retirados e os comerciantes tiveram seus estabelecimentos postos abaixo. Essas medidas provocaram modificações drásticas nas diferentes sociabilidades que até então eram vividas na Praça.

Após a reforma, ocorreram diferentes formas de ocupação daqueles territórios, e algumas diferenças entre a Praça antes da reforma e após a sua efetivação, e que encontramos mais na fala das pessoas, e menos na imprensa ou outros documentos, pois “os relatos cotidianos contam aquilo que [...] se pode aí fabricar e fazer. São feitura de espaço” (CERTEAU, 1994, p. 207). Houve de fato uma série de intervenções na Praça junto ao Centro Antigo da Capital, onde quase sempre ficou patente a pretensão de organizar o espaço e principalmente de “limpar” as ruas, alterando o cenário e as práticas sociais em relação ao comércio desordenado de barraquinhas que circundavam não só a Praça XV de Novembro, mas também os arredores do Mercado Público e da Praça da Alfândega, que se dava desde a década de 1970.

Esse movimento culmina, no entanto, na construção provisória do Campilódromo Municipal, em 1991, e a partir daí uma série de confrontos e discussões se dão na tentativa do poder público,

através da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP), de remover os camelôs da região central para a Baía Sul, gerando grande descontentamento e nenhum acordo entre as partes envolvidas. Virtualmente, inexistem documentos oficiais sobre as intervenções (mesmo depois de muitas idas e vindas nos setores responsáveis), encontramos em alguns jornais da época (1999–2001) o confronto, tal como trechos de entrevistas de alguns envolvidos no processo de construção do Camelódromo e de resistência à remoção deste.

Entre 1999 e 2001 foi possível identificar um forte clima de insatisfação e confronto na cidade entre uma parcela da população, especialmente artesãos e outros trabalhadores da Praça, e o poder público. Essa situação se agravou ainda mais quando a prefeitura, juntamente com o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, de forma radical e instantânea, levanta tapumes cercando a Praça e obstrui o acesso da população a ela. Esse momento é marcado pela expulsão dos artesãos da Praça na tentativa de reapropriação desse espaço pelo poder público e sua política de revitalização pautada no Projeto–Lei n. 2.668, de 30 de novembro de 1987. A lei autorizou o Poder Executivo a “conceder por adoção, a administração de locais indicados”, dentre eles, como determinado no artigo 1º, as praças, jardins e parques, à empresas estabelecidas para “fins de manutenção, conservação e melhoria dos equipamentos de lazer e cultura”. Há algumas notícias dos jornais *O Estado* e *AN capital* para destacar esse momento que pode ser considerado chave dentro do processo de intervenção e transformação do cenário urbano de Florianópolis e daquela que se constitui um dos símbolos da cidade, a Praça XV de Novembro.

Os artesãos foram removidos da Praça e se ofereceu a eles outros locais com movimento fraco. Ainda em 2008, como dissemos, a Prefeitura concede licença para que a feira volte à Praça, mas desta feita, totalmente descaracterizada daquela existente até a 2001. Os depoimentos dos artesãos expulsos nos mostraram o sentimento de injustiça que sentem em relação à “revitalização ocorrida”. A Feira, antes diária, agora ocorre nas manhãs de sábado sem a presença de seus antigos realizadores.

O vereador à época da expulsão dos artesãos, Lázaro Bregue Daniel, lutou pela permanência dos artesãos na Praça XV. Em seu depoimento, pode-se perceber o embate político e os argumentos que a então prefeita da época, Ângela Amin, utilizou como justificativa para retirada dos trabalhadores. Segundo Lázaro Daniel, “para a prefeita Ângela Amin, os artesãos deturpavam o sentido da Praça, por constituírem um grupo de ‘marginais’ que ‘sujavam’ a Praça, davam um aspecto negativo a ela. Por isso era preciso embelezá-la e para isso, expulsá-los de lá”³⁶.

Nos mais recentes estudos sobre cidades (na Europa, Estados Unidos e América Latina), pode-se identificar uma tendência em

³⁵ Por restrições editoriais não foi possível colocar as imagens produzidas a partir da sobreposição citada.

³⁶ Daniel (2009).

debater as preocupações que os efeitos das intervenções, desde simples revitalizações, como iluminar a praça e trocar seus bancos ou pisos e jardins, como realizadas na Praça XV, entre 1999 e 2002, até propostas mais complexas, como requalificar espaços, na tentativa de estimular novas práticas aos lugares. Alguns autores³⁷ consideram ser inevitável que médias e grandes cidades, cujos centros antigos permaneceram ‘esquecidos’ pelas classes médias altas durante algumas décadas, tenham permitido e até estimulado o desenvolvimento de atividades populares, e mesmo a moradia de famílias de menor renda. Esse fenômeno tenderia a ocorrer por influência de dois processos, que podem ser combinados ou não. Pelo lado da demanda, as estratégias das classes médias de (re) conquista de territórios e de volta à cidade, especialmente seu centro ou sua Praça principal, depois de décadas de encantamento pelos conjuntos e loteamentos fechados, são estimuladas pelo setor imobiliário (em Florianópolis é muito visível o crescimento de condomínios fechados, e mesmo de bairros antigos transformados em confortáveis áreas residenciais, a exemplo de Jurerê Internacional). Na ocupação do Centro e da Praça, além de uma camada média tradicional residente no Centro (e cada dia menor), avolumam-se outras pessoas: *yuppies*; famílias jovens com maior escolaridade, estudantes secundaristas e universitários, rivalizando espaço com os resistentes “moradores” antigos da Praça: sem tetos, prostitutas, e outros já citados, além de uma parte considerável da população chamada à Praça em ocasiões bem marcadas como: Natal, Carnaval ou mesmo em festas religiosas, como a do Senhor dos Passos.

A revitalização promovida por amplos setores, como vimos, é positivada em vários momentos pelos seus usuários, o que nos coloca um problema de difícil solução: como ser contrário a projetos que melhoram a utilização dos espaços e a qualidade de vida das pessoas? Em contrapartida, tais projetos carregam quase sempre noções ideais de uma cultura política conservadora e dificilmente preocupada com a população menos privilegiada.

Para Laércio Silva, 57 anos, comerciante que possui uma banca de comida nos arredores da Praça, a representação de uma Praça mais bonita, passou a ser mais bem vista, mais visitada e mais limpa. Ele afirma ainda que a frequência da Praça foi requalificada, dizendo: “como melhorou! [...] depois que ela (Ângela Amin, prefeita da cidade de Florianópolis entre 1997 e 2004) acabou a reforma, ela tirou tudo, os mendigos, tudo aqui... botou guarda pra tomar conta a noite... [...] aí ela chegou, tirou eles fora, fez uma paisagem muito bonita”.³⁸ Já Gustavo Pereira Martins, artesão antigo que trabalhava na Praça, e que viu seu espaço ser destruído e ocupado

posteriormente (a partir de 2008) por outras feiras de artesanato, fala:

[...] fico indignado por isso, como eu sou um artesão muito antigo, me doeu um pouco saber que eu não fui convidado, que eu não fiquei sabendo...eu sei que eu não sou nada, além disso eu sei que sou um artesão, faço parte da cultura da ilha. Minha indignação é isso, terem expulsado e depois terem aberto de novo sem ser comunicado, porque a nossa feira sendo uma das mais antigas, a nossa associação tinha que entrar em conversação.³⁹

4 TERRITÓRIOS MÚLTIPLOS: À GUIA DE CONCLUSÃO

Trabalhar com sociabilidades no sentido de identificá-las é tarefa que requer dos pesquisadores envolvidos uma acuidade e sensibilidade de leitura muito apuradas. Ao longo dos dois anos de pesquisa sobre os inúmeros territórios inscritos no espaço da Praça XV de Novembro, tivemos a oportunidade de perceber os cruzamentos das experiências ordinárias, na expressão de Michel de Certeau, com as saturações que o tempo presente promove, identificando, a partir disso, o fenecer, o florescer e o tencionar das sociabilidades promovidas desde aqueles lugares praticados. A cartografia das sociabilidades realizadas e extraviadas ao longo do período estudado nos permitiu adequadamente relacionar a realidade contemporânea (de cara compreensão aos historiadores do chamado tempo presente) colocada nas cidades em geral, com as transformações específicas ocorridas no Centro Antigo da capital catarinense, especialmente na sua mais conhecida Praça. As falas, (res)sentimentos e impressões que fornecem e constroem sentidos à Praça XV de Novembro foram cruzadas com as práticas implementadas pelos sucessivos governos da capital, de tal sorte que podemos afirmar que a pluralidade e simultaneidade dos tempos e a sobreposição dos lugares produziram e produzem vincos nas formas de lermos e entendermos a ocupação dos espaços na Praça.

Neste sentido, ficou-nos presente que há diferentes Praças XV durante um mesmo dia, hora relógio como os trabalhadores o chamam. Foi possível também perceber que ao contrário do que colocou – especialmente o poder público e as camadas média urbanas – a Praça nunca esteve vazia, menos ainda de significados. Certamente por um período (mais de trinta anos), ela esteve ocupada por pessoas que passaram de “exóticos” – artesãos, andarilhos, sem tetos, prostitutas – a indesejáveis (se é que algum dia o foram de fato desejados). Podemos dizer que se houve algum sucesso no aumento da frequência da Praça, esse se deu pelo retorno das camadas médias, que uma vez sentido maior segurança e salubridade – auxiliada pelas intervenções públicas junto a entidades privadas, como vimos – volta a ocupar e constituir territórios. A campanha de retirada dos artesãos da Praça, iniciada em 1999 e finalizada em 2001, foi o diacrítico pelo

³⁷ A exemplo daqueles que colaboram com Catherine Bidou-Zachariensen (2006) em seu qualificado trabalho.

³⁸ SILVA, Laércio. *Depoimento concedido a Aline Fernandes Carrijo e Patrícia Tatiana Raasch*. Florianópolis: 06 set. 2008.

³⁹ Martins (2008).

qual percebemos o quão tenso e problemático é a constituição e apropriação dos espaços públicos no contemporâneo.

O Processo de revitalização que sucedeu a retirada dos artesãos foi intensificado através do aumento do fluxo turístico que ocorre na capital catarinense, e que agora teria então, um Centro Antigo e/ou “Histórico” a oferecer para o um “curioso estrangeiro” – o turista. Nessa ambiência de *city marketing*, ou seja, uma cidade capaz de simultaneamente oferecer a quem chega outras tantas cidades: do sossego, do agito, da modernização, das belezas naturais, da cultura mercantilizada; a Praça XV se nos assemelha como um micro-cosmo destes desejos, sua encarnação mais imediata e presente. Frente a isto foi significativo à pesquisa, o contato com as crônicas de Aldírio Simões. O cronista da capital insistia em recorrer às lembranças de uma Florianópolis ainda bastante provinciana, rivalizando com as sociabilidades e experiências empreendidas nas duas últimas décadas, inscritas na pretensão modernizadora e mais cosmopolita exibida pela cidade. Os estudos em relação a esse cronista precisam ainda ser estendidos (em outra oportunidade), qualificando a compreensão do que vive e fala sobre o pertencimento à capital do Estado.

Por último, a volta autorizada dos artesãos à praça XV de Novembro indica que foi uma adequada aposta à inferência temporal que colocamos a esta pesquisa. Iniciamos nossas reflexões com a expulsão dos artesãos da Praça XV e as tensões relacionadas a este empreendimento. A palavra mais adequada nos parece esta mesmo: empreendimento. Uma vez “transformados” em empreendedores, os “artesãos” agora voltam à Praça. As expressões postas propositalmente entre aspas indicam que o retorno da atividade de artesanato a ela são por demais diferenciadas da ocupação que eram encerradas ainda nas décadas de 1960 e 1970. Nos momentos revitalizadores dos espaços da Praça, vividos com maior intensidade partir da década de 1990, aos artesãos, agora empreendedores, oferecem produtos aos fregueses (em sua maioria turistas) que estão fora da dimensão artesanal, já inscritos na dimensão pós-industrial, invocando, portanto, novas tensões e mesmo estimulando outros estudos.

REFERÊNCIAS

ADAM, Edelberth. **Inventário das espécies arbóreas na região central de Florianópolis com uso de sistema de informações geográficas**. 2001. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

ARANTES, Antonio. A guerra dos lugares. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.23, p. 192, 1994.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einauldi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo (SP): Annablume, 2006.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade, cidadania e imaginário. In: SOUZA, Célia Ferraz de;

PESAVENTO, Sandra Jatayh (Org.). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 13-20.

CARRIJO, Aline Fernandes. Espaço de Sociabilidades: a polifonia da Praça XV de Novembro em Florianópolis (SC). In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL, 4. Florianópolis, 2007. **Anais eletrônicos**.... Florianópolis: UFSC, 2007.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORADINI, Lisabete. **Praça XV: espaço e sociabilidade**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes: Letras Contemporâneas, 1995.

FALCÃO, Luiz Felipe; DIAS, Rafael Damasceno. As errâncias da memória entre a lembrança e a nostalgia (diferenças culturais e identificações nas representações da cidade). In: Encuentro Internacional de Historia Oral, 2, Panamá, Cidade do Panamá, 2007. **Anais**...Cidade do Panamá: [s.n], 2007.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: SESC; Annablume, 1997.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JEUDY, Henry-Pierre. **Espelho das cidades**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005;

LAPLATINE, François. **Aprender antropologia**. Tradução Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na cidade. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lílian de Lucca. (Org.). **Na Metrópole: textos de Antropologia Urbana**. São Paulo: USP/ FAPESP, 2000. p.12-53.

ROLNIK, Sueli; GUATARRI, Felix. **Micropolítica – Cartografias do Desejo**. 9 ed. São Paulo: Vozes, 2005.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina**. Tradução de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SEVERINO, José Roberto. **Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível**. Itajaí: Univali, 1999.

SIMÕES, Aldírio. **Fala Mané**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1998.

SOUZA, Almir Antônio de. **Mãos de magia nas malhas do poder: A feira de artesanato da Praça XV em Florianópolis – entre lutas e resistência – (1969 – 1999)**. Monografia (Especialização), Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC; Fundação Franklin Cascaes, 1993.



• **TERRITORIES AND
SOCIABILITY AT PRAÇA XV NOVEMBER
(FLORIANÓPOLIS-SC - 1990-2008)** •

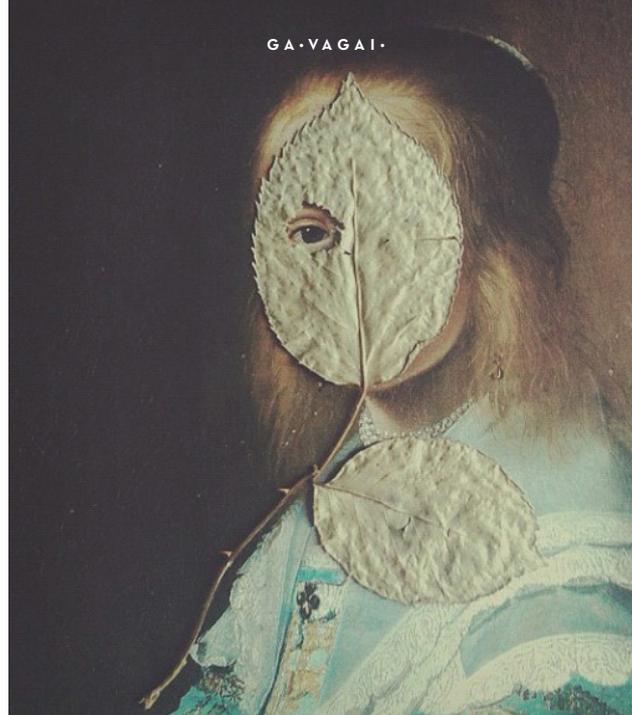
Abstract: This article presents discussion on the various territories that the Praça XV adopts, and to check how people take ownership of this area. To achieve these objectives we start from the changes in the so-called "old town" of the city – where the square is placed – and from the sociability produced and experienced in their surroundings. Thus, we reflect the area as the scene of important events that culminated in emptying the old town and also culminated in its occupation, changing the sociability and social imaginary about the place, sometimes by the public power, either by the population.

Keywords: City. Sociability. Square. Territories.

• **SOCIABILIDADES Y
TERRITORIOS EN LA PLAZA XV NOVIEMBRE
(FLORIANÓPOLIS-SC - 1990-2008)** •

Resumen: El artículo presenta la discusión de los diversos territorios asumidos por la Plaza XV de Noviembre, verificando cómo sus "visitantes asiduos" se apropian de ese espacio, a partir de otros cambios ocurridos en el llamado "centro antiguo" de la ciudad y de la sociabilidad producida y vivida en sus alrededores. Por lo tanto, consideramos este espacio como escenario de importantes acontecimientos que culminaron en el vaciamiento del centro antiguo y en su grande proceso de recomposición territorial, cambiando las sociabilidades y el imaginario social sobre el lugar, tanto de la parte del poder público, cuanto de la propia población.

Palabras clave: Ciudad. Sociabilidad. Plaza. Territorios.



• VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA CRIATIVIDADE:
CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA
ECONÔMICA AO ESTUDO DAS ORQUESTRAS
DE MÚSICA ERUDITA •

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a influência das formas organizacionais junto aos processos sociais que constituem a criatividade enquanto um valor econômico. Partindo da análise de dados primários oriundos de entrevistas junto a músicos eruditos, maestros e gestores de orquestras, e de bibliografia especializada, o presente estudo divide-se em duas partes: na primeira, busca-se mapear as características socioeconômicas constituintes da chamada *economia criativa* e o modo como, na atualidade, o Setor Criativo constitui-se em objeto de investimentos governamentais e estímulo de políticas de desenvolvimento econômico. Na segunda, à luz do conceito de *trabalho criativo*, pretende-se analisar o movimento de transformação da música erudita (enquanto um valor cultural), em um valor econômico, problematizando, desta forma, os condicionantes organizacionais existentes no processo de atuação do trabalho criativo dos músicos de orquestras e suas formas de inserção com a cadeia produtiva da música em Porto Alegre.

Palavras-chave: Economia Criativa. Mercado da música. Arranjos organizacionais.

• ALEXANDRE PRINZLER KARPOWICZ •

1 INTRODUÇÃO

O tema central deste artigo refere-se às formas organizacionais no contexto da chamada *economia criativa*, explorando-se mais especificamente o que ocorre em relação aos músicos de orquestra na cidade de Porto Alegre. A proposta ampara-se na abordagem da Sociologia Econômica, e tenta apreender as relações entre organizações e criatividade dos agentes. Trata-se, pois, de reconhecer características do ambiente organizacional que favoreçam ou obstaculizem a criatividade, considerada, hoje, o principal recurso ao desenvolvimento econômico.

Partindo da análise de dados primários oriundos de entrevistas junto a músicos eruditos, maestros e gestores de orquestras, e de bibliografia especializada, o presente estudo divide-se em duas partes: na primeira, busca-se mapear as características sócio-econômicas constituintes da chamada *economia criativa* e o modo como, na atualidade, o Setor Criativo constitui-se em objeto de investimentos governamentais e estímulo de políticas de desenvolvimento econômico. Na segunda, à luz do conceito de *trabalho criativo*, pretende-se analisar o movimento de transformação da música erudita (enquanto um valor cultural), em um valor econômico, problematizando, desta forma, os condicionantes organizacionais existentes no processo de atuação do trabalho criativo dos músicos de orquestras e suas formas de inserção com a cadeia produtiva da música em Porto Alegre.

A partir do mapeamento das influências sócio-culturais dos ambientes organizacionais de orquestras de música erudita, localizadas na cidade de Porto Alegre, a pesquisa de campo buscou analisar o grau de influência destes ambientes institucionais – através do estudo de suas normas, rotinas e códigos –, na dimensão criativa do trabalho artístico-musical dos agentes. Como forma de analisar as influências dos ambientes organizacionais de orquestra sobre a atuação do profissional de música erudita, o estudo empírico desenvolveu-se junto à Orquestra Sinfônica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e à Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA).

A partir dos anos 1990, assiste-se à efervescência dos chamados setores produtivos imateriais da economia (JULIEN, 2010). Estes compreendem um tipo de produto/serviço desenvolvido especialmente com vistas a proporcionar um conjunto de sensações e vivências que, de acordo com o estudo de Pine e Gilmore (1998), representariam um determinado tipo de consumo, o consumo de *experiência*, que se desenvolve no interior da chamada *economia da experiência*. O uso intensivo de capital intelectual e das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), destaca-se como outro aspecto central na constituição de produtos/serviços desenvolvidos nessa economia, que tem, na criatividade humana, um valor econômico dotado de singularidade, manifestando-se nas ações de artistas, músicos, *designers*, artesãos, publicitários, entre outros profissionais deste setor (UNCTAD, 2010).

As análises elaboradas por Tolila (2007) permitem compreender a especificidade dos bens e serviços culturais quando comparadas aos bens e serviços industriais, pelo fato de a teoria econômica padrão ter direcionado sua atenção ao grande conjunto de produtos e serviços que, de alguma forma, tinham na *homogeneidade* o seu traço de análise da dimensão econômica. Ou seja, bens industriais, produzidos em série, de forma hierárquica e, sobretudo, que apresentem a mensurabilidade como uma das suas características, constituem o campo de estudos da economia clássica, orientada sempre por aspectos objetivos do desenvolvimento, produção e comercialização de bens e serviços.

A emergência do debate contemporâneo acerca dos setores criativos da economia¹, bem como, a oferta de serviços que utilizam a criatividade como diferencial competitivo, manifestado em diversas atividades no mercado, constitui-se no ponto de partida para o desenvolvimento de políticas de estado que utilizam o potencial criativo regional como mecanismo de desenvolvimento e inclusão social.

O estudo das dimensões socioeconômicas existentes nas propostas governamentais e que se materializam por meio do aumento da divulgação de projetos, incentivos financeiros, parcerias público-privadas, leis de incentivos, financiamentos – entre outros mecanismos de estímulos ao crescimento econômico –, apresenta uma lacuna quando analisado sob a perspectiva das indústrias criativas. A *economia criativa* tem como ponto central de seu desenvolvimento todas as atividades artísticas que apresentem como resultado a valorização econômica de bens que tenham na originalidade, na singularidade e na expressividade o seu potencial de geração de valor econômico. Desta forma, o aperfeiçoamento das estruturas produtivas e organizacionais oferecidas pelas Indústrias Criativas coloca-se como fundamental no cenário *criativo brasileiro*, na medida em que, conforme destaca o estudo de Reis (2007, p. 285), é necessária a união de esforços nos níveis federal, estadual e municipal no sentido de mapear os possíveis potenciais criativos das localidades brasileiras, com a finalidade de serem incorporadas a uma cadeia produtiva criativa².

Ao analisarmos as propostas governamentais com vistas ao estímulo de políticas de desenvolvimento econômico amparadas nas indústrias criativas, serão apresentadas algumas iniciativas (propostas e em andamento), estabelecidas no estado do Rio Grande do Sul. O cenário gaúcho para a *economia criativa* destaca-se, entre outras coisas, pelo estímulo à produção econômica voltada

¹ Para uma apropriação do debate acerca dos setores criativos da economia, no Brasil, sugerimos a leitura do Plano da Secretária da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011-2014 (Brasília, Ministério da Cultura, 2011) disponível no site do Ministério da Cultura.

² O documento “Pólos criativos – um sobre os pequenos territórios criativos brasileiros” (Brasília, 2011/2012), elaborado em parceria ente a UNESCO e o MinC, apresenta valiosas informações sobre as potencialidades criativas existentes em diversas regiões do Brasil.

ao artesanato, à moda, à gravações musicais e ao setor audiovisual.

A intenção ao apresentar um estudo sobre as dimensões subjetivas que compõe o trabalho criativo dos músicos eruditos é a de contribuir com o debate contemporâneo de atributos como autenticidade, singularidade, unicidade, originalidade, expressividade e novidade – integrantes da chamada *criatividade artística*³ –, e apresentar o modo como estes elementos que caracterizam a ação laboral dos músicos eruditos se manifestaria no mercado da música erudita (bem simbólico), além de outros profissionais ligados às Artes, que integram, de acordo com Plano da Secretaria da *economia criativa* (Brasília, Ministério da Cultura, 2011), a *categoria dos trabalhadores criativos*.

A ação laboral dos músicos eruditos, estudada como categoria de trabalho criativo, exhibe na atualidade o que Bendassolli e Borges-Andrade (2011, p. 144), identificam como um movimento de captura da cultura pela mentalidade econômica. De acordo com os autores, o trabalho dos setores criativos da economia evidencia a intensa aproximação entre novas tecnologias, criatividade e empreendedorismo, estabelecidos em campos que lidam com bens simbólicos ou imateriais, como o das artes tradicionais (teatro, dança, música, pintura), o das indústrias culturais de massa (rádio, televisão, jornal, cinema) e os setores intensivos em conhecimento (*design*, moda, arquitetura, *software*).

Para Bendassolli e Borges-Andrade (2011), o trabalho nos setores criativos da economia diferencia-se do trabalho praticado em outros setores pelo fato de o trabalhador ter um espaço maior de manifestação de sua expressividade. De acordo com os autores, indicaria um contexto de maior grau de identificação com o trabalho, e, conseqüentemente, um laço emocional mais aprofundado com a atividade profissional realizada. Desta forma, poderíamos supor que além de haver uma maior identificação com o trabalho criativo, a natureza das atividades laborais criativas evidenciaria os traços constituintes da identidade psicossocial dos profissionais ligados aos ambientes criativos de produção de bens e serviços.

Como categoria profissional, os músicos eruditos caracterizam-se por manifestarem em sua prática laboral elementos como originalidade, singularidade, criatividade e expressividade. Estes traços em grande medida encontram-se presentes, por exemplo, na ação do *regente*, que de acordo com Lago Jr (2002, p. 136) “[...] ele (regente) será o artista, o administrador, o *entrepreneur*, o pensador, o educador, o disciplinador e o guardião das tradições da música orquestral sob todas as suas formas e gêneros”. Por este prisma, o estudo do universo social da música erudita a partir da perspectiva

da criatividade, bem como, do movimento de transmutação da Arte (música erudita) enquanto valor cultural, para um valor econômico – manifestado, por exemplo, nos mercados das óperas, concertos, espetáculos teatrais –, apresentaria um amplo espectro de questionamentos sociológicos acerca do grau de interação entre agentes (músicos) e o campo institucional (orquestra), uma vez que esta relação nasce do diálogo entre a *aplicação* de um determinado conhecimento técnico especializado (saber musical), e o contexto organizacional de normas/rotinas institucionalizadas, resultante de um bem original e coletivo, valorizado economicamente por sua natureza estético-experiencial.

2 EM BUSCA DE UM CONCEITO PARA A ECONOMIA CRIATIVA

Qual a influência dos ambientes organizacionais no processo de desenvolvimento da criatividade pelos indivíduos? A criatividade é uma habilidade que pode ser considerada uma *qualidade*, que o sujeito manifestaria somente de forma individual, ou precisaria interagir com outros indivíduos para manifestá-la? Quais seriam as condições sociais, culturais, políticas ou econômicas que motivariam os indivíduos a criarem? Qual o lugar das organizações nesse processo?

Historicamente, a manifestação da criatividade esteve sempre associada a instituições sociais específicas. Em estudo realizado por Martindale (1999), acerca da manifestação da criatividade na poesia, o autor problematiza o modo como a sociedade contemporânea restringiu a compreensão da criatividade a determinados ramos de trabalho, como por exemplo, o trabalho desempenhado por cientistas e artistas.

Direcionando esta problematização para uma dimensão psicológica, de que forma se realizaria a passagem do trabalho criativo como um valor cultural/artístico para um valor econômico propriamente dito? Analisando o contexto do trabalho dos músicos eruditos – que produzem um tipo específico de *bem* cultural –, que parâmetros estes profissionais utilizariam para atribuir um valor econômico ao resultado de seu trabalho?

Sobre este aspecto envolvendo a valorização econômica da criatividade enquanto um *produto*, resultante de um tipo particular de trabalho, recorre-se a Rogers (1997, p. 411) que, ao analisar os traços psicológicos que configuram o trabalho criativo e o processo de atribuição econômica a este trabalho, indica algumas pistas desta passagem do valor cultural ao valor econômico, desempenhada pelo sujeito, uma vez que

[...] o valor do seu produto é, para o indivíduo criativo, estabelecido, não a partir do apreço ou da crítica dos outros, mas de si mesmo. Criei algo que *me* satisfaz? Isto exprime uma parte de mim – o meu sentimento ou a minha maneira de pensar, o

³ Neste artigo serão analisadas as características socioeconômicas que compõe a manifestação da criatividade no trabalho dos músicos eruditos. O Relatório UNCTAD (2010, p. 3), destaca que a criatividade humana pode ser classificada de acordo com o tipo de *empreendimento* ao qual ela é associada: criatividade artística, criatividade científica e criatividade econômica.

meu desgosto ou meu êxtase? São estas as únicas questões que preocupam realmente o indivíduo criativo ou qualquer pessoa num momento de criação.

No esforço de problematizar os elementos de caráter sociológico que permeiam o trabalho criativo dos músicos eruditos, seria o caso de avançar um pouco mais naquilo que se considera ser o elemento central de manifestação da criatividade: o ambiente social e cultural, materializado em organizações. Ao estudar a formação da estrutura social da criatividade, o economista Richard Florida (2011, p. 55) argumenta que:

Um meio social que garanta apoio e seja aberto a todas as formas de criatividade – tanto artística e cultural quanto a tecnológica e econômica –, seria o último elemento da estrutura social da criatividade. Ele é também o que tem recebido menos atenção. Esse meio fornece o ecossistema ou habitat em que as formas multidimensionais da criatividade podem criar raízes e florescer. Ao longo da história, isso fica evidente com a ascensão de setores de conteúdo criativo como é o caso do mercado editorial, da indústria musical, da indústria cinematográfica e do mercado de videogames.

De acordo com as contextualizações acima demonstradas, considera-se que a interpretação sociológica da criatividade se constitui em um movimento analítico multifacetado. O que se quer chamar a atenção neste momento é sobre o fato de que, em termos sociológicos, a criatividade pode ser estimulada ou constringida pelo ambiente. As organizações tornam-se, pois, cruciais para compreender essa dinâmica, uma vez que as mesmas tanto condicionam a criatividade como são o meio pelo qual esta se realiza. Neste sentido, a pesquisa se propõe a utilizar teorias produzidas pelas ciências humanas que conduzam ao refinamento da análise sociológica da criatividade. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos desenvolvidos no campo da Sociologia Econômica⁴, busca-se evidenciar de que maneira a ação criativa do trabalho dos músicos de orquestra se caracterizaria como uma ação socioeconômica, desempenhada em diferentes espaços institucionais.

Ao introduzir uma discussão exploratória dos aspectos sociais e culturais que constituem o conceito de *economia criativa*, considera-se oportuno destacar que não se pretende esgotar a problematização que envolve, na atualidade, o significado socioeconômico deste conceito. O caráter polissêmico existente nas denominações de *economia criativa*, trabalho/serviço criativo, ou mesmo, indústria criativa, evidencia uma primeira dificuldade com que nos deparamos ao abordar esta problemática.

⁴ De acordo com as reflexões elaboradas neste projeto, considera-se que a Sociologia Econômica aqui proposta, exibiria um caráter de Sociologia aplicada, no caso, uma *Sociologia Econômica da Música*. Neste sentido, os trabalhos elaborados por François (2002, 2005, 2006, 2007), Roy e Dowd (2004) revelam interessantes questionamentos acerca das disposições socioeconômicas existentes entre o trabalho dos músicos eruditos e o mercado da música.

Desta forma, apresenta-se, a seguir, um detalhamento dos conceitos de *economia criativa*, *indústria criativa* e *trabalho criativo*.

Como ponto de partida ao estudo das fontes sociais, culturais e econômicas que originam este novo setor da economia contemporânea, considera-se as transformações nas antigas tradições do trabalho cultural e industrial (*design*, produção, decoração e representação), que passaram a aproximar-se de uma ampla gama de atividades produtivas modernas como a publicidade, o *design* de roupas, o desenho gráfico e a mídia de desenho em movimento. Além desta aproximação junto a um novo conjunto de atividades produtivas que se caracterizam pelo desenvolvimento de produtos/serviços que tem na sua *singularidade* o seu diferencial econômico, os bens e serviços produzidos nos setores da *economia criativa* sofreriam, de acordo com Newbiggin (2010, p. 13), um maior poder de abrangência pelo uso de tecnologia digital.

Para além disso, neste artigo, compreende-se por *economia criativa* um conjunto de atividades econômicas que apresentam uma nova proposta para o valor de produtos e serviços. Neste sentido, o *valor econômico* de produtos e serviços (criativos), não seria mais determinado por ativos fixos, mas, pelas ideias. Assim, ao comparar a economia tradicional (industrial) com a *economia criativa*, verifica-se que o *motor* desta nova economia não seria a produção em série de máquinas, construções ou veículos. Mas, as boas ideias, o talento e a inovação, elementos que neste contexto específico, adquirem um grau de valorização econômica consideráveis.

Inserido ao emergente debate acerca da *economia criativa*, apresenta-se a discussão sobre as chamadas *indústrias criativas*⁵. A indústria criativa refere-se ao conjunto de todas as atividades econômicas desenvolvidas a partir comercialização da criatividade em forma de produto ou serviço. Para Bendassolli (2009, p.12), a *indústria criativa* apresenta 4 componentes principais: a) a *criatividade como elemento central, sendo necessária para a geração da propriedade intelectual*; b) a *percepção de utilidade gerada pelo objeto cultural, que é derivada da atribuição de valor pelo consumidor*; c) *as indústrias criativas, que transformam estes significados em propriedade intelectual, logo, em valor econômico*; e d) a *convergência entre artes, negócios e tecnologia*.

Outro aspecto importante para a compreensão do conceito de indústria criativa situa-se na dimensão organizacional em que

⁵ O termo Indústria Criativa remete ao pioneiro conceito de *Indústria Cultural* (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), perspectiva teórica/ideológica elaborada pelos intelectuais da Escola de Frankfurt, ao analisarem o processo de esvaziamento de conteúdo crítico, ocorrido no campo das artes humanísticas por conta da racionalização capitalista, que passa a introduzir um modo padronizado de reprodução das obras artísticas, associando-as a uma mentalidade mercadológica. De forma preliminar, pode-se compreender que as Indústrias Criativas apresentam como traço característico de sua atuação, a valorização de atributos estéticos e simbólicos, não apresentando necessariamente um posicionamento crítico em relação ao mercado. Por outro lado, o conceito de Indústria Cultural permite a formulação de um posicionamento crítico em relação ao processo de captura promovido pelo capitalismo sobre as Artes humanísticas. Além disso, o horizonte teórico oferecido pelo conceito de Indústria Cultural permite analisar os conflitos envolvendo a relação entre a orientação artística e o mercado (BENDASSOLLI; WOOD JUNIOR, 2009).

ocorrem a produção, promoção e distribuição de seus produtos. O modelo organizacional das indústrias criativas sugere uma arquitetura em rede, onde atributos como flexibilidade e domínio/integração à tecnologia constituem a base da produção criativa. Neste contexto, as atividades econômicas geradas a partir de elementos como flexibilidade, conhecimento e trabalho em rede (atributos da *indústria criativa*), convergem com o clássico conceito de Castells (2010, p. 202) de *nova economia*, na medida em que os processos tecnológicos, organizacionais e institucionais existentes no interior das indústrias criativas, estabelecem contatos diretos com redes informacionais globalizadas, além de seus sistemas de produção adotarem formas mais flexíveis de gerenciamento e controle da produção.

Expressividade e identidade aplicada ao trabalho caracterizam o conceito de *trabalho criativo*. Associado a estes fatores de ordem subjetiva, o trabalho realizado no âmbito da *economia criativa* destaca-se pelo aumento da relevância do capital intelectual junto ao processo de elaboração de novos mercados e criação de novos produtos. A dimensão imaterial do capital intelectual existente no trabalho criativo dos músicos eruditos consistiria em um dos elementos que identificam a atividade musical enquanto uma atividade criativa, na medida em que, conforme apontam as reflexões desenvolvidas por Flew e Cunningham (2010), - acerca das *performances artísticas* -, será a partir da criatividade que uma determinada performance poderá tornar-se geradora de valor econômico. Com isso, temos a produção de um bem que tem sua *singularidade* através da manifestação artística e do uso intensivo de conhecimento técnico aplicado, configurando-se o diálogo entre inovação tecnológica e desenvolvimento econômico no setor da Cultura/Música⁶.

3 O BRASIL E O CONTEXTO CRIATIVO INTERNACIONAL

No debate contemporâneo referente à solidificação do conceito de *economia criativa*, destaca-se um conjunto de estudos elaborados por economistas brasileiros que consideram que a *economia criativa* corresponderia ao diálogo entre as economias do conhecimento e da cultura. Assim, os trabalhos de Reis (2007, 2011), Dalla Costa e Souza Santos (2011) e Bolaño (2011) apresentam um panorama da *economia criativa* no cenário brasileiro.

A *economia criativa*, compreendida aqui enquanto um contexto socioeconômico que envolve a interação entre diferentes agentes, arranjos organizacionais distintos e uma estrutura produtiva em

rede, é caracterizada por processos inclusivos e abertos onde a sociedade civil tende a participar de forma mais intensa, uma vez que o modelo de desenvolvimento econômico proposto por ela se estabelece de forma mais horizontal e menos hierarquizada institucionalmente. O desenvolvimento econômico e a inclusão social, pensados por meio da *economia criativa*, permitem que países como o Brasil possam aliar o crescimento econômico e desenvolvimento social de forma semelhante, tendo em vista o grande potencial cultural existente em símbolos e tradições culturais regionais.

O rico ambiente cultural brasileiro é especial, quando comparado a outros contextos internacionais. A possibilidade de criação de uma cadeia produtiva criativa no Brasil surge como uma poderosa fonte de recursos para o crescimento econômico do país. Desta forma, o cenário econômico brasileiro onde atuam as microempresas e um grande número de empreendedores culturais seriam potencializados pois, como afirma Reis (2007, p. 308) “[...] sendo a criatividade um ativo individual, o foco desloca-se dos grandes conglomerados e recai sobre os agentes criativos, as micro e pequenas empresas e os empreendedores culturais”.

Somado a este aspecto de caráter empresarial, o processo de desenvolvimento econômico de propostas para as indústrias criativas pode se beneficiar da grande quantidade de patrimônios culturais (material/imaterial) existentes no território brasileiro, na medida em que podem ser melhor explorados, bastando, para isso, a construção de políticas públicas específicas de estímulo a valorização econômica destes bens culturais. A valorização econômica de recursos de natureza simbólica torna-se o fundamento central da *economia criativa*, fato que estimula o desenvolvimento de novas habilidades e características empreendedoras por parte dos agentes que se encontram inseridos em processos produtivos criativos. Para Bendassolli e Borges-Andrade (2011), a atuação dos empreendedores no contexto das indústrias criativas demandaria a aplicação de dois tipos de recursos: um de caráter criativo e o outro de caráter econômico. Para os autores, a dimensão criativa da ação do empreendedor estaria relacionada ao contexto da geração de ideias, concepção de serviços, bens e obras que apresentem um valor estético agregado. De forma paralela, o componente econômico referente à ação empreendedora está diretamente relacionado ao movimento de adição de valor econômico a estes bens, produtos e serviços originados por meio do trabalho destes empreendedores culturais.

As capacidades empreendedoras dos agentes inseridos no contexto da *economia criativa* podem ser estimuladas, obtendo-se, desta forma, um ambiente com grande poder em produzir pesquisa e inovação associadas à produção de bens criativos. Ao estudar os aspectos econômicos nos contextos socioculturais de regiões denominadas de “Centros de Criatividade”, Florida (2011) demonstra, por meio de um extenso conjunto de dados empíricos, associados a uma detalhada análise teórica, que o exercício profissional da

⁶ Recorremos ao trabalho desempenhado pelo Maestro durante a execução de uma partitura, como forma de exemplificar nossa discussão. O modo como o regente desempenhará a condução dos músicos em uma orquestra, reúne, ao mesmo tempo, grande acúmulo de conhecimento técnico especializado e criatividade. Uma vez que será por meio de uma habilidade criativa que o maestro saberá *como* manifestar, de cada um de seus músicos, o exato tom musical, e agrupá-lo ao conjunto de outros sons produzidos no interior da orquestra.

criatividade estaria baseado em fatores como preferências sociais e culturais, hábitos de consumo e identidade social. O autor chama a atenção para o fato de que a *classe criativa* seria composta por trabalhadores como cientistas, engenheiros, profissionais de tecnologia da informação (TI), professores universitários, poetas e romancistas, artistas, atores, *designers* e arquitetos, editores, personalidades culturais, pesquisadores influentes, críticos e outros formadores de opinião. Todos estes profissionais apresentam, como ponto em comum de seus trabalhos criativos, uma formação educacional de alto nível, tendo em vista que todos estes trabalhadores lidam com um corpo de conhecimento complexo para desempenharem suas atividades.

Ao pensar-se a criatividade como um aspecto *genuinamente* humano, percebe-se sem muita demora que ela existe de forma permanente em todas as partes do mundo, em culturas diversas e, sobretudo, em épocas diferentes ao longo da história da humanidade. Em épocas como a Antiguidade “clássica” grega, a Renascença Europeia, a I Revolução Industrial, a *Belle Époque francesa*, a semana de Arte Moderna de 1922 – só para mencionar alguns momentos de explosão criativa no mundo –, podemos visualizar com grande grau de abrangência e diversidade, a emanação do potencial de criatividade de sociedades/culturas distintas.

Contudo, o elemento novo que se quer destacar, refere-se ao modo como na atualidade o trabalho criativo – compreendido em suas várias dimensões – passa a compor um vetor de grande força econômica quando associado a investimentos com pesquisa e desenvolvimento (P&D), e a processos de trabalho intensivo em conhecimento e inovação, tornando-se, inclusive, objeto de políticas públicas de inclusão social. O direcionamento da habilidade criativa como atributo detentor de valor econômico manifesta-se também, no que Florida (2011, p. 48) denomina de “estrutura social da criatividade”. De acordo com o autor, a emergência da *economia criativa* receberia auxílio de outros setores considerados *novos*, como por exemplo, novos sistemas voltados para a criatividade tecnológica e empreendedorismo, modelos mais eficazes para produção de bens e serviços, e um vasto meio social, cultural e geográfico propício a todo tipo de criatividade.

A valorização de produtos/serviços criativos, considerados também como bens imateriais, verifica-se no crescente reconhecimento dos chamados “intangíveis culturais”, constituintes dos mercados financeiros e que, conforme aponta Reis (2008, p. 19), buscam inspiração nos setores de marcas e patentes como forma de desenvolver um modelo de mensuração próprio para o bem/serviço criativo⁷.

A discussão sobre o processo de valorização econômica de um bem *intangível* que por sua vez é vivenciado por meio de uma

experiência, como por exemplo, apreciar um determinado tipo de gastronomia, vivenciar uma nova cultura através de uma viagem, visitar exposição de quadros de determinado pintor, colecionar objetos oriundos do artesanato regional, customizar roupas e espaços com características que exibam a personalidade do cliente, ou mesmo assistir a um espetáculo de música erudita/popular/experimental, ganha um potente foco de discussão quando analisado sob o prisma da *economia criativa*.

Os setores produtivos imateriais, conforme destacado na introdução deste texto, tornam-se cada vez mais decisivos para a geração e crescimento das economias na atualidade. A relação entre criatividade e intangibilidade – estudada sob o ponto de vista da sociologia econômica – permite avaliar o grau de influência de aspectos organizacionais que orientam a ação dos agentes, bem como compreender o sentido que uma *experiência criativa* – manifestada em determinado contexto sociocultural – pode significar em termos de valor econômico e criação de mercado. Ou seja, conforme apontam as análises elaboradas por Pine e Gilmore (1998, p. 101), a venda de experiências (por meio de espetáculos diversos, gastronomia, tecnologia, entretenimento, design, etc) avança como um dos principais mercados no interior dos setores criativos da economia contemporânea, constituindo, também, um importante ambiente empírico de pesquisa ao campo da Sociologia Econômica, na medida em que temos a valorização econômica de atributos como confiança, gosto, singularidade, novidade, aspectos que durante muito tempo foram considerados em segundo plano, mas que agora passam a compor o núcleo central de valorização econômica de produtos e serviços provenientes de setores criativos. Por sua vez, os setores criativos também apresentam arquiteturas organizacionais distintas, fato que possibilita à Sociologia Econômica estudar em detalhes os diferentes fatores que influenciam a manifestação/aplicação da criatividade no mercado.

4 CRIATIVIDADE E ARRANJOS ORGANIZACIONAIS

Analisar o modo como as organizações estabelecem mecanismos de estímulos (ou até mesmo de repressão) à manifestação da criatividade por parte dos agentes constitui-se no foco desta seção. Neste sentido, passaremos a adotar o termo “arranjo organizacional” quando nos referimos ao contexto das organizações.

Durante décadas, os estudos sobre a manifestação da criatividade dos agentes nas organizações direcionaram suas atenções ao indivíduo e a sua *subjetividade*. Neste sentido, os trabalhos no campo da Psicologia das Organizações, bem como, da Sociologia das Organizações, procuraram interpretar os componentes sócio-comportamentais estabelecidos na personalidade criativa de determinado sujeito/grupo.

⁷ O conceito de trabalho criativo também é examinado na introdução deste artigo.

Os processos de trabalho que passam a ocorrer no contexto da *economia criativa* apresentam, como apontam os estudos elaborados por Reis (2007), Florida (2011) e Howkins (2012), para a existência de uma arquitetura organizacional mais horizontal, com vistas a um grande troca de ideias e o aumento do trabalho colaborativo. O desenvolvimento e a aplicação da criatividade em um ambiente organizacional, colocam-se, desta forma, como fator central ao sucesso da organização, condição que, de acordo com Alencar (1998, p. 19), repercutiria

[..]um reconhecimento crescente de que a criatividade é um fator chave para a inovação e sucesso a longo prazo das organizações. Devido à globalização, competição no ambiente de negócios e ritmo acelerado da mudança, as organizações têm sido pressionadas a fazer um melhor uso de seus recursos disponíveis, e aqui incluiríamos a criatividade de seus recursos humanos.

Os arranjos organizacionais que estruturam o desenvolvimento das atividades profissionais dos músicos eruditos constituem-se em um interessante espaço de estudo das relações de trabalho criativo, bem como, de sua transformação em *valor* no mercado musical. Ao pesquisar as orquestras como um tipo de arranjo organizacional, recorreremos aos estudos elaborados por Dimaggio (1991, p. 267), em que analisa o processo de institucionalização e estruturação dos chamados *campos organizacionais* de museus nos Estados Unidos.

Utiliza-se a abordagem do institucionalismo organizacional como recurso teórico-analítico no que se refere às influências do ambiente organizacional sobre o desenvolvimento da criatividade pelos músicos eruditos. Neste sentido, o referido estudo nos oferece uma abordagem analítica consistente no que diz respeito ao processo de governança e agência que as organizações – quando inseridas na arena competitiva do mercado – imprimem sob outra organização, ou mesmo sobre os agentes inseridos em uma determinada esfera institucional. Conforme Meyer (2008), as organizações buscam constantemente exercer influência sobre as ações dos agentes por meio da combinação entre normas/hábitos e a cultura institucional. Esta aproximação, de acordo com o referido autor, influenciaria na construção (pelo agente) de possíveis cenários de tomadas de decisão, bem como, de modelos de interação entre os sujeitos da organização (no nosso caso, a orquestra).

Sob este ponto de vista, a dinâmica organizacional manifestada pelos agentes da música erudita (relação entre músicos/relação entre orquestras), evidencia tanto um aspecto intersubjetivo quanto um aspecto cognitivo (FLIGSTEIN, 2001, 2009). Ou seja, as normas, regras, condutas produzidas pelos músicos/orquestra – enquanto um valor simbólico – são reconhecidas no *campo organizacional* da música enquanto práticas que estruturam este campo. O aspecto cognitivo situa-se no nível de habilidade (criatividade) do ator em manipular estes códigos: seja na relação

com outros músicos, no grau de expressividade com que executa determinada obra musical, ou, em uma dimensão macro, na forma com que a própria orquestra acessaria o mercado da música.

Os estímulos oferecidos pelo ambiente organizacional consistem em um importante mecanismo de suporte à manifestação da criatividade. Neste sentido, um dos elementos essenciais à existência deste cenário de *propensão* ao ato criativo situa-se no âmbito da comunicação (SALES, 2008). Os traços que compõe as arquiteturas organizacionais na *economia criativa*, indicam, conforme nossas reflexões iniciais, uma maior disposição ao diálogo não hierarquizado, tendendo a uma flexibilização das relações no interior da organização. Esta habilidade comunicacional estaria associada a uma maior motivação dos agentes dentro da instituição. Assim, ao destacarmos este aspecto do universo da orquestra, recorreremos à fala de um dos entrevistados:

É, eu gosto muito disso, eu não consigo ver música desassociada de comunicação, não tem, sabe? Sempre vai comunicar. Existe espaço pra discussão: “Não, mas isso aqui quem sabe a gente faz dessa maneira que fica mais confortável pra mim” ou “Soa melhor nesse instrumento, dessa maneira”.

A grande quantidade de música é em conjunto, é coletivo, então, essa coisa assim de tu chegar num lugar, e a pessoa que senta do teu lado é teu amigo e a pessoa que senta do teu outro é tua amiga, tu até tira um tempo pra conversar com a pessoa.... Pra olhar a partitura: “Pô olha aqui isso aqui, vamos estudar esse trecho juntos?”. “Vamos debater?”. Esse tipo de coisa torna.... Isso tudo torna depois a hora da prática, do trabalho, muito mais favorável a criatividade.

(Entrevistado nº 3: Flautista da orquestra da PUCRS. Entrevista realizada em 24/05/2013)

Com o intuito de verificar a influência do fator “organizacional” no que se refere à dinâmica dos processos de comunicação entre os agentes, foi entrevistado um músico profissional (com formação em composição), que desempenha suas atividades em uma produtora de áudio. Vejamos a seguir as palavras do entrevistado sobre as características envolvendo o processo de composição e o modo como interage com seus superiores:

Às vezes a gente tem que compor linhas de expressão, uma linha de violino que parta naturalmente e que seja livre, né? Por que, por exemplo, a gente não tem esse tempo, por exemplo, de sentar e escrever no papel, como a maioria dos grandes compositores. A maioria dos grandes compositores sentam e vão fazendo no papel direto, na partitura. A gente já é um processo bem mais rápido, por que a gente já vai pro instrumento e já faz a composição, compondo e gravando né, mais ou menos assim. A agência também colabora, os chefes colaboram, por que cada um né, o atendimento, por exemplo, o que vai na reunião traz a

informação, então é uma rede de informação que chega até ti⁸.

Os trechos selecionados indicam algumas pistas no que diz respeito à influência dos arranjos organizacionais (orquestra/ produtora de áudio) sobre a motivação e a disposição dos músicos ao ato de criação musical. De forma a potencializar a problematização das falas dos entrevistados, recorremos ao trabalho desenvolvido por Alencar (1998), sobre a “criatividade nas organizações”. Na opinião da autora, a dimensão da comunicação (fala do entrevistado n° 3) estaria associada a uma característica que determinadas organizações apresentam em sua estrutura organizacional, na medida em que “[...] uma estrutura favorável à criatividade se caracterizaria por um número limitado de hierarquias, normas flexíveis, menos burocracia e descentralização do poder decisório”. As reflexões da autora possibilitam ainda analisar os aspectos envolvendo a interação entre os músicos e seus superiores dentro da organização (fala do entrevistado n° 4), uma vez que, de acordo com Alencar (1998, p. 25), “[...] uma postura de receptividade, flexibilidade, aceitação e estímulo às novas idéias, paralelamente ao respeito às opiniões divergentes caracterizariam uma chefia que favorece à expressão da criatividade”.

Uma segunda interpretação que pode ser elaborada a partir dos posicionamentos apresentados nas falas dos entrevistados, auxilia-nos a pensar de que forma a criatividade – compreendida enquanto um ato comunicacional ou enquanto uma interação *flexível* – é gerada no interior da organização. A existência de um contexto de interação em rede tende a potencializar a manifestação da criatividade em sua essência psicossocial, pelo fato de que em uma rede (organização de trabalho/contatos/de pesquisa) existe uma multiplicidade de formas de comportamento e interação entre os agentes. Esta dinâmica, conforme Sales (2008, p. 27), geraria um ambiente favorável à busca por conhecimento e pela inovação, uma vez que:

A principal condição da criatividade e da inovação não é, por outro lado, a presença de indivíduos brilhantes ou geniais. O criador, o ator é a rede, isto é, o sistema de relações e de interações mais ou menos denso, conforme o caso, que funciona como uma fraternidade ou um clã.

Neste aspecto, a criatividade nas organizações não estaria associada exclusivamente a um tipo específico de sujeito, mas sim, a um *sujeito coletivo*. Para analisar os processos sociocomportamentais, que constituem a ação do trabalho criativo (por exemplo, de um músico, de um pesquisador ou de um educador), torna-se necessário compreender o grau de interação que o agente/ organização a ser estudado estabelece com outros agentes hábeis, para então poder analisar os *tipos de recursos* que estes atores passam a mobilizar, bem como, o tipo de estratégias organizacionais a

serem colocadas em ação (FLIGSTEIN, 2009).

5 A VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA MÚSICA ERUDITA: O MERCADO DE BENS SIMBÓLICOS EM PORTO ALEGRE

Em relação ao mercado da música erudita, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, verifica-se a existência de uma complexa rede caracterizada pela intensa rotatividade de profissionais, pela alta cobrança de produtividade do trabalho artístico-musical, pela concorrência entre orquestras/companhias pela captação de recursos para realização de grandes espetáculos, pela existência de jornadas paralelas à atividade musical “oficial”, como por exemplo, a de professor de música (cursos particulares) ou a de “preparadores”: músicos profissionais que treinam estudantes para as provas práticas existentes nos processos de seleção à graduação, mestrado ou doutorado⁹.

Outra dimensão que constituiria uma característica econômica existente no interior das orquestras diz respeito à relação entre orquestras permanentes e orquestras itinerantes. Em estudo desenvolvido por François (2007), acerca dos mercados de concertos musicais, mostra-se que haveria uma considerável diferença no processo de captação de recursos financeiros para a realização de temporadas de apresentação. De acordo com o autor, orquestras que possuam um determinado período de existência e que fossem permanentes¹⁰, tenderiam a conseguir seus financiamentos – tanto de instituições públicas como de instituições privadas – de uma forma mais simples e com um menor grau de burocracia.

Juntamente a estes aspectos propostos pelo autor acima referido, sobre as disposições econômico-gerenciais que são experimentadas pelos trabalhadores da música no interior das orquestras, considera-se pertinente problematizar o contato entre os músicos/orquestras e universidades. Neste aspecto, parte-se das seguintes indagações: qual a especificidade social-cultural da produção artística (musical) desenvolvida no interior de uma universidade? Qual a influência que um ambiente caracterizado pela pesquisa e desenvolvimento (P&D), teria sobre o rendimento do trabalho do músico erudito? O ambiente organizacional acadêmico, da mesma forma que estimula as mais diversas áreas do conhecimento reunidas em seu entorno, exerceria um estímulo ao desenvolvimento criativo destes músicos?

⁸ Entrevistado n° 4: Músico-compositor de uma Produtora de áudio em Porto Alegre. Entrevista realizada em 07/06/2013.

⁹ As informações referentes às atividades profissionais desempenhadas de forma paralela pelos músicos eruditos são oriundas do *diário de campo* do autor do artigo, e foram coletadas junto ao Maestro da Orquestra Sinfônica da PUCRS, em entrevista exploratória realizada no dia 10.08.2012.

¹⁰ Orquestras que possuem um local definido para suas apresentações, como por exemplo, Orquestras de teatros, de universidades, de centros culturais, de instituições governamentais, etc.

Esta aproximação entre universidade e setores criativos da economia torna-se um objetivo que passa a ser cada vez mais buscado tanto por instituições de ensino superior como de empresas que possuem a criatividade como traço de seus processos produtivos. Os estudos sobre a relação Empresa, Universidade e Governo, produzidos por Etzkowitz (2009) e Guimarães (2011), evidenciam os contornos políticos-institucionais que transformam a universidade, na atualidade, em um ambiente privilegiado de estímulo ao desenvolvimento econômico, baseado, sobretudo, em investimentos de processos intensivos em conhecimento e inovação.

O cenário porto-alegrense, bem como o rio-grandense, estão atentos aos processos de estabelecimento de seus primeiros empreendimentos criativos, além, é claro, da formação de políticas públicas para o setor produtivo criativo, com destaque especial para o setor *musical*, *audiovisual* e de estímulo a *produção científica* em áreas da *economia criativa*. De forma a explorar um pouco mais a realidade empírica referente ao contexto de criação de incentivos fiscais e de captação de recursos econômicos para atividades do setor criativo, passamos, a seguir, a analisar alguns dados de fontes documentais que apresentam um pouco do cenário gaúcho da *economia criativa*.

5.1 A SALA SINFÔNICA DA OSPA

Um dos exemplos que materializam os esforços governamentais em desenvolver iniciativas ligadas à *economia criativa* no Rio Grande do Sul é a construção da Sala Sinfônica da OSPA (Orquestra Sinfônica de Porto Alegre). A construção da sala sinfônica em Porto Alegre é um antigo sonho do público/artistas gaúchos e que atualmente, encontra-se em sua segunda fase de construção. Reunindo recursos econômicos captados junto ao Ministério da Cultura, da Secretária de Estadual da Cultura do Rio Grande do Sul e da Lei Rouanet, sua materialização revela um esforço de valorização da cidadania cultural e do contexto artístico-profissional do Rio Grande do Sul.

Outro importante movimento de captação de recursos econômicos para a construção da sala sinfônica da OSPA é o desenvolvido pela FOSPA (Fundação OSPAs), presidida por um médico cirurgião-cardiovascular¹¹. A atuação do presidente da FOSPA constitui-se em um interessante exemplo de atuação de um *agente hábil* (FLIGSTEIN, 2009), na medida em que este ator¹² lança mão de

¹¹ Por questões éticas, o referido cirurgião solicitou que seu nome não fosse mencionado.

¹² Especificamente, o que se quer é analisar a atuação deste agente hábil no processo de negociação e captação de recursos financeiros para a construção do referido empreendimento. Assim, uma questão importante a ser problematizada, e que se constitui em um paradigma *clássico* de estudos da Sociologia Econômica, é o tema da construção de *laços de confiança* entre os agentes e as organizações.

um conjunto de habilidades cognitivas com vistas a estabelecer laços de confiança com futuros investidores/colaboradores do projeto de execução da sala sinfônica.

Competência empreendedora e habilidade social constituem-se em dois tipos de comportamentos que podem ser associados ao agente criativo. Para Fligstein (2009, p. 67), a habilidade social se manifesta na capacidade que um determinado agente tem em fazer com que o *outro* passe a cooperar:

Atores sociais hábeis se relacionam empaticamente com as situações das outras pessoas e, ao fazê-lo, são capazes de fornecer a essas pessoas razões para cooperar. Atores sociais hábeis devem compreender a percepção dos conjuntos de atores de seu grupo em relação às suas múltiplas concepções de interesse e identidade, bem como a percepção dos atores dos grupos externos. Eles utilizam essa compreensão em situações específicas para proporcionar uma interpretação da situação e determinar ações que estejam de acordo com os interesses e as identidades existentes.

A mobilização de recursos por parte do agente hábil – no caso em questão, o presidente da Fundação OSPAs – requer que este sujeito coloque em prática um conjunto de ações, comportamentos e disposições que em muitas situações não seriam provenientes do mesmo universo sociocultural ao qual se origina uma determinada demanda, por exemplo, a construção de uma sala sinfônica. De acordo com análises em seções anteriores deste *artigo*, considera-se que quanto maior o número de experiências, bem como de contatos que o agente possa estabelecer em suas práticas sócio-culturais, tanto maior será o seu acúmulo de conhecimentos, logo, contatos/redes de colaboradores.

Dito de outra forma, o agente hábil, durante a sua ação empreendedora, operacionaliza os recursos experienciais apreendidos em outras áreas de sua vida, aspecto que para os teóricos da *economia criativa* seria o responsável pelo êxito dos agentes criativos em seus empreendimentos. O trabalho de captação de recursos econômicos para a construção da sala sinfônica da OSPAs, de acordo com o presidente da Fundação OSPAs, apresentaria alguns traços de proximidade entre o universo da música e o da medicina (área de atuação do presidente):

É uma coisa que a medicina ensina ouvir o paciente, então eu sei ouvir as pessoas e quando eu acho que tenho razão eu procuro aceitar e fazer desse, procuro realizar as.... então a mesma coisa com os músicos, eu sempre tive uma relação muito próxima com eles e a razão é muito simples....A medicina se aproxima muito da música e das artes plásticas. O médico pelo tipo de atuação dele junto aos pacientes, ele é muito próximo ao desenvolvimento da arte, por exemplo, a cirurgia ela precisa tanto o desenvolvimento mental e manual como tocar um violino.

E o trabalho de equipe da cirurgia e o trabalho de equipe da orquestra se tu não sabe trabalhar em equipe...Não anda!¹³

Pensar a gestão dos processos de captação de recursos econômicos promovidos pelo presidente da FOSPA - a partir do contexto da *economia criativa* -, possibilita compreender a forma como a aplicação e o uso da criatividade auxiliariam na aplicação de conhecimentos com vistas ao desenvolvimento de produtos, bens e serviços do setor criativo. Tanto o trabalho de um músico erudito quanto o trabalho de um médico cirurgião envolvem um nível de atenção, sensibilidade e, sobretudo, conhecimento técnico de alto nível que irão amparar a ação profissional destes agentes. O que chama atenção na fala do entrevistado, e sobre o que se pode refletir mais detidamente, é que tanto o ato de realizar uma cirurgia quanto a performance do músico de orquestra estão envolvidos por um alto nível de consciência. Considerando este contexto específico, pode-se sugerir que uma das características da criatividade/ação criativa, residiria justamente naquilo que Howkins (2012, p. 26) denomina de *momento da criatividade*, “[...] que seria uma explosão de consciência. Quando estamos sendo mais criativos, normalmente nos sentimos mais alertas, e bem mais focados”.

5.2 MATERIALIZANDO A CRIATIVIDADE: A CRIAÇÃO DO SELO “RS POLO AUDIOVISUAL”

Uma das principais iniciativas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no que se refere aos estímulos para o desenvolvimento das *Indústrias Criativas*, localiza-se no setor audiovisual¹⁴. Neste sentido, um dos destaques foi a criação do selo “RS polo audiovisual” para produções audiovisuais realizadas ou finalizadas no estado do Rio Grande do Sul e que tenham conseguido seus recursos por meio de editais. Outra característica destas produções realizadas em solo gaúcho está no fato de que elas já seriam finalizadas com legendas em espanhol e inglês, como forma de facilitar a circulação destas produções em festivais/mostras internacionais.

De acordo com dados do *Balanço 2012 da Secretaria da Cultura*, no ano de 2012, foi dada prioridade para a execução de projetos ligados à indústria criativa, sobretudo no setor audiovisual. A Secretaria da Cultura do RS, em parceria com a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Inovação (AGDI), promoveu ações com o objetivo de criar no Rio Grande do Sul plataformas fortes para o desenvolvimento da indústria da criatividade no âmbito da política industrial do Estado.

¹³ Entrevista n° 9: presidente da Fundação OSPA (FOSPA). Entrevista realizada em 02/07/2013 p. 4

¹⁴ O setor audiovisual refere-se à criação de filmes para cinema, filmes publicitários, filmes empresariais, vídeo clipes e peças publicitárias para a indústria do turismo.

É interessante observar a atuação do Estado, no sentido de criar um mecanismo de “autenticação” para um produto que resulta da ação do trabalho de agentes criativos. Uma das dificuldades com que a *economia criativa* lida, que é a de estabelecer de forma *mensurável/tangível* a substância de um bem, produto ou serviço criativo, tendo em vista o processo de valorização econômica de elementos *imateriais/simbólicos* que constituem a cadeia produtiva da indústria criativa, parece estar sendo levada em consideração pelo governo gaúcho, condição que pode ser considerada como estratégica.

Além dos mecanismos institucionais adotados pelo Governo gaúcho, com vistas a adequação de políticas indústrias orientadas ao desenvolvimento econômico com base na inovação e tecnologia e com foco nas indústrias criativas, observa-se uma movimentação do setor privado em relação a definição de seus objetivos quanto a valorização econômica da criatividade. Um exemplo de tal iniciativa é a construção do *TECNA (Parque tecnológico audiovisual)*, localizado no *campus* da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul, na cidade de Viamão, região metropolitana de Porto Alegre.

O papel das universidades, neste contexto, é de reunir os atributos institucionais para o surgimento de parques tecnológicos¹⁵, bem como, de incubadoras voltadas à Indústria Criativa. Este diálogo entre governo, empresa e universidade, com foco na consolidação da Criatividade como fator de desenvolvimento econômico, fica claro na entrevista a seguir, do Secretário de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, Luiz Antonio de Assis Brasil, em solenidade de lançamento do TECNA (Centro Tecnológico Audiovisual do Rio Grande do Sul), que descreve a tarefa de tal empreendimento como um

Estímulo à produção simbólica (a arte), a economia, com a produção de empregos e a inclusão social. “Sinto orgulho de o centro ser instalado nesta Universidade, pois conheço o quanto ela faz pela cultura. Tenho certeza de que estamos pisando em um terreno seguro”¹⁶.

A Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), através de seu *campus* em Porto Alegre (ESPM – Sul), desenvolve iniciativas com vistas ao desenvolvimento e implementação da primeira incubadora de empresas da indústria criativa. A matéria *ESPM-Sul e Porto Alegre lançam primeira Incubadora de Empresas da Indústria Criativa do Brasil*, publicada na Revista Voto, no dia 15 de julho de 2012, apresenta o andamento da parceria entre a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Sul) e a Prefeitura da capital, para a abertura de uma incubadora de empresas da indústria

¹⁵ No *campus* da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul encontra-se o já reconhecido TECNO PUC, parque tecnológico voltado para P&D.

¹⁶ Entrevista dada à Assessoria de Comunicação e Marketing – ASCOMK, PUCRS. 03 ago. 2011.

criativa:

A ESPM-Sul e a prefeitura de Porto Alegre assinaram, na manhã desta quinta-feira (12/07/2013), um convênio cujo objetivo é tornar, dentro de poucos anos, a capital gaúcha em um pólo da indústria criativa do Brasil e do Exterior. O documento firmado pelo prefeito José Fortunati e pelo vice-presidente corporativo da ESPM, Emmanuel Publio Dias, prevê a implantação da primeira Incubadora de Empresas da Indústria Criativa do País.

A prefeitura cedeu, por um período de 30 anos, um terreno de 7 mil metros quadrados, localizado na Rua Marcílio Dias, 1390, no Bairro Azenha, para que a ESPM-Sul faça a edificação a partir da captação de recursos junto a parceiros públicos e privados. O espaço será destinado à incubação de aproximadamente 50 empresas, com o desenvolvimento de serviços especializados e de alto valor agregado, como, por exemplo, métodos e técnicas para gestão e negócios do setor criativo¹⁷.

As iniciativas promovidas pelo parque audiovisual *TECNA* e pela ESPM - Sul oferecem um interessante exemplo dos esforços oriundos das instituições de ensino superior privadas, atentas ao panorama de desenvolvimento de mercados e serviços com foco na valorização econômica da criatividade. Além disso, os contextos apresentados pela PUCRS-TECNA e pela ESPM-Sul, revelam algo que poderíamos considerar como uma tendência, qual seja, o interesse de universidade/centros de P&D em aproximar ciência, tecnologia e arte.

5.3 CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O MOMENTO DO SETOR CRIATIVO

O Governo do Estado também demonstra estar atento aos desdobramentos das ações que envolvem o estímulo aos setores criativos da economia. Neste sentido, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), por meio da Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), lançou, no dia 8 de agosto de 2012, edital que previa verbas no valor de R\$ 1,2 milhões destinadas à pesquisa e ao desenvolvimento de projetos de produtos nos setores criativos do *design*, novas mídias e audiovisual. A matéria *Edital Específico para a Indústria Criativa é ação inédita no Estado*¹⁸ publicada no dia 02 de agosto de 2012, pela Assessoria de Comunicação da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, avalia como um momento significativo para o Estado, a existência deste estímulo aos produtos e serviços provenientes dos setores criativos. Na matéria, o Secretário de Ciência e Tecnologia, Sr. Cleber Prodanov, destaca que o núcleo gaúcho do setor criativo movimenta anualmente

R\$ 5,2 bilhões, o que corresponderia a 5,6% de toda a cadeia criativa do país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi problematizar as características socioeconômicas da gestão da criatividade nos chamados ambientes organizacionais de orquestras na cidade de Porto Alegre. Neste sentido, procurou-se evidenciar os principais mecanismos referentes à gestão, bem como a interação dos agentes (músicos de orquestras, maestro e gestor cultural) no interior das orquestras e no mercado da música erudita na cidade de Porto Alegre. De forma paralela, o artigo, por meio de fontes documentais, realizou o trabalho de mapeamento dos principais contextos institucionais ligados ao surgimento e consolidação da indústria criativa na cidade de Porto Alegre e no estado do Rio Grande do Sul.

O processo de constituição de laços de confiança, a manifestação de habilidades sociais ligadas à gestão de pessoas e a captação de recursos econômicos, desenvolvidos no interior de uma organização, emergem como importantes dados no que se refere aos usos econômicos da criatividade nas organizações. O cenário socioeconômico da música erudita em Porto Alegre apresenta-se como importante contexto empírico ligado ao mercado de valorização econômica criatividade, por meio de serviços, produtos e bens simbólicos.

¹⁷ Revista Voto (versão eletrônica).

¹⁸ A reportagem pode ser conferida em sua íntegra em: <http://www.fapergs.rs.gov.br/conteudo_puro.php?cod_conteudo=481&cod_menu=1>.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- ALENCAR, Eunice M. L. Soriano. Promovendo um ambiente favorável à criatividade nas organizações. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.38, n.2, p. 18-25, abr./jun. 1998.
- ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING DA PUCRS (ASCOMK). **Lançado o projeto TECNA- Parque audiovisual do RS**. Entrevista com Secretário da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. 03 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.planetauniversitario.com/index.php/notas-do-campus-mainmenu-73/23368-lancado-o-projeto-do-tecna-centro-tecnologico-audiovisual-do-rs>>. Acesso em: 9 jul. 2012.
- BENDASSOLLI, Pedro; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Significado do trabalho nas indústrias criativas. **ERA – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 51, n. 2, pp. 143-159 mar./abr. 2011.
- _____. Desempenho empreendedor nas indústrias criativas: propondo um modelo teórico. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 105 – 120, 2013.
- BENDASSOLLI, Pedro F; WOOD JÚNIOR Thomaz. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, vol. 49, n° 1 jan./mar. 2009, pp. 10-18.
- BOLAÑO, César. **Economia da arte e da cultura**. São Paulo: Itaú Cultura, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. v. 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.
- DALLA COSTA, Armando; SOUZA-SANTOS, Elson Rodrigo. **Economia criativa no Brasil: quadro atual, desafios e perspectivas**. **Economia & Tecnologia - Ano 07, Vol. 27 - Outubro/Dezembro de 2011**, pp. 151 – 159.
- DIMAGGIO, Paul. Constructing an organizational Field as a Professional Project: U.S. Art Museums, 1920-1940. In: POWELL, Walter W; DIMAGGIO, Paul (Org.). **The new institucionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. pp. 127 – 149.
- ETZKOWITZ, Henry. **Hélice tríplice. Universidade-Indústria-Governo**. Inovação em movimento. Porto Alegre: Edupucrs, 2009.
- FLEW, Terry; CUNNINGHAM, Stuart. Creative industries after the first decade of debate. **The Information Society**, v.26, n. 2, p. 113-123, 2010.
- FLIGSTEIN, Neil. **The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first-century capitalist societies**. [S.l.] United States, Princeton University Press, 2001.
- _____. Habilidade social e teoria dos campos. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, vol. 47 n° 2 abr./jun. 2009. pp. 61 – 80
- FLORIDA, Richard. **Ascensão da classe criativa**. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- FRANÇOIS, Pierre. Is “cost disease” contagious? The case of early music ensembles. **Sociologie du travail**, Paris, France, n. 49, p. 34-49, 2007. Disponível em: <<http://pierrefrancois.wifeo.com/documents/Convention-GB.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2012.
- _____. Prototype, competition, and market: the market for early music concerts. **Revue française de sociologie**, Paris, France, n° 48 pp. 88 – 132, 2006.
- _____. Production, convention and power: constructing the sound of an early music orchestra. **Sociologie du travail**, Paris, France, n° 47 pp. 57 – 70 (2005).
- GUIMARÃES, Sonia K. Empreendedorismo intensivo em conhecimento no Brasil. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 575-591, set./dez. 2011.
- HOWKINS, John. **Economia criativa. Como ganhar dinheiro com idéias criativas**. São Paulo: Makron Books, 2012.
- JULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo regional e a economia do conhecimento**. Tradução: Márcia Freire Ferreira Salvador. São Paulo: Saraiva, 2010.
- LAGO JR., Sylvio. **A arte da regência: história, técnica e maestros**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2002.
- MARTINDALE, Colin. Como podemos medir a criatividade de uma sociedade? In: BODEN, Margaret A (Org.). **Dimensões da criatividade**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1999. p. 166-201
- MEYER, John W. Reflections on Institutional theories of organizations. In: **The Sage Handbook of Organizational Institutionalism**. Sage Publications, pp. 788 – 808, 2008.
- NEWBIGIN, John. **Economia criativa: um guia introdutório**. London, British Council, 2010.
- PINE, Joseph ; GILMORE, James H. Welcome to the experience economy. **Harvard Business Review**, july-august, 1998. pp. 98 – 106.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável**: o caleidoscópio da cultura. Barueri, SP: Manole, 2007.

REIS, Ana Carla Fonseca (Org.). Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008

_____. Cidades criativas: perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011

ROGERS, Carl. Para uma teoria da criatividade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.

ROY, William G.; DOWD, Timothy. What is sociological about music? **The Annual Review of Sociology**. Atlanta, USA, n. 36, p. 183–203, 2004 Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.soc.012809.102618>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

SALES, Arnaud. Criatividade, comunicação e produção do saber. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 10, n.19, jan./jun. 2008.

TOLILA, Paul. **Cultura e economia**: problemas, hipóteses, pistas. Tradução: Celso M. Pacionik. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007.

UNCTAD. **Creative Economy**: Report 2010. Genebra: Nações Unidas, 2010.

**• ECONOMIC VALUATION OF CREATIVITY:
CONTRIBUTIONS FROM ECONOMIC
SOCIOLOGY TO THE STUDY OF ERUDITE MUSIC
ORCHESTRAS •**

Abstract: The object of this work is to analyze the influence of organizational forms on social processes that are responsible for the constitution of creativity as an economic value. Through the analysis of primary data from interviews with musicians, maestros and orchestra managers, and also of specialized bibliography, this study is divided in two parts. In the first part, the study seeks to map the socioeconomic features of so-called “creative economy” and how, in recent times, the creative sector constitutes an important target for governmental investment and economic development policies. In the second part, in light of the concept of creative work, the study intends to analyze the transformation of erudite music (as a cultural value) into an economic value, thus putting to question not only the organizational constraints inherent to creative work among orchestra musicians, but also their way of getting into the productive music chain in the city of Porto Alegre, Brazil.

Keywords: Creative economy. Music industry. Organizational forms.

**• VALORACIÓN ECONÓMICA DE LA
CREATIVIDAD: CONTRIBUCIONES DE SOCIOLOGÍA
ECONÓMICA AL ESTUDIO DE LAS ORQUESTAS DE
MÚSICA CLÁSICA •**

Resumen: Este artículo tiene por objeto analizar la influencia de las formas de organización en el interior de los procesos sociales que constituyen la creatividad como un valor económico. A partir del análisis de los datos primarios derivados de entrevistas con músicos clásicos, directores y gerentes de orquestas, y consultando la bibliografía especializada, este estudio se divide en dos partes: la primera, pretende mapear las características socio-económicas que constituyen la economía creativa y de qué modo, en la actualidad, el sector de la creación constituye el objeto de la inversión pública y estímulo de las políticas de desarrollo económico. En segundo lugar, a la luz del concepto de trabajo creativo, el estudio tiene como objetivo analizar el movimiento de transformación de la música clásica (como un valor cultural) en el valor económico, cuestionando las restricciones organizativas que existen en el proceso de operación del trabajo creativo los músicos de la orquesta y sus formas de inserción en la cadena de producción de música en Porto Alegre.

Palabras clave: Economía Creativa. Mercado de la música. Disposiciones organizacionales.



• SUSPIRIA DE PROFUNDIS:
ARTIFÍCIO, MELANCOLIA E CRIAÇÃO
EM CHARLES BAUDELAIRE •

*“não sou nada
nunca serei nada
não posso querer ser nada
à parte isso,
tenho em mim todos os sonhos do mundo.”*

Fernando Pessoa

Resumo: Este pequeno e modesto ensaio pretende, à luz de elementos oriundos da clássica Teoria dos Humores de Hipócrates e Galeno, alçar uma interpretação dos principais argumentos contidos nos textos de Charles Baudelaire *Paraísos Artificiais* e *Do Vinho* e do *Haxixe* como uma releitura aristotélica do problema do gênio e das potências criadoras, manifesto pela ação da bile negra ou de drogas estimulantes como o haxixe, o ópio e o vinho, bem como refletir sobre sua relação com um projeto e uma visão de homem/humanidade promovidos pela cultura renascentista, retomados e ressignificados pela modernidade através da noção de autonomia da vontade.

Palavras-chave: Charles Baudelaire. Teoria dos Humores. Ação Criativa. Modernidade

• CASSIO BRANCALEONE •

1 INTRODUÇÃO

Em 1851 Charles Baudelaire publicou no *Messenger d'Assemblé* o poema em prosa intitulado *Do Vinho e do Haxixe*, que uma década depois viria a dar origem ao seu fabuloso ensaio *Paraísos Artificiais*. Nesta obra, o autor pretendeu desenvolver “uma espécie de monografia”, como ele próprio confessa, sobre a ação de substâncias farmacodinâmicas no espírito meditativo e inclinado ao sonho, ou seja, no que considera o *homem sensível moderno*.

Este pequeno e modesto ensaio pretende, à luz de elementos oriundos da clássica Teoria dos Humores, alçar uma interpretação dos argumentos contidos nos textos *Paraísos Artificiais* e *Do Vinho e do Haxixe* como uma releitura aristotélica do problema do gênio e das potências criadoras, manifesto pela ação da bile negra ou de drogas estimulantes como o haxixe, o ópio e o vinho, bem como pontuar sua relação com um projeto e uma visão de homem arquitetados pela cultura renascentista e ressignificados pela modernidade através da noção de *autonomia da vontade*.

2 A MEDICINA DOS HUMORES

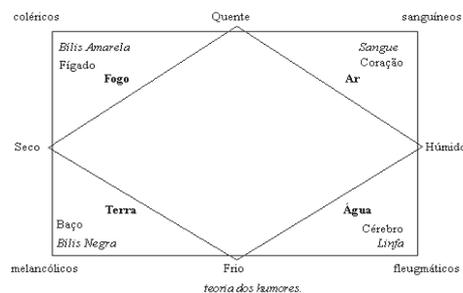
Apesar de seus profundos antecedentes nos primórdios da historiografia helênica, é através da escola hipocrática que o conceito de humor (*khymós*) e toda uma patologia e terapêutica em torno desta noção são elaboradas. Pela ideia de humor, entendia-se uma substância existente no organismo, necessária à manutenção da vida e da saúde. Assim foi constituída a doutrina dos quatro humores, cada qual associado a características fisiológicas específicas. Segundo ela, o *sangue* é armazenado no fígado e levado ao coração, onde se aquece, sendo considerado quente e úmido; a *flegma*, que compreende as secreções mucosas, provém do cérebro e é fria e úmida por natureza; a *bile amarela* é secretada pelo fígado e é quente e seca; e a *bile negra* é produzida no baço e no estômago e é de natureza fria e seca. Os humores estariam também relacionados com cada um dos quatro elementos fundamentais do *Cosmos* para os gregos (água, fogo, ar e terra) e com as quatro estações do ano (DIAS, 2010).

O estado de saúde dependeria da exata proporção e da perfeita mistura dos quatro humores, assim como seu isolamento ou sua miscigenação inadequados causariam as doenças com seu cortejo sintomático. De acordo com a concepção hipocrática da patologia humoral, quando uma pessoa se encontrava enferma, haveria uma tendência natural para a cura: a natureza encontraria meios de corrigir a desarmonia dos humores (*discrasia*), restaurando o estado anterior de equilíbrio (*eucrasia*). O médico poderia auxiliar as forças curativas da natureza, ajudando o doente a eliminar o humor excedente ou alterado.

Galeno, no século II *Depois da Era Comum* (DC), com o prestígio de sua autoridade, revitalizou a doutrina humoral e ressaltou a

importância dos quatro temperamentos, conforme o predomínio de um dos quatro humores: *sanguíneo*, *flegmático*, *colérico* (*cholé*, de bile) e *melancólico* (*melânos*, de negro e *cholé*, de bile).

Quadro 1 - A Teoria dos Humores



Fonte: Baseado em Dias (2010).

A Teoria dos Humores baseia-se, pois, no pressuposto de que determinados estados psíquicos e temperamentais, em seus arranjos esporádicos ou mais permanentes, são gerados e condicionados pela existência de determinados tipos de misturas de líquidos no interior do organismo humano. A predominância de certas misturas implicaria no predomínio de correspondente padrão de personalidade.

Não obstante todos os problemas de ordem científica que são hoje apontados na Teoria dos Humores, tal como sua formulação mais clássica, com posições tanto supressivas quanto adaptativas de seus argumentos centrais, tal conjunto de ideias esteve presente em significativas obras do campo literário, bem como foi das mais diversas formas mobilizada para interpretar textos, comportamentos individuais, fenômenos sociais e contextos históricos.

3 CRIAÇÃO E MELANCOLIA EM PARAÍDOS ARTIFICIAIS

“Tua alma é o mundo inteiro.”

Hino Sagrado Hindu

O “estado paradisíaco”, o gosto pelo infinito, este estado excepcional do espírito e dos sentidos onde o mundo moral abriria suas vastas perspectivas, e o homem sentiria-se mais artista, mais justo e mais nobre, este é o mote através do qual Baudelaire abre seu livro. Grande contraste é feito deste estado com o estado comum e corrente de espírito, representado pelas trevas da existência cotidiana. O que há de extraordinário nesse estado é que ele aparentemente não foi criado por nenhuma causa visível e fácil de ser definida, sendo quase mesmo uma graça:

Este estado encantador e estranho, onde se equilibram todas as forças, onde a imaginação, ainda que maravilhosamente poderosa, não leva consigo o sentido moral para aventuras perigosas, onde

uma sensibilidade delicada não é mais perturbada por nervos doentios... não tem sintomas prenunciadores [...] Esta acuidade do pensamento, este entusiasmo dos sentidos e do espírito deve ter, em todos os tempos, aparecido ao homem como o primeiro dos bens; eis por que, considerando apenas a volúpia imediata, sem se preocupar em violar as leis de sua constituição, buscou na ciência física, na farmacêutica, nos mais grosseiros líquidos, nos perfumes mais sutis, em todos os climas e em todos os tempos, os meios de escapar mesmo que por algumas horas, à sua morada de lobo e, como disse o autor de *Lazare*: “Tomar o paraíso de um só golpe” [...] (BAUDELAIRE, 2004, p. 12-13)

Sua obra é atravessada pela ideia de que este estado está intimamente ligado às potencialidades imaginativas e criadoras do homem. Baudelaire admite que determinados homens possuem uma propensão maior a este estado do que outros, e que o mesmo pode ser atingido também através de métodos estimulantes e artificiais. Seu interesse está explicitamente voltado para o que considera “o homem sensível moderno”, seja ele o “homem incompreendido” do romantismo ou o “homem original” das massas burguesas, que no fundo nada mais é que o melancólico, pelo menos no sentido que herdamos de Aristóteles. Quando alude ao estado paradisíaco, admite-o com mais profusão nessa espécie de homens, e o que também não deixa de ser interessante, o ingresso artificial nesse estado também é efetuado na maioria dos casos por este mesmo tipo de homem. São os intelectuais e os artistas em sua maioria que fazem uso do haxixe e do ópio, e é o efeito do mesmo nesses homens que guia mais propriamente a análise de Baudelaire¹. Nesse sentido, aproxima-se da Teoria dos Humores e, apesar de não trabalhar com seus termos, opera com sua lógica.

Aristóteles em *O problema XXX,1* debruça-se exatamente sobre a figura do melancólico. Inicia seu trabalho com uma indagação, apresentando um rol de personagens que se enquadram em seu diagnóstico, dentre os quais Hércules: “Por que razão todos os que foram homens de exceção, no que concerne à filosofia, à poesia ou às artes, são manifestamente melancólicos, e alguns a ponto de serem tomados por males dos quais a bile negra é a origem?” (ARISTÓTELES, 1998, p. 81).

A melancolia como um temperamento é produto de uma certa mistura de líquidos corporais que resulta naquilo que os antigos chamavam por *bile negra*. Para Aristóteles a bile negra poderia se manifestar sob duas formas: primeiro, como esta própria mistura que, predominante em determinado momento da vida de um homem, o torna melancólico (como doença); segundo, como a própria natureza de determinados homens, inclinados permanentemente à melancolia.

Em geral, a melancolia está associada à busca da solidão, a um certo comportamento misantrópico. Mas Aristóteles compreende o melancólico acima de tudo pela inconstância de seu carácter, e a bile negra pela sua potência modeladora do mesmo:

Quanto aos que possuem, em sua natureza, uma tal mistura constituída, eles apresentam espontaneamente caracteres de todos os tipos, cada indivíduo diferindo segundo a mistura. Por exemplo, aqueles nos quais essa mistura se encontra abundante e fria são presas do torpor e da idiotia; aqueles que a tem abundante e quente são ameaçados pela loucura e dotados por natureza, inclinados ao amor, facilmente levados aos impulsos e aos desejos; alguns também são mais falantes que o comum. Mas muitos, pela razão de que o calor se encontra próximo do lugar do pensamento, são tomados pelas doenças da loucura ou do entusiasmo (ARISTÓTELES, 1998, p. 93-95).

Esta possibilidade de transitar pelos estados de humor, quase uma plasticidade temperamental, caracterizada pela inconstância, é o que define para Aristóteles o melancólico. Esta capacidade de percorrer os espaços possíveis entre uma tristeza paralisante e as mais agressivas crises de mania, entusiasmo e loucura, de ser atingido por surtos de desânimo e alegria sem nenhuma razão aparente. No entanto, existe uma gradação média, uma concentração atenuada dessa mistura, em suma, uma *saúde do melancólico*, e é neste ponto do *continuum* que se encontrariam para ele os homens de gênio:

Mas esses nos quais o calor excessivo se detém, no seu impulso, em um estado médio, são certamente melancólicos mas são mais sensatos, e se são menos bizarros, em compensação, em muitos domínios, são superiores aos outros, uns no que concerne à cultura, outros às artes, outros ainda à gestão da cidade (PIGEAUD, 1998, p. 44).

O melancólico, como um polímorfo, permite convergir em si todos os caracteres de todos os homens. É, pois, o homem da circunstância. Por isso mesmo é intemperante, vicioso e impelido à distração. A busca do prazer é a sua forma de acalantar a dor, sendo também por vezes um homem do divertimento, ser de violência, e por fim incompreensível: não tolera a sobriedade calma da vida.

É justamente sua inclinação polimórfica, sua constante inconstância, que o torna propenso à criatividade e à genialidade. Mas aqui é importante entender o sentido da criação para os antigos. Criar é antes de tudo imitar. *Mímeses*, representação e metáfora, eis os termos em que se entende e vive a criação. O artista é um imitador da realidade que existe fora dele. A criatividade é, pois, uma pulsão a ser diferente, a se tornar outro. Ora, para Aristóteles, a arte e a criação são possíveis basicamente para dois tipos de homens: o ser bem dotado, pois se modela, e o louco, pela capacidade de sair de si. Ambos derivam do melancólico, ou melhor, são melancólicos em graus diferentes.

Ainda que em outro nível e sob outras condições, Baudelaire ao

¹ No caso do vinho a situação é diversa, como veremos mais à frente.

tratar do uso de farmacodinâmicos pelo homem de gênio, dirige sua preocupação também para o tema da criação. Compreende tal estado paradisíaco que descreve como a melhor condição de criatividade, e reconhece sua instalação aleatória no espírito humano, sua oscilação tanto entre os variados tipos de homens quanto no interior dos raros espíritos mais propensos ao sonho (BAUDELAIRE, 2004, p. 150), faculdade que em grande medida clama pela solidão. A criação, pois, passa também por certas condições idiossincráticas, e se opera basicamente sob uma lógica muito similar àquela apresentada por Aristóteles: “a alegoria, este gênero tão espiritual [...] é realmente uma das formas primitivas e mais naturais da poesia” (BAUDELAIRE, 2004, p. 52). Os atributos do homem sensível moderno, em suma, são muito próximos dos atributos do melancólico esboçado por Aristóteles.

4 O APRISIONAMENTO DA VONTADE

“Grande milagre, ó Asclépio, é o homem.”

Hermes Trismegisto

Parásos Artificiais versa basicamente sobre a depravação do “sentido do infinito”, ocasionado pelos prazeres mórbidos possibilitados pelo uso do haxixe e do ópio, da indução a este estado paradisíaco por meios artificiais.

A primeira parte do livro Baudelaire dedica-se ao estudo do haxixe, o cânhamo indiano (*cannabis indica*), por ele alcunhado como “demônio desordenado”. Esta droga, muito utilizada pelos círculos intelectuais franceses sob a forma de confeitos, produz uma embriaguez onírica, mas guardando toda a tonalidade particular do indivíduo. O mesmo homem é aumentado a uma altíssima potência, sendo, entretanto, governado pelo sonho. É tomado por uma excessiva sensibilidade sem governo que a modere ou explore. O haxixe é um espelho que aumenta o homem, mas um simples espelho.

A embriaguez do haxixe é marcada por três fases (BAUDELAIRE, 2004, p. 25-36): a primeira, que produz alterações fisiológicas visíveis como palidez, lábios contraídos e olhos dilatados, inicia-se com uma certa hilaridade, extravagante e irresistível. Acessos de alegria não motivada e tentativas frenéticas de comicidade jorram continuamente do cérebro. O indivíduo sente-se tomado por uma grande benevolência pelos outros. O segundo momento é marcado por uma sensação de apaziguamento, de frescor nas extremidades do corpo e grande fraqueza em todos os membros. E por fim, uma imensa sensação de sagacidade, de acuidade superior de todos os sentidos, caracterizada por uma forte dose de sensualidade. Os olhos alcançam o infinito, os ouvidos percebem sons inaudíveis. Nas ondas de alucinações, objetos ganham aparências estranhas, deformam-se e se transformam. Mas a alucinação suscitada pelo haxixe é de outra ordem: realiza-se mediante a agudização de

objetos, sons e estímulos sensíveis existentes, sem criação *ex nihilo*. É pois progressiva, involuntária e precisa de um contexto: “o espírito é apenas um espelho onde o meio ambiente se reflete transformado de maneira exagerada” (BAUDELAIRE, 2004, p. 45).

Este grau de prazer onde a serenidade se instala e o indivíduo é levado a admirar a si próprio, a um orgulho desmesurado, a vislumbrar-se como homem-deus, tem o seu preço: é seguida por uma fome voraz e sede excessiva, uma prodigalidade ímpia por gastar fluidos nervosos, onde o corpo é vitimado e a vontade é subjugada: o homem torna-se incapaz de ação. E tanto por muitas horas após a experiência. A exageração dos sentimentos habituais, dada mediante uma concessão de interesses exagerados a todas as coisas, em suma, esta intensidade de interesses torna a inteligência escrava: “uma vivacidade fora do comum penetra, invade e oprime o espírito com seu caráter despótico” (BAUDELAIRE, 2004, p. 36).

Quanto ao ópio, aproveita-se da experiência pessoal de Thomas De Quincey relatada em *Confissões de um comedor de ópio* para tecer suas ponderações (DE QUINCEY, 2007). Daí extrai os elementos para reconstruir e caracterizar os estágios vivenciados por um usuário de ópio. Não considera o ópio um entorpecente para a inteligência. Ao contrário do haxixe, seu efeito sobre o espírito é contínuo durante oito a dez horas, sem produzir inação ou torpor. Ele introduz a ordem suprema e a harmonia das faculdades mentais, tornando o governo de si mais flexível e calmo. Um profundo sentimento de disciplina e uma espécie de saúde divina parecem dominar o espírito. O ópio atua apaziguando o que foi agitado e concentrando o que foi disseminado (BAUDELAIRE, 2004, p. 106). Um comedor de ópio busca mais a solidão e o silêncio como condições aos êxtases e aos devaneios profundos, dado que este aumenta em muito a faculdade de sonhar.

Ao tratar das alucinações, Baudelaire realiza uma verdadeira sociogênese de De Quincey, digna de um Norbert Elias (1994), ao buscar nos dados da infância do gênio, fornecido por seus próprios relatos biográficos, argumentos para interpretar a natureza dos sonhos e visões do comedor de ópio, bem com o sentido da construção de seu ideal artificial (BAUDELAIRE, 2004, p. 146).

No entanto, as torturas do ópio, ainda que tardias, afetam tanto o corpo quanto o espírito do indivíduo, atuando também na alteração do sentido de espaço e tempo. No caso de De Quincey, manifestaram-se através de constantes irritações estomacais por um lado, e de outro, o assombro fantasmagórico de imagens e lembranças de seu passado, ainda que em estado de vigília. Muitos anos depois dos primeiros usos de ópio, esta substância parece ter realizado a ativação profunda da memória inconsciente.

Nesse ponto, muito rico aliás, De Quincey constrói a metáfora da memória como um *palimpsesto*, antigo pergaminho cujo texto

original foi raspado para receber novo texto. Neste caso, nosso cérebro, como um imenso *palimpsesto* criado por Deus, receberia da experiência uma diversa gama de sensações e lembranças que ali ficariam guardadas, mas ao contrário do artefato em questão, estas camadas não seriam apagadas, apenas superpostas. Em ocasiões especiais, como traumas, uso de substâncias psicoativas, ou o próprio momento da morte, tais registros viriam a tona numa profusão fantasmagórica, trágica, épica, aterrorizante ou triunfal (BAUDELAIRE, 2004, p. 163).

Mas há o pior de todos os efeitos: para um comedor de ópio, seu poder de ação e execução não está mais à altura de seu poder de concepção. O ópio, como haxixe, *paralisa a vontade*.

Chegamos finalmente no ponto central dessa questão para Baudelaire. A simulação de condições paradisíacas pelos próprios gênios, através de substâncias farmacodinâmicas, é condenável não porque tais meios sejam artificiais. O problema em Baudelaire não é o artifício em si, mas o uso de um artifício específico, qual seja: aquele que priva e aprisiona a vontade. Admitindo que essas substâncias suscitam ou aumentam o gênio, aqueles que delas fazem uso esquecem que é de sua natureza diminuir a vontade, dando de um lado o que tira de outro, isto é, a imaginação sem a faculdade de dela tirar proveitos: “aquele que puder recorrer a um veneno para pensar, em breve não poderá mais pensar sem veneno” (BAUDELAIRE, 2004, p. 167).

Que a criação é fruto de determinados estado humorais, isto parece certo também para nosso autor. O que é condenável não é a recriação artificial deste estado, e veremos isso quando tratarmos do vinho, mas o uso de artifícios que corroem a inteligência e vontade de seu poder de agir livremente.

Ora, espontaneidade e liberdade, como condições ideais da criação, não eram os elementos do projeto renascentista de homem? Os apontamentos sobre a flexibilidade do *self*, as possibilidades metamórficas do homem em poder ser e se fazer, dependem, pois, da *autonomia de sua vontade*. Em autores renascentistas como Pico Della Mirandola, a construção do homem como obra inacabada da criação, indefinida, é o que lhe dá a condição de camaleão, que se molda segundo as suas disposições, orientado pela razão e liberdade. Argumenta Della Mirandola a respeito desse homem:

Não te fizeste celeste nem terreno, nem mortal nem imortal, a fim de que tu, árbitro e artífice de ti mesmo, te plasmasses e te informasses, na forma que tivesses seguramente escolhido. Poderás degenerar até aos seres que são as bestas, poderás regenerar-te até às realidades superiores que são divinas, por decisão de teu ânimo (DELLA MIRANDOLA, 1989, p. 53).

O homem partilharia, nessa visão, dos atributos de Deus. Teria o poder de ser anjo ou besta, numa escala vertical onde poderia escolher entre a virtude e o vício (GREENE, 1968). Aqui é o tema da *dignidade humana* que Baudelaire resgata, ao primar pela

preservação da autonomia da vontade na sua chave já moderna, quer dizer, a capacidade autoreflexiva e deliberativa do homem para se constituir como um ser para-si, de se autorregular como ente psíquico e indivíduo moral.

5 DO VINHO

“A verdade se encontra no vinho e nas crianças.”

Provérbio de Alcebiades

É certo que para Baudelaire, o vinho, levando em conta suas peculiaridades, produziria efeitos de certo modo similares aos do haxixe e do ópio no que diz respeito ao desenvolvimento das faculdades artísticas e poéticas nos espíritos melancólicos. A diferença fundamental, entretanto, seria a de que o vinho supostamente não escravizaria e subjugaria a vontade. Pelo contrário, considerava o vinho a bebida do homem de ação.

Ele elencou uma série de características que tornariam o vinho superior, e sua respectiva ação entre espíritos criativos e mesmo medianos. Importante ressaltar ainda é sua posição quanto a apropriação social do vinho, que é antes de mais nada para os que trabalham, para o povo em geral, essa “multidão sem nome cujo sono não basta para adormecer os sofrimentos” (BAUDELAIRE, 2004, p. 190), e não para uma classe de ociosos que cultiva seus prazeres solitários. Estas e outras reflexões encontram-se, de uma forma mais abrangente, no poema em prosa *Do Vinho e do Haxixe*.

Ao vinho cabe a produção de volúpias fulminantes e instilação de encantamentos enervantes nos homens, concedendo uma energia extraordinária, apesar de momentânea, aos sentimentos como o desprezo e a admiração, o amor e o ódio. Os homens embriagados juram-se amizade eterna, dão-se as mãos, vertem lágrimas, levando também a sua parte sensual ao seu apogeu. Do deus misterioso contido nas fibras da videira, o homem retira uma espécie de sua segunda juventude (BAUDELAIRE, 2004, p. 186). O vinho tem

[...] a faculdade de aumentar sobremodo a personalidade do ser pensante e de criar, por assim dizer, uma terceira pessoa, operação mística, onde o homem natural e o vinho, o deus animal e o deus vegetal, desempenham os papéis do Pai e do Filho na Trindade; engendram um Espírito Santo, que é o homem superior e que procede igualmente dos dois (BAUDELAIRE, 2004, p. 196).

Baudelaire não nega que existam bêbados perversos. Estes, entretanto o são porque naturalmente são pessoas perversas. Quando pensa nas coisas ruins que um homem tomado da possessão alcoólica é capaz, argumenta: “o vinho é como o homem: não se saberá nunca até que ponto podemos estimulá-lo ou desprezá-lo, amá-lo ou odiá-lo, nem quantos atos sublimes ou perversidades monstruosas é capaz” (BAUDELAIRE, 2004, p. 186-187). Há uma agudização de vícios sim, mas sua outra face é uma intensificação das virtudes.

Em um determinado momento de seu texto diz que o homem que bebe vinho é o “homem que bebe o gênio” (BAUDELAIRE, 2004, p. 186). Ora, nesse momento vincula-se mais uma vez à uma visão da criatividade e a um pressuposto muito similar ao aristotélico da melancolia.

Vejamos o que pensa o estagirita. Aristóteles considera a bile negra tanto quanto o vinho modeladores de caráter, por uma identidade de natureza (ARISTÓTELES, 1998, p. 87). O ébrio, assim como o melancólico, são dotados da capacidade de projetar-se para fora de si. Por isso, a embriaguez pelo vinho é considerada por Aristóteles como um excesso de melancolia temporária.

Pigeaud (1998, p.25), comentando o filósofo grego, deduz um paradigma do vinho ou da embriaguez, numa curva que vai da eloquência à idiotia. Isto porque o vinho muda gradualmente aqueles que o bebem. Comenta Aristóteles:

Tomado em abundância [o vinho], parece deixar as pessoas totalmente da maneira como descrevemos os melancólicos, e sua absorção produz um grande número de caracteres, por exemplo, os coléricos, os filantropos, os apiedados, os audaciosos [...] porque se ele se apossa de pessoas que são, quando se abstêm de vinho, frios e silenciosos, bebido em uma não muito grande quantidade, ele os faz mais falantes; um pouco mais e ei-los eloquentes e confiantes; se eles continuam, ei-los ousados a empreender; ainda um pouco mais de vinho absorvido os deixa violentos, depois loucos; e uma extrema abundância lhes desfaz, deixando-os idiotizados... (ARISTÓTELES, 1998, p. 83-85).

Sua eficácia física consiste no fato de que o vinho, como o humor da bile negra, *contém vento*. É por isso que as doenças ventosas (perturbações e alucinações) e a hipocondria são associadas à bile negra (ARISTÓTELES, 1998, p. 89), como também podem tomar de assalto aqueles que se embriagam do licor da videira.

É surpreendente como o vinho, para Baudelaire, essa espécie de “bile negra engarrafada”, como ante-sala do desbravamento onírico ou da sociabilidade lúdica, por sua condição e lugar ocupado na modernidade, deixa de ser uma extravagância e monopólio das classes ociosas (ou dos intelectuais e artistas representantes desse extrato social) para possuir o homem comum, literalmente embriagar as massas, potencializando um inesperado processo de “democratização do estado de criatividade”. Eis aqui uma variação de taverna do homem freudiano como *deus de prótese* (FREUD, 1997).

Em síntese, o vinho e a bile negra, enquanto elementos modeladores, podem tornar o homem suscetível de experimentar, a partir da sua subjetividade, o contato com o mundo e a alteridade sob um grande mosaico de percepções e constituir, daí, condições favoráveis para a ação criadora no mundo.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **O homem de gênio e a melancolia**. O problema XXX, 1. Lacerda Editores: Rio de Janeiro, 1998.

BAUDELAIRE, Charles. **Paraísos artificiais**. Porto Alegre: L&PM, 2004

DE QUINCEY, Thomas. **Confissões de um comedor de ópio**. Porto Alegre: LP&M, 2007.

DELLA MIRANDOLA, Giovanni Pico. **Discurso sobre a dignidade do homem**. Lisboa: Edições 70, 1989.

DIAS, Jose Pedro Souza. Até que as Luzes os separem: Hipócrates e Galeno na literatura médico-farmacêutica portuguesa dos séculos XVII e XVIII. In: ANASTÁCIO, Vanda; CASTRO, Ines de Ornellas (Org.). **Revisitar os saberes**. Referências clássicas na cultura portuguesa do Renascimento à Época Moderna. Centro de Estudos Clássicos-FLUL/IELT-Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2010. p. 77-88.

ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

GREENE, Thomas. The flexibility of the *self* in the renaissance literature. In: DENETO, P.; GREENE, T.; NELSON JR., L. **The disciplines of criticism**. Essays in literary theory, interpretation and history. Haven-London: Yale University Press, 1968.

PIGEAUD, Jackie. "Apresentação". In: ARISTÓTELES. **O homem de gênio e a melancolia**. O problema XXX, 1. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998. p.7-77.

**• SUSPIRIA DE PROFUNDIS:
INVENTIVENESS, GLOOM AND CREATION
IN CHARLES BAUDELAIRE •**

Abstract: This small and modest essay aims, at the light of features from the classical Theory of Humors, to raise an interpretation of the main arguments contained in the Charles Baudelaire's writings Artificial Paradises and Wine and Hashish as a retelling of the Aristotelian problem of genius and creative powers, manifest by the action of black bile or stimulant drugs like hashish, opium and wine, as well as scoring his relationship with a project and a vision of man devised by Renaissance culture and reinterpreted by modernity through the notion of autonomy of will.

Keywords: Charles Baudelaire. Theory of Humors. Creative Action. Modernity

**• SUSPIRIA DE PROFUNDIS:
ARTIFICIO, MELANCOLÍA Y CREACIÓN
EN CHARLES BAUDELAIRE •**

Resumen: Este pequeño y modesto ensayo tiene por objeto, a la luz de los rasgos de la teoría clásica de los humores, realizar una interpretación de los principales argumentos contenidos en los escritos de Charles Baudelaire Los Paraísos Artificiales y Del Vino y del Hachís como una relectura del problema aristotélico del genio y la capacidad creativa, explicado por la acción de la bilis negra o drogas estimulantes como el hachís, el opio y el vino, así como la calificación de su relación con un proyecto y una visión del hombre promovidos por la cultura del Renacimiento y re-significada por la Modernidad a través de la noción de autonomía de la voluntad.

Palabras clave: Charles Baudelaire. Teoría de los Humores. Acción Criativa. Modernidad.



• MÍDIAS, MULHERES E MERCADO
DO SEXO: AMBIGUIDADES
& CONSUMO •

Resumo: Este artigo focaliza imagens de mulheres que aparecem no jornal *Diário Catarinense*, na cidade de Florianópolis (SC), com o objetivo de observar como a atividade turística se mostra rentável também para o mercado do sexo, bem como se estas imagens publicadas nesta mídia impressa produzem apelos sexuais. Através da análise de imagens femininas, entre 2000 e 2011, percebemos que as belezas naturais da Ilha de Santa Catarina são constantemente associadas às mulheres, mostrando seus corpos, e como estas imagens contribuem para divulgar um tipo de mulher “florianopolitana”, de aparência exuberante, diferente das mulheres que vemos nas ruas cotidianamente. Mostra, assim, práticas relacionadas ao turismo e relações comerciais que evidenciam o uso de corpos femininos na produção de imagens de uma cidade turística, sulina, de etnia branca, e pretende contribuir para o entendimento das relações de gênero e construções culturais imbricadas a relações de poder.

Palavras-chave: Mercado do sexo. Mídias. Florianópolis. Relações de gênero.

• MARLENE DE FÁVERI¹ & KAMYLLA SILVA² •

¹ Professora do Departamento e Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, FAED-UDESC. Email: mfaveri@terra.com.br

² Graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, FAED-UDESC. Email: mylla_sm@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em nossas investigações sobre o mercado de sexo em Florianópolis¹, observamos as relações de trabalho, os espaços deste mercado, a produção de masculinidades, as estratégias de utilização das mídias por profissionais do sexo, e as representações de algumas mídias sobre mercado do sexo na contemporaneidade. Neste ensaio, pretendemos observar como a divulgação de atividades turísticas mostra-se rentável também para o mercado do sexo, e como imagens veiculadas numa mídia impressa específica, o jornal *Diário Catarinense*, produzem apelos sexuais, observando a cidade de Florianópolis, na primeira década do século XXI. As análises dessas fontes contribuem para reflexões acerca das relações de gênero/construções culturais imbricadas a relações de poder, visto que as mídias são produtoras de sentidos.

Reconhecendo que estudos sobre a propaganda e consumo, por si só dariam um estudo específico, restringimos as análises somente ao que foi veiculado no jornal *Diário Catarinense*, periódico de maior circulação no Estado de Santa Catarina. Para tanto, escolhemos esta mídia impressa, desde o ano 2000 até 2011, e definimos que daríamos preferência às publicações dos meses de alta temporada – dezembro, janeiro e fevereiro – e do mês de outubro, em que o Estado promove festas típicas, como a *Oktoberfest*, em Blumenau, com afluxo grande de turistas.

Para Ruth Sabat, a publicidade não inventa coisas; seu discurso e suas representações estão sempre relacionados com o conhecimento que circula na sociedade, cujas imagens trazem sempre signos, significantes e significados que são familiares aos expectadores (SABAT, 1999). Essa assertiva nos remete a discussões de consumo e percepções da ambiguidade do que é consumido e como o é; neste estudo, se percebe estratégias de divulgação de turismo nas temporadas de verão e os apelos eróticos, de forma subliminar.

Afinal, de qual cidade estamos falando? Em meados da década de 1950, Florianópolis era percebida por seus moradores como uma cidade atrasada, se comparada às demais capitais brasileiras. Pouco havia, segundo articulistas da imprensa, para ver ou fazer na cidade, e a viam e a sentiam como demasiadamente provinciana. Além disso, não possuía grandes indústrias, ao contrário das grandes cidades do país; o comércio era pouco expressivo e suas atividades portuárias estavam em franco declínio. Ainda assim, o desejo de progresso aparecia nas páginas dos jornais como expressão de sair da obscuridade e alçar visibilidade, especialmente entre os membros das classes mais abastadas. O historiador Reinaldo Lindolfo Lohn considera digno de nota estas “representações sobre o futuro, no qual este aparece vinculado a desenvolvimento tecnológico, riqueza e facilidades de vida.” (LOHN, 2002, p.12)

Nesse aspecto, pelo menos, a capital catarinense acompanhava o desenrolar dos acontecimentos em âmbito nacional. Juscelino Kubitschek então empreendia sua política nacional-desenvolvimentista através da qual o destino do Brasil deveria necessariamente passar pelas novas formas de tecnologia, que alterariam o cotidiano e a cultura e que tornariam, enfim, o país desenvolvido. Cabia a Florianópolis apenas encontrar sua “vocaçãõ”, e foi nessa direção que projetos governamentais, empreendimentos comerciais e turísticos, privados ou públicos, se aliaram aos investimentos na reurbanização e limpeza do centro, com vistas ao turismo.

Esse processo, aliado as transformações e a especulação imobiliária, fez aparecer um discurso de supervalorização das belezas naturais da Ilha que veio afirmando a capital do Estado catarinense como polo turístico, cujos investimentos confluíram para a divulgação de um paraíso intitulado de “Ilha da Magia”. A imprensa reproduzia este discurso, e uma das formas na divulgação turística foi associar as belezas naturais às belas mulheres nativas, sempre brancas, magras e sorridentes. Florianópolis é uma ilha com mais de quarenta praias, e o turismo é, hoje, sua maior fonte de renda, potencial comumente associado às suas qualidades geográficas de beira-mar, com praias de belezas naturais.

Paralelamente a tais discursos, Florianópolis passa a investir pesadamente no setor de serviços, e, em questão de uma década, o número de profissionais nesse segmento praticamente dobrou. Nesse período, a população da cidade também só fez aumentar, dado o início do deslocamento de pessoas de outros Estados brasileiros em busca de trabalho, estudos e moradia, e várias medidas foram tomadas objetivando criar infraestrutura que desse suporte aos novos rumos almejados para a cidade.

O historiador Rafael Damaceno Dias observa que a partir da segunda metade do século XX, Florianópolis adquire contornos diferentes daqueles da época colonial com a exploração do turismo, a intensificação do setor de serviços e a constituição das universidades do Estado e Federal (DIAS, 2009). Na década de 1960, foram criadas a Universidade Federal de Santa Catarina e a Faculdade de Educação (que daria início à Universidade do Estado de Santa Catarina); na década seguinte, ocorreu na cidade a instalação da Eletrosul – Centrais Elétricas S.A, atraindo um fluxo considerável de trabalhadores, e na mesma década houve a construção da BR 101, facilitando o acesso e intensificando a procura por moradia, estudo e trabalho na cidade.

Com os ventos do progresso e os desejos da classe política e de quem estava em melhor posição econômica em dar ares de cidade moderna, Florianópolis passou por uma remodelação urbana. Na imprensa da época, são recorrentes as reclamações fazendo menções à falta de policiamento nas ruas e sistema de iluminação pública, considerados precários e indignos de uma capital. A historiadora Maryana Cunha Ferrari demonstra que as críticas

¹ Projeto *Mercado do sexo em Florianópolis: territórios, clientes e mídias no Tempo Presente*, PIC/UEDESC – 2010-2013. Alunas bolsistas: Bruna Silveira Viana, Kamila Silva (PIC); Alessandra Ramos, Milene Chagas de Souza e Larissa Vefago Dalmolin (PIVIC).

sobre a iluminação da cidade, em especial, ganhavam considerável destaque nos periódicos que circulavam na época; isto porque o policiamento efetivo e a boa iluminação eram considerados dois dos melhores mecanismos para coibir a ação de indivíduos considerados “moralmente reprováveis” como ladrões, mendigos e prostitutas. Segundo essa autora, nesse contexto, as mulheres que praticavam o comércio do sexo no centro da cidade passaram a ser vistas como depravadas e davam ares de atraso; então, por ordens policiais, as prostitutas foram retiradas dos cabarés, bares e casas noturnas da área central da cidade e levadas para a Vila Palmira, construída para esse fim, que era uma rua com casario na parte continental e, na época, pouco habitada (FERRARI, 2008).

Uma nova configuração do espaço urbano significava, portanto, novas formas de interação e, também, de exclusão dentro da malha social. Mais profundamente, significava, também, a profilaxia da cidade perpassando a higienização dos corpos e da moral dos indivíduos. A figura das prostitutas é singular nesse sentido, pois além de serem “responsabilizadas pela contaminação em massa de vários males” (FERRARI, 2008, p.41), fragilizadas fisicamente, impediam o progresso e à perfectibilidade.

Nesse sentido, Florianópolis passa a ser palco de um dilema: enquanto havia aqueles que defendiam que as prostitutas deviam ser definitivamente banidas da cidade, junto com suas vicissitudes, outros se atrelavam ao bom e velho argumento do “mal necessário”. Em resumo, para existir a “mulher honesta”, boa mãe, esposa e “rainha do lar”, precisa haver a sua contraparte – a “mulher falada”, a prostituta que realiza as fantasias sexuais dos maridos dessas mulheres honestas. Para tanto, bastava que a prostituição fosse tirada do alcance dos olhos “honestos” e do contato com os ideais modernizadores.

Ao fazer um histórico da Rua Conselheiro Mafra, famosa rua central da cidade de Florianópolis, onde está situado o Mercado Público, a historiadora Marilange Nonnenmacher observa a longa ligação do local com a rede de prostituição florianopolitana. Aponta que, no início da década de 1960, efetivou-se a construção do loteamento conhecido como Vila Palmira, local situado em Barreiros, na cidade de São José, pelo poder público, e tinha por objetivo centralizar e encerrar os “prazeres ilegítimos” dentro de uma determinada territorialidade (NONNENMACHER, 2010).

Durante as duas décadas seguintes, Vila Palmira foi o ponto de encontro de homens das mais diversas idades e estratificações sociais, que se reuniam nas diversas casas – das mais ricas as mais pobres – para beber, conversar, jogar, assistir aos shows e se utilizar dos serviços das prostitutas. Uma prática comum dos pais, nessa época, era a de levar seus filhos homens a um dos prostíbulos da Vila Palmira para se iniciarem sexualmente. Cabia às senhoras honestas aguardar a volta de seus maridos e filhos. Às mais moças, que guardassem sua pureza até o casamento.

A decadência da Vila Palmira acontece como ponto de virada da dinâmica, tanto das práticas sexuais quanto das sociabilidades estabelecidas em meados da década de 1970, com a facilidade de adquirir contraceptivos (pílula anticoncepcional) e as mudanças de comportamento advindas com o consumismo; as facilidades de acesso as novidades, bem como a popularização da televisão, vivencia-se crescente diluição da linha que supostamente separaria a prostituta da “mulher convencional”. Alguns dos trabalhos que tratam do tema, por exemplo, procuram resgatar outras dimensões das vidas das profissionais do sexo que não estejam necessariamente ligadas ao meretrício, tais como afetividade, relações familiares e vida espiritual.

A partir do momento em que as mulheres passam a ter o controle de suas próprias vidas sexuais, o impacto pode ser sentido dentro do universo mercadológico do sexo. O desaparecimento da Vila Palmira, citado anteriormente, é sintomático. E, não muito diferente dos demais setores calcados no sistema de demanda e oferta, novas estratégias precisam ser pensadas e, eventualmente, adotadas. Desde final da década de 1980, formas de divulgação do comércio do sexo aparecem nas diferentes mídias, conforme foi mostrado no artigo *As Piriquetes de Floripa – práticas contemporâneas de propaganda de sexo pago*, que mostra a dinâmica do mercado do sexo no centro de Florianópolis, no Tempo Presente (FÁVERI, 2010).

O que ficou evidente, ao longo da pesquisa, foi que não seria possível restringir a análise aos Classificados do *Diário Catarinense*, onde aparece um setor específico denominado “Tele-Namoro/Acompanhantes”. Todas as páginas, seções, entrevistas e reportagens precisaram de atenção minuciosa, pois vez ou outra o tema prostituição podia ser encontrado entre elas. Presença mais frequente fazia-se nas colunas da publicação, especialmente nas de Luiz Carlos Prates e nas de Cacau Menezes, ambos colonistas neste jornal e que expunham conceitos, pré-conceitos e imagens que remetiam ao turismo, às mulheres e à prostituição.

Acreditamos que o jornal experimente – e, de certa forma, contribua com – os sentimentos conflitantes que nossa sociedade guarda em relação à prostituição. Muito se fala sobre a figura da prostituta que, envolta por uma espécie de exotismo, acaba por fazer sombra e incomodar as pessoas que se outorgam detentoras da ‘boa conduta’. Sombra essa que, por mais paradoxal que possa parecer, era (e é ainda) conveniente a estas últimas, vale assinalar. Sim, porque “[...] se o comércio do sexo é tão comum, quem o sustenta? Considerando-se que só exista comércio de compra e venda se há clientes, seria o cliente o centro da relação prostitucional? [...] o que leva uma clientela, cativa ou não, a fomentar esse comércio?” (FÁVERI, 2010, p.18).

2 O JORNAL DIÁRIO CATARINENSE UM BREVE

HISTÓRICO DOS ANÚNCIOS DE SERVIÇOS SEXUAIS

Pertencente ao grupo RBS – Rede Brasil Sul, o *Diário Catarinense* começou a circular no Estado em 5 de maio de 1986. Rafael Araújo Saldanha nos conta que o *DC* – como é informalmente conhecido – foi o primeiro periódico informatizado da América Latina; sua redação, ao invés de contar com as tradicionais máquinas de escrever, possuiu computadores desde o princípio. Dessa forma, era possível que a sede do *DC*, em Florianópolis, se mantivesse conectada às correspondentes de Joinville, Blumenau, Lages, Chapecó e Criciúma (SALDANHA, 2010).

Os anúncios de prestação de serviços sexuais nos classificados acompanham o jornal desde o seu início. Eram, no entanto, um pouco mais “discretos” do que os das edições mais recentes, pois ficavam escondidos “dentro de outras funções e estabelecimentos, como casas de massagem, agências de massagens especiais, *whiskerias*, boates” (SALDANHA, 2010, p.90). Tal configuração provocava alguns mal-entendidos; não era raro, por exemplo, que as profissionais do sexo fossem confundidas com massagistas profissionais, que nada tinham a ver com o ramo da prostituição. Durante os anos 1990, o termo “massagista especial” acabaria sendo substituído aos poucos por outras expressões, sendo “garota de programa” uma delas.

Saldanha supõe que, ao menos inicialmente, os anúncios que podiam ser encontrados nos jornais eram muito provavelmente financiados por agenciadores de prostitutas e suas respectivas empresas. Isto porque a compra e a manutenção de uma linha telefônica, à época, tinham um custo consideravelmente elevado para o cidadão médio. A virada só ocorreria aproximadamente uma década depois da criação do *Diário Catarinense*, em meados dos anos 1990, quando o monopólio das telecomunicações foi quebrado e estas, posteriormente, foram privatizadas. Só então a telefonia se torna acessível e os anúncios individuais começam a ganhar o espaço que possuem nos dias de hoje.

Figura 1: anúncio do DC



Fonte: *Diário Catarinense*, Florianópolis, 02/01/2000.

Não é de espantar, portanto, que ao abrir os jornais dos primeiros

anos do século XXI, os anúncios de tele-sexo não estejam relegados apenas à página ou meia página dos classificados que geralmente é dedicada aos profissionais do sexo. O anúncio mais recorrente durante o ano de 2000, por exemplo, é o de um número de tele-sexo chamado Fascínio, facilmente identificável onde quer que esteja no jornal pelo fato de jamais alterar sua composição gráfica.

Apesar da relativa visibilidade com que os referidos números contavam no *Diário Catarinense*, o jornal também servia ao propósito diretamente inverso, caso fosse esse o desejo do leitor em potencial. Observamos que o cabeçalho da página de classificados é preenchido, em boa parte dos exemplares, por um serviço da TELESC que prometia bloquear, além de DDIs, números com o prefixo 900 – geralmente o utilizado pelos serviços de tele-sexo. Após descrever as funcionalidades que o pacote oferecia, o anúncio finalizava com um “Evite problemas”, à guisa de conselho.

Figura 2: anúncio do DC



Fonte: Classificados – *Diário Catarinense*, Florianópolis 02/01/2000.

Na medida em que a década avança, porém, as “preocupações” expressadas pela TELESC parecem perder o fundamento, pois o que se pode verificar nos jornais é um declínio dessa modalidade de anúncio. É nesse momento que as conexões à internet passam a ganhar tanto popularidade quanto maior velocidade. Sites como o *You Tube* – dedicado somente a vídeos – começam a pipocar na rede, além dos *blogs* – os famosos diários virtuais – e do *Orkut*, site de relacionamentos do *Google* que ainda é ponto de encontro de boa parte dos internautas brasileiros. Para completar a gama de *musts* virtuais da época, o *MSN Messenger* toma a frente dos antigos *chats* e passa a liderar na área das mensagens instantâneas privadas. Hoje, o *Facebook* também é utilizado para publicação de perfis, e utilizado para divulgação de serviços sexuais, dentre outros sítios veiculados pela internet.

Carolina Parreiras identifica que o advento da internet permitiu que novas formas de consumir e interagir fossem utilizadas por seus usuários, os quais passam a ter livre acesso às mais diversas expressões textuais, fotográficas e/ou através de vídeos. A pornografia, de acordo com os dados levantados pela autora, representa uma porcentagem significativa das atividades na *web* – o suficiente, segundo ela, para que pensemos em um mercado do

sexo on-line, pois

[...] de acordo com algumas pesquisas quantitativas, cerca de 40% das atividades realizadas on-line envolvem algum conteúdo pornográfico. Uma das pesquisas neste sentido, conduzida pela HitWise (empresa de consultoria e marketing on-line) em 2008, calcula que cerca de 10% das buscas feitas pelos internautas envolvem pornografia, sendo que *sex* e *porn* aparecem como algumas das palavras mais procuradas no Google. Outras pesquisas feitas em 2009 afirmam que em média 43% dos usuários da internet ao redor do mundo acessam material considerado pornográfico e que 35% de todos os downloads realizados envolvem pornografia. (PARREIRAS, 2010, p.4)

Além disso, os sites dedicados inteiramente a vídeos pornográficos – *Xvideos*, *RedTube* e *PornoTube* são alguns deles –, parecem ligados, pelo teor das propaganda veiculadas em suas páginas, a uma vasta rede de comércio onde o sexo é o produto principal:

[...] grande parte dos sites observados trazem anúncios publicitários de outros ramos do mercado do sexo. Os mais comuns são de sites pornográficos pagos, programas para sexo on-line e off-line, de *escorts* e acompanhantes, de *webcams* ao vivo, de soluções miraculosas para aumentar o tamanho do pênis, de redes de relacionamento como o *Adult Friend Finder* (é uma espécie de *Facebook* ou *Orkut* para encontros sexuais). Deste modo, nota-se que diversas partes da indústria do sexo se interseccionam no on-line, sendo que as pessoas – sejam elas produtoras ou consumidoras – transitam entre vários destes diferentes locais (PARREIRAS, 2010, p.14)

Os números de telefone que convidam aos programas nos jornais, por outro lado, não parecem ter sofrido um grave abalo pela rápida popularização da internet; em termos quantitativos, ao menos, eles continuam a ocupar uma – e às vezes até mais de uma – página nos classificados do *DC*. Não se pode negar, no entanto, que os anúncios não tenham demonstrado certa redução aos avanços tecnológicos da última década, e já não é de todo incomum encontrar anúncios de profissionais do sexo que trabalhem com cartões de crédito, por exemplo. Outra mudança que pode ser observada é na diversidade dos serviços oferecidos: se no início dos *Classificados do DC* predominam os anúncios de mulheres presumivelmente heterossexuais, na última década do século passado, o número de anúncios de travestis e de homens são um tanto mais consistentes – ainda que menores. A heteronormatividade, por sua vez, aos poucos cede espaço para as demais orientações sexuais, em especial a bissexual.

Em 2010, para exemplificar, os anúncios do *DC Classificados*, seção Namoro/Acompanhantes está em menos de meia página, isto porque a propaganda ganhou as ruas, em forma de panfletos entregues a homens passantes, e as mídias eletrônicas. Observamos no detalhe dos *Classificados* abaixo que são na maioria mulheres oferecendo serviços individualmente, massagistas, casas especializadas, travestis, e dois homens; a proporção é ainda infinitamente menor da oferta masculina desse serviço:

Figura 3: anúncio do DC

FEIRA, 18 DE MAIO DE 2010

Tele-Namoro/Acompanhantes

ESCONDIDINHO e se pretos, é muito mais gostoso. Sua casada vende saídas meus de seios. (48)8424-7669

KELY MORENA BRONZEADA 22a, linda, sensual, de preferência de bom gosto e alto nível. At. 18h/24h, e-mail, casada. 19.200. (48)6432-5409

PROX SHOPP BEIRA MAR Um show c/12 garças em 2 turnos. Ambiente climatizado e seguro. De 2ª a sábado das 10 às 4 da manhã. Ligue e veja nosso site. (48) 3224-1069/3226-9262

LINDAS MULHERES Para Teledaço! Local climatizado Atendendo 24h CENTRO (48)3222-9262

LINDAS GARÇAS Vendo realçar local e atendimentos na companhia de lindas massagistas, autômatas, clientes, serviços climatizados. (48) 3222-3400

LOUVABLES NIGHT SHOW Aberto a partir da 19h com belas garças e de noite com show de strip. (48) 3258-6112. Site: Herberto.Huize.com.br, 3836 Barb. 51

LINI morena clara, esbelta, Atendida e completa com acessórios. Inquire seu preço. Ofic. Cto. (48)3222-1598

ESCONDIDINHO e se pretos, é muito mais gostoso. Sua casada vende saídas meus de seios. (48)8424-7669

KELY MORENA BRONZEADA 22a, linda, sensual, de preferência de bom gosto e alto nível. At. 18h/24h, e-mail, casada. 19.200. (48)6432-5409

ELLEN casadinha magra, esbelta, vende look, lingerie, quindim e sua rotina e abito. Por e-mail: ellen@viva.com.br (48)8895-3128

JANE Loira legal, 19 a, 1,65, 57 kg, olhos castanhos, cabelo H. de bom gosto. Sábada 10h em casa. Cto: (48)9434-8326/6103

GABRIEL 19 anos, chegou em Florianópolis há pouco tempo, uma enorme surpresa o local, videofone, cinematográfico. (48)9434-5834

MONIQUE morena, olhos verdes, alto, carismático, mas muito bonito, 2,20m de metro pra cima. Cto: (48)3222-3188

PAULA mulata, esbelta, 100% completa q' aceita. Faça porquê gosto. Cto: 24h. Cto: (48)3222-1999

JULIA more, clara 27a, cabelos longos, bonita e educada, fofa e forte q' aceita. Poder: elencas@uol.com.br (48) 3402-2918

BIANCA 18a, uma garça cheia de energia e malícia, bonita, atenciosa, simpática. Dis e de 5ª. Noz. (48) 844-7470

PAULA linda, ratoninha, lindíssima, linda, 24h. Cto: (48)3222-5406

CINDY massagista, olhos verdes, morena, bela maquiagem, carismática, cto: mesa@viva.com.br (48)8113-9879

MIP- MASSAGENS STRIP Lindas garças, sexy e sensuais. Capovaras 48-3240-2935

VERA BLONDE ÓTIMA MASS. Completa, carismática, ideal para o cond. (48) 9028 8199

SABRINA morena clara, esbelta, Atendida, magra e gentilíssima. Cto: (48)222-1598

JULIA esbelta, 20a, andra e carinhosa. Cto: local, Centro. Cto: (48)3222-8708

ANÍLIA Cato e Luciana local centro. Fofos. Bem educados. Fofosíssimos. (48)9009-1050

FELIPE gato, apaixonado, esbelta, amável, 20 anos, Cto: local, centro. (48)6465-2035

MASSAGENS Prof.ª, Beba, Boca, Mara, 38a, amigável, carismática. Cto: At. 16-18h. (48)3024-5772

ANITA o atendimento presente. Mas trona, bole, carismática. Cto: (48)311-2115

CAPITÁ more, bronzeada, 115, quadril: 102, 100a. 23h. Cto: (48)3024-5816

VITÓRIA uma bela, dona, massagista completa. Cto: discorde. Cto: Santa. (48) 3860-8892

FERNANDA 25 anos, 1,70m, corpo malhado, Cto: local, 24h, de ontem. (48)9810-7459

PATRICIA Loira, magra, esbelta, linda. (48)9992-4313/3256-0318 - com site -

Produtos e Serviços / Informática

GISLI more, esbelta, magra: At. e-mail, casada, heterossexual. (48) 3741-9352/9637-6506

PATY Domadora ele, casada, por most. chover. 24h. (48) 3035-4551

MARIA Orlas verdes, bronzeada, carismática, educada. Cto: local, 24h. (48) 3035-4551

MAGNIN - morena 18a, esbelta, magra, at. heterossexual, e-mail. Cto: 24h. (48) 3241-9592

MULHER 27 anos, procura profissional, relacionamento. (48) 8837-9016

Informática

Computadores

Prática ou comercialização de software sem pagamento dos direitos de autor e prático como crime e resulta em sanção penal ao responsável!

Micros

MERCADO Micros, Lenço? Micros, Macroeconomia, por (48) 4000-0000 ou 300 000-1000. (48)3007-0000/3222-9262

PC AMD64 X2 6GB, Geforce 8500, 512MB, HD 6500 GB. (48) 3407-1489/3860-8892

DC classificados - mais seguem: produtos e serviços, informática, eletrônica e internet. Mais fácil de achar e de fazer negócios. Para anunciar: ligue (48) 3222-9262

Fonte: *Diário Catarinense*, DC Classificados, Florianópolis, 18/05/2010.

É importante ressaltar que, mesmo com a aparente variedade, os consumidores em potencial continuam sendo, em sua maioria, do sexo masculino. Não encontramos nenhum anúncio em que prostitutas restringissem suas atividades apenas ao público feminino. Encontrar profissionais do sexo pertencentes ao sexo masculino e que atendam exclusivamente a eles, por outro lado, já se fazem presentes, embora o mais comum é atender a 'elas, eles e casais'. Os anúncios que classificamos como bissexuais geralmente são os de mulheres que atendem homens e casais – ou de uma dupla de mulheres que procura atender um único cliente, se assim ele desejar. Mesmo na internet, essas estatísticas se repetem. De acordo com Parreiras, a maioria dos filmes encontrados na *web* segue um padrão semelhante:

[...] filmes heterossexuais ou lésbicos para homens; centralidade do sexo anal; apagamento do homem, que se resume ao pênis (na grande maioria dos vídeos, não aparece nem mesmo o seu rosto); obrigatoriedade do sexo 622, observável pelos gemidos e outros sons geralmente femininos e pelo pênis que ejacula – o chamado *money shot* – em direção a câmera e preferencialmente no rosto da atriz (PARREIRAS, 2010, p.13)

O que se pode inferir é que, mesmo sendo encarado pela sociedade como marginal, o universo do sexo pago recebe dessa mesma sociedade que o consome, valores morais e códigos de conduta que ou o criminalizam, ou discriminam as pessoas que vivem deste comércio. Cabe aqui, mais uma vez, retomar as indagações: se é a sociedade que, afinal de contas, mantém e dita normas dentro dessa modalidade de prestação de serviços, por que então os esforços para coibi-la – ou transformá-la, se for o caso – não recaem sobre os seus verdadeiros mantenedores? Michel Foucault dá pistas para entender essa questão. Segundo ele, a sociedade ocidental se preocupa, desde o século XIX, em estabelecer condutas e padrões de comportamento sexual, geralmente voltado à constituição da família e à geração de filhos. Fugir desta norma

seria transgredir ao comportamento hegemônico; entretanto, essa hegemonia se vê rodeada pelo que autor chama de “sexualidades periféricas” – e que não são poucas, se é que estejam realmente em minoria (FOUCAULT, 2005).

No Brasil, a prostituição não é crime; no Código Penal de 1942 está dito que a prostituta é uma vítima e só exerce a atividade por coação de um terceiro, o “explorador” ou “agenciador”, o qual receberia parte dos lucros obtidos pela/o profissional do sexo. Nessa legislação, pune-se o dono ou gerente de casa de prostituição, e não a prostituta. Nesse sistema, quem está na ilegalidade é o empresário, ou patrão, e não há qualquer proibição em relação a alguém negociar sexo e fantasia sexual, facilitando a corrupção. (SILVA, 2009?). O debate acerca da profissionalização e dos direitos das prostitutas está nas redes de organizações não governamentais e associações de profissionais da categoria, entretanto, em que pese a legitimidade das reivindicações, não se restringe somente aos processos legais para inseri-la como uma categoria a mais no sistema formal de trabalho – a prostituição já está incluída no Código Brasileiro de Ocupações. As discussões atuais sobre a revisão da cartilha da profissão, divulgada no site oficial do ministério, que ganhou um código na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, em 2002 – Nº 5198 – 05 PROFISSIONAIS DO SEXO, coloca no centro das discussões a própria profissão e suas formas correlatas, sendo que o Ministério do Trabalho e Emprego é responsável pela gestão e manutenção deste código de ocupações.

Dessas considerações, se depreende que o *Diário Catarinense* nada mais faz, desde seu início, que dar vazão as demandas que a sociedade passa a consumir. Tania Regina de Luca analisou os usos dos diferentes periódicos e a escrita da História, e evidenciou que desde o início da imprensa escrita no Brasil, “A locução adjetiva ‘de variedades’ foi aplicada para dar conta de uma gama extremamente diversa de situações” e que apontava para segmentos ainda pequenos de mercado (LUCA, 2008, p. 121-122); no século XXI, os Classificados de variedades se avolumaram, de forma que anúncios de serviços sexuais aparecem nessa seção em praticamente todas as capitais do país, e em cidades menores.

3 IMAGENS DE CIDADE E DE MULHERES

É quase tradição do jornal *Diário Catarinense* publicar, todos os anos, uma série de reportagens sobre as atrações turísticas que Santa Catarina oferece durante a alta-temporada. O jornal se encarrega de percorrer o litoral do estado em busca dos melhores bares, restaurantes, pousadas, acomodações e praias que agradem aos mais diversos tipos de turistas. Além disso, disponibiliza mapas e opções de rota para o acesso às localidades. Não se pode dizer que as dicas da publicação não sejam úteis, pois elas conseguem, sim, abranger os mais variados estilos de viagem – em família, em

grupo de amigos, etc – e bolsos. Uma segunda olhada sobre essas páginas, no entanto, pode ser muito reveladora.

As belezas naturais do Estado, teoricamente seu maior trunfo no sentido de conquistar turistas, raramente é indissociável da imagem da mulher catarinense – como se a primeira necessitasse do respaldo da segunda, ou como se a segunda ajudasse a legitimar a primeira. A foto abaixo, pertencente a uma reportagem com o significativo nome de *Praia Brava, os olhos agradecem*, segue essa lógica:

Figura 4: imagem do DC



Fonte: Jornal *Diário Catarinense*, Florianópolis, 03/01/ 2000.

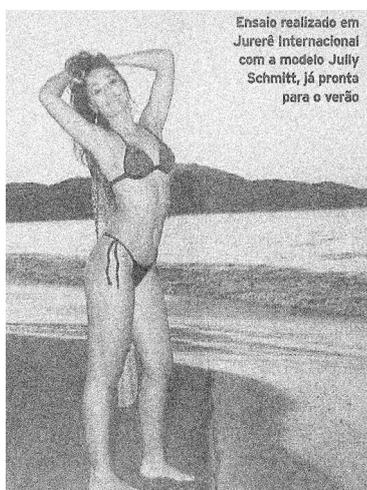
Pode-se afirmar que as séries de veraneio do *DC* mantêm determinado padrão, se analisadas conjuntamente. É quase certo, por exemplo, que no plano central da capa estará uma mulher de biquíni – e esta será, muito provavelmente, jovem e considerada bonita para os padrões de sua época. Nem sempre o uso do biquíni será justificado, pois nem sempre os *cliques* serão numa praia ou piscina; caso sejam, a legenda da foto jogará com as palavras de maneira que essas façam referência tanto ao cenário quanto à modelo. A legenda da imagem acima, porém, contraria essa premissa. “Beleza feminina, em quantidade e qualidade, atrai admiradores de todos os cantos do mundo”, é o que ela diz. Não deixa dúvidas sobre o que está sendo comentado e nem sobre o objetivo dos turistas que eventualmente optem por visitar a Praia Brava, em Florianópolis.

Evidentemente, não aparecem apelos prostitucionais nestas imagens, mas a forma e o conteúdo tanto das imagens de mulheres quanto da ligação com o lugar paradisíaco associa mensagens de divulgação que atraem os cautos e também incautos observadores/leitores. Sabemos que turismo como prática não consiste apenas no ato de viajar de modo a conhecer um novo lugar, mas tem todo um caminho desde a escolha do lugar e o planejamento da viagem. Esse lugar chega, portanto, aos olhos e sentidos dos turistas muito antes de sua chegada, através de um sistema que entrecruza real e

imaginado, onde a imagem tem papel primordial na construção do imaginário desse indivíduo que decide se deslocar até o local turístico, atrativo e exuberante nas mais diversas qualidades. Essas mulheres que aparecem em colunas, *blogs* e outras propagandas de turismo fazem parte desse sistema de representações, e que instigam no processo de escolha. Conforme podemos depreender, “Assim, durante o processo de compra, o turista irá atribuir valor ao produto a partir de imagens e informações adquiridas nos mais diversos processos de conhecimento; portanto, comprará uma imagem pela qual é seduzido e sonha em desfrutá-la após a compra.” (FUNCK, 2005, p.75)

Uma das colunas do *DC*, do colunista Cacau Menezes,² principalmente durante a temporada de verão, mostra imagens de mulheres quase que diariamente (e que se repetem no *Blog* do mesmo colunista), intercalando com imagens de praias e paisagens paradisíacas. Acompanhando as imagens, estão os motivos porque estão aí: ou para “alegrar o dia”, ou para anunciar a chegada do verão; ou para mostrar os atributos femininos; ou mostrar as “manezinhas”, expressão que designa moradores da Ilha; ou desfilando pelas praias; ou anunciar que elas estão na noite, nos bares e boates – “esses bares badalados e cheios de mulheres das praias de Floripa.” (*DC*, 03/01/2001). Nesta página, o colunista reclama da “invasão masculina” que acontecia naquele verão e aponta que as “mulheres que chegam, estão acompanhadas e as daqui apavoradas.” No dia seguinte, ele tranquiliza um leitor, dizendo que a ilha “voltou a ter cheiro de mulher” (*DC*, 04/01/2001). Notamos que esses dizeres dão o tom para certo tipo de turismo com apelo erótico, chamando para o verão, como vemos nas imagens abaixo:

Figura 5: imagem da coluna de Menezes



Fonte: Coluna Cacau Menezes, *Diário Catarinense*, Florianópolis,

² O colunista Cacau Menezes, é filho de reconhecido jornalista e político local, cuja projeção ajudou a dar visibilidade ao filho, que hoje é conhecido e reconhecido na imprensa local e regional, e tem, portanto, voz reconhecida e autorizada. Além de assinar esta coluna, ele está no horário nobre televisivo do *Jornal do Almoço*, atua o rádio-jornalismo, detém um *blog* que leva seu nome.

08/10/2010.

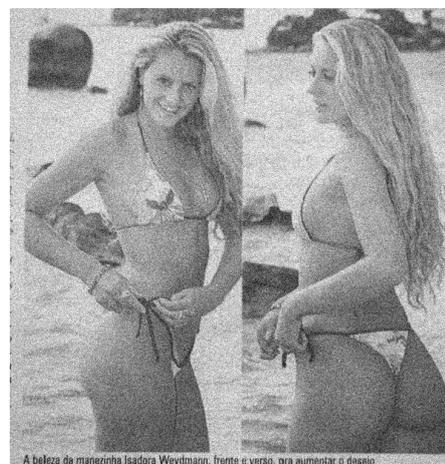
Figura 6: imagem da coluna de Menezes



Fonte: Coluna Cacau Menezes, *Diário Catarinense*, Florianópolis, 11/02/2002.

Em janeiro de 2001, pleno verão, no dia seis, aparece uma imagem no jornal *Diário Catarinense* e a singela frase que diz que Florianópolis é um lugar onde “As garotas são bonitas e sorriem pra você”. Singela, meiga, e dando ares de verão e apelo sensual – revelando sorriso e a beleza como atrativos, evidenciam feminilidade, ao mesmo tempo em que insinuam ser possível encontrar tais garotas disponíveis na Ilha.

Figura 7: imagem da coluna de Menezes



Fonte: “A beleza da manezinha Isadora Weydmann, frente e verso, pra aumentar o desejo”. Coluna do Cacau Menezes, *Diário Catarinense*, Florianópolis, 11/02/2007.

Percebemos que as legendas referindo-se as imagens seguem com conotações que querem universalizar um tipo de mulher, ignorando a diversidade; elas são muitas vezes adjetivadas como as “nativas”, as “manezinhas”, as “ilhoas”, adjetivos estes reconhecidos que identificam pessoas nascidas na Ilha de Santa Catarina. Não raro aparecem com adjetivos possessivos como são “nossas”, são “daqui”, são “gatas”, oferecendo um certo ‘produto’ pertencente

a um lugar e a uma etnia específica: são loiras, sulinas, esculturais, acessíveis e disponíveis.

Ao estudar as representações do feminino e do masculino em alguns dos suplementos do *Diário Catarinense*, Susana Bornéo Funck constata que a mulher, de modo geral, sofre com a invisibilidade nas mídias impressas. Poucas são as reportagens que narram feitos de mulheres, e o foco está nos corpos femininos, como diz:

Embora nossa análise tenha sido realizada com um pequeno corpus da mídia jornalística, colhido ao acaso, acreditamos que seja suficiente para ilustrar um grande paradoxo no que concerne à visibilidade da mulher na imprensa. Seu corpo e sua sensualidade são da maior importância, a ponto de merecer destaque na primeira página. Suas ações e seus interesses ficam marginalizados: não são notícia (FUNCK, 2007, p.21)

Por outro lado, Cacau Menezes procura transmitir uma imagem mais liberal e moderna, e por vezes utiliza a sua coluna para enaltecer festas regadas à álcool em boates e casas de shows, como o *Bokarra Club*, clube elitizado para encontros sexuais. O colunista também promove uma festa anual, por ocasião do carnaval, a já afamada Feijoada do Cacau – “Os donos de motéis na SC-401, e que são muitos, já se preparam para novo faturamento recorde neste sábado. Sempre foi assim. Depois da feijoada, poucos conseguem ir pra casa sem uma escala técnica no caminho”, enuncia o colunista no *DC* (23/02/2006).

Figura 8: imagem da coluna de Menezes



Fonte: Coluna do Cacau Menezes, *Diário Catarinense*, Florianópolis 12/04/2011.

Sabemos que a fotografia publicada passa por escolhas de articulistas, os quais incluem toques de erotismo e sensualidade – a escolha, então, é pensada para chamar a atenção do leitor e assim comunicar-se mais rapidamente com quem recebe a informação,

ou da recepção e de como essa é representada e sentida. Não estamos ignorando que o uso do corpo feminino para fins de propaganda de diferentes objetos e serviços está naturalizado na sociedade contemporânea, e não mais inibe olhares. Entretanto, estas imagens favorecem certo imaginário quando as associa a um lugar, e as figuras femininas que aparecem no jornal são sempre lindas e quase sempre desfilam com biquínis minúsculos, tem corpo escultural e posam, naturalmente, como se fossem manequins, como na imagem acima:

Observamos que essas imagens aparentemente inocentes que circulam na mídia impressa também são veiculadas nas mídias eletrônicas e se espalham pelo mundo, e conseqüentemente formam impressões de um lugar onde mulheres bonitas e dispostas a sorrir estão por toda parte. Evidentemente não estamos condenando as práticas de exposição do corpo, mas os seus usos que associam todas as mulheres ao mesmo comportamento, e torna todas vulneráveis diante dos olhos, e sentidos, do viajante ou turista em busca de sexo. Adriana Piscitelli analisou esta dinâmica do turismo sexual em textos da mídia brasileira, explorando as categorias e significados, colocando a centralidade do gênero (PISCITELLI, 1996).

Não estamos afirmando que as mulheres que aparecem nas imagens, sejam elas modelos ou frequentadoras das praias do Estado, são profissionais do sexo; trata-se de questionar esta forma ambígua empregada pelo jornal – pelos articulistas – que expõe corpos femininos e enfatiza atributos eróticos como recurso discursivo para produzir desejos e vender prazeres – dentre os quais estão incluídas as mulheres. A cultura ocidental construiu valores, normas e papéis prescritivos e diferenciados para homens e para mulheres; se sobre elas recaiu o pesado fardo de ser a reprodutora da espécie, e a sociedade contemporânea ainda as representa como objetos, mesmo com tantos avanços e direitos adquiridos na longa luta do Feminismo.

4 CONCLUINDO

As fontes analisadas neste artigo mostram imagens e representações que parte dos homens faz das mulheres, neste caso, de como as mulheres são associadas a consumo e belezas naturais, presos ainda em experiências culturais que tinham – e ainda têm – as mulheres como objetos. Segundo Tânia Swain, as relações sexuais são tratadas como a-históricas, inquestionáveis e evidentes, ocultando as diferenças para modelos prontos, naturalizados; ou, são práticas discursivas que remetem a natureza masculina, fruto de uma desigualdade forjada no campo político, onde os desejos dos homens permanecem reguladores da ordem vigente (SWAIN, 2009).

No Brasil, as mídias não sofrem restrições em anunciarem sexo

pagos. Recentemente, na Argentina, a presidente Cristina Kirchner proibiu, por decreto com efeito imediato, a publicação classificadas ou outros de anúncios quaisquer que se relacionem à prostituição. A preocupação daquele país seria com o tráfico de mulheres para o mercado prostitucional, e as mídias, segunda esta perspectiva, “instrumentalizam a exploração sexual” (ARGENTINA..., 2011). A medida, é claro, gerou polêmica no país vizinho. Esta é uma problemática do Tempo Presente, pauta de discussões jurídicas, legislações específicas e efetivamente vivenciadas na contemporaneidade.

Cabe-nos perceber e analisar fontes das mídias contemporâneas, porque “Trabalhar com as representações de gênero e de sexualidade na publicidade comporta um potencial crítico, pois é possível identificar de que formas são socialmente construídos tipos de corpos, modos de viver, comportamentos e valores apresentados nas imagens” (SABAT, 2003, p.152). As imagens carregam sentidos e constituem sujeitos, neste caso, representam formas de comunicação através do material erótico explícito nos anúncios a serem analisados.

Essa imagem da mulher florianopolitana – e brasileira – é ‘vendida’ constantemente para fora do país na busca de turistas em potencial. Em 2011, um comercial da operadora *LastMinuteTravel.com*, uma empresa de viagens que atua nos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Portugal, produziu um vídeo em que uma mulher brasileira aparece de maneira muito acentuada e nos faz pensar na forma como somos vistos de fora do país (COMERCIAL..., 2011). Na propaganda, o turista é surpreendido durante um jantar com sua família por uma brasileira de biquíni, evidenciado pelas cores da bandeira na vestimenta. A brasileira então apresenta um menino como filho do tal turista e a propaganda acaba com a seguinte mensagem: “o que você faz nas suas viagens não é da nossa conta.” A peça publicitária, portanto, se atém ao estereótipo vinculado à brasileira, que é o uma mulher negra – comum para a região nordeste, onde se vendem imagens de mulheres negras ou mulatas.

Violências e estereótipos sobre as mulheres são diariamente reativados e difíceis de serem erradicados. Uma série de discursos/imagens vem reafirmando e reatualizando os corpos como produtos de consumo e desejos; as mulheres são tidas/vistas como corpos, e não como sujeitos de vontades, na medida em que servem aos apelos do mercado, seja qual for o modo. São as regras do mercado, e por conta disto há oferta, consumo, e mídias que reproduzem a ambos.

REFERÊNCIAS

- ARGENTINA proíbe anúncios relacionados à prostituição. **Carta Capital**, 7 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/argentina-proibe-anuncios-relacionados-a-prostituicao>>. Acesso em: 2 ago. 2011.
- COMERCIAL gringo faz piada com turismo sexual no Brasil. **Portal Vírgula**. Disponível em: <<http://virgula.uol.com.br/ver/noticia/inacreditavel/2010/03/11/242074-comercial-gringo-faz-piada-com-turismo-sexual-no-brasil>>. Acesso em: 29 set. 2011.
- DIAS, Rafael Damaceno. **Que invasão é essa?** Leituras sobre conflitos socioculturais em Florianópolis (1970–2000). Dissertação (Mestrado em História). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2009.
- FÁVERI, Marlene de. As piriguetes de Floripa – práticas contemporâneas de propaganda de sexo pago. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine Gomes da;
- PEDRO, Joana Maria (Org.). **Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente**. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.
- FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente**. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.
- FERRARI, Maryana Cunha. **Vila Palmira: prostituição e memória na Grande Florianópolis nas décadas de 1960 a 1980**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- FUNCK, Susana Bornéo. A (in)visibilidade da mulher na mídia impressa: uma análise discursiva. *Comunicação e Inovação*, São Caetano do Sul, v.8, n.14, p.15–22, jan./jun. 2007. Disponível em <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/669/515>. Acesso em: 30 jul. 2011.
- FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara. **Gênero em discursos da mídia**. Florianópolis: EDUNISC, 2005.
- LOHN, Reinaldo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana**. Florianópolis, 1950 a 1970. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- NONNENMACHER, Marilange. Conselheiro Mafra: a alma de uma rua chamada “pecado”. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine Gomes da;
- PEDRO, Joana Maria (Org.). **Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente**. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.
- PARREIRAS, Carolina. Internet e mercado erótico: noras etnográficas sobre x-sites. In: V ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO e I ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO, 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: [online], 2010. p.1–19. Disponível em: <http://estudosdoconsumo.com.br/wp-content/uploads/2010/09/1.3-_CarolinaParreiras.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2011.
- PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical: comentários sobre gênero, raça e outras categorias de diferenciação social em alguns textos da mídia brasileira. **Cadernos PAGU**, Campinas, v. 6, n.7, p. 9–35, 1996.
- SABAT, Ruth. **Entre signos e imagens: gêneros e sexualidade na pedagogia da mídia**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS/FACED/PPGE, 1999.
- SABAT, Ruth. Gênero e sexualidade para consumo. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- SALDANHA, Rafael Araújo. **Classificados e o sexo: anúncios de prostituição masculina em SC (1986–2005)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.
- SILVA, Mario Bezerra da. **Profissionais do sexo e o Ministério do Trabalho**. (2009?). Disponível em: <<http://www.artigonal.com/doutrina-artigos/profissionais-do-sexo-e-o-ministerio-do-trabalho-624354.html>>. Acesso em: 15 fev. 2009.
- SWAIN, Tânia Navarro. História: construção e limites da memória social. In: FUNARI, P. Paulo A. ; RAGO, Margareth. **Subjetividades antigas e modernas**. São Paulo: Annablume, 2009.

• **MEDIA, WOMEN**
AND THE SEX MARKET: AMBIGUITY
AND CONSUMERISM •

Abstract: This article focuses on images of women that are shown on the Diário Catarinense newspaper, in Florianópolis (SC). We aim at verifying in which ways the tourism activity is also profitable for the sex market and how the images published in this media show sex appeal. By analyzing images published between 2000 and 2010, we can see that the natural beauties of Santa Catarina's Island are constantly associated to women and how they contribute to publicize a type of "foritanopolitan" woman, of exuberant looks and different from the women we can see on the streets everyday. It shows practices related to tourism and comercial relationships that point to the use of feminine bodies in the construction of an imaginary of a tourist town, of white ethnicity. The intention of this research is to contribute to the understanding of gender relationships and the cultural constructions connected to the power relationships.

Keywords: Sex market. Medias. Florianópolis. Gender relationships.

• **MEDIOS DE COMUNICACIÓN,**
MUJERES Y MERCADO DE SEXO: AMBIGÜEDADES
Y CONSUMO •

Resumen: Este artículo foca imágenes de mujeres que aparecen en el periódico Diário Catarinense, en la ciudad de Florianópolis (SC), con el objetivo de observar como la actividad turística se muestra rentable también para el mercado del sexo, y como estas imágenes femeninas producen exhortaciones sexuales. Por medio del análisis de imágenes femeninas, publicadas entre los años 2000 y 2011, percibimos que las bellezas naturales de la isla de Santa Catarina son constantemente asociadas a las mujeres, señalando sus cuerpos, y como estas imágenes contribuyen para divulgar un tipo mujer "florianopolitana", de tipo exuberante, diferente de las mujeres que vemos en las calles cotidianamente. Demuestra, así, prácticas relacionadas al turismo y relaciones comerciales que evidencian el uso de los cuerpos femeninos en la producción de imágenes de una ciudad turística del sur de Brasil, de etnia blanca, y pretende contribuir para la comprensión de las relaciones de género y construcciones culturales imbricadas en las relaciones de poder.

Palabras clave: Mercado del sexo. Medios de comunicación, Florianópolis. Relaciones de género.





• SEARLE: NOMES PRÓPRIOS E PRESSUPOSIÇÕES •

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a tradução do texto de John Searle, Nomes Próprios, originalmente publicado em 1958. Realizamos uma breve apresentação das teorias da referência para nomes próprios; em seguida, oferecemos elementos para uma nova interpretação do texto de Searle baseada na “visão pressuposicional” de Zsófia Zvolenszky.

Palavras-chave: Teorias da Referência. Nomes próprios. Descritivismo.

• JERZY BRZOWSKI •

1 INTRODUÇÃO

O artigo *Nomes Próprios*, de John Searle (originalmente publicado em 1958), é geralmente tido como a epítome da chamada “teoria do agregado [*cluster*] de descrições”, sobretudo em textos introdutórios de filosofia da linguagem (DEVITT; STERELNY, 1999; LYCAN, 2008). No âmbito das teorias da referência para nomes próprios, tal teoria é considerada um desenvolvimento do *descriptivismo*, postura segundo a qual cada nome próprio está associado a uma descrição definida, a qual por sua vez determina a referência do nome. A teoria do agregado de descrições postularia que não é uma única descrição definida que determina a referência de um nome, mas sim um conjunto delas. A leitura de que essa é a teoria defendida por Searle em *Nomes Próprios* se deve a Saul Kripke (2012). Entretanto, nosso objetivo nesta breve introdução ao texto de Searle é o de fornecer alguns subsídios para questionar essa interpretação usual. Nesse sentido, seguiremos em parte a chamada “visão pressuposicional” de Zsófia Zvolenszky (2012).

A seguir, apresentaremos uma breve introdução às teorias da referência a partir da distinção, sugerida por Robert Stalnaker (1997), entre as perguntas *descritiva* e *fundacional*. Em seguida, passaremos a alguns elementos da distinção entre sentido e referência proposta por Frege, elementos estes que são importantes para a compreensão do texto de Searle. Por fim, consideraremos brevemente a interpretação pressuposicional.

2 O QUE É UMA TEORIA DA REFERÊNCIA?

Grosso modo, uma teoria da referência para nomes próprios é uma tentativa de resposta à pergunta: como um nome próprio se refere ao objeto a que efetivamente se refere? Essa pergunta pode ser entendida de pelo menos duas maneiras distintas. Em primeiro lugar, ela pode estar perguntando pelo *modo* como os nomes próprios referem – por exemplo, se é de maneira direta ou mediada por algum outro elemento. Alternativamente, pode estar perguntando por algo como uma *explicação* do fenômeno da referência, ou seja, um relato que explicita as condições necessárias e suficientes para que esse fenômeno ocorra.

A discussão em torno da primeira pergunta é geralmente travada no campo de batalha da semântica, no qual adquire sobretons veritativo-funcionais: qual a contribuição que um nome próprio faz ao valor de verdade de uma sentença na qual ocorre? Nessa veia semântica, a segunda pergunta se torna: o que explica que os nomes próprios façam determinada contribuição semântica (a depender da resposta à pergunta descritiva) e não outra? Seguindo Stalnaker (1997), chamemos a pergunta de *descritiva* e a segunda de *fundacional*.

Há duas grandes famílias de teorias da referência para nomes próprios, a *descriptivista* e a *causal-histórica*. Vejamos brevemente

como cada uma dessas teorias responde as perguntas acima.

A teoria causal-histórica, que remonta pelo menos a John Stuart Mill (1974 [1843]), mas que foi desenvolvida mais recentemente por Donnellan (1966), Kripke (2012 [1972]), e Putnam (2013 [1975]), postula uma relação *direta* entre nome e referente. Desse modo, a resposta da teoria causal à pergunta descritiva é que a contribuição semântica de um nome é apenas seu referente. No linguajar de Mill, há duas possibilidades para a determinação da referência de um termo: ou ele é *conotativo*, e seu significado cumpre um papel na determinação da referência, ou ele é *não-conotativo*, e a referência se dá de modo direto. Os nomes próprios, para Mill, são não-conotativos, por isso, “[...] não são dependentes da continuidade de nenhum atributo do objeto” (1974, p. 33). Para citar um exemplo de Mill: embora a cidade inglesa de Dartmouth possa ter sido assim batizada por se situar na foz do rio Dart¹, “[...] ser a cidade situada na foz do rio Dart” não é um atributo que determina a referência do nome “Dartmouth”. Com efeito, se o rio fosse obstruído, ou mudasse seu curso, o nome não deixaria de se referir àquela cidade.

Com isso, Mill já fornece uma resposta negativa à questão fundacional: a permanência de atributos nos objetos *não* explica o valor semântico dos nomes. Porém, Mill não chega a dar uma resposta afirmativa a essa questão, talvez por julgar que a explicação seria óbvia. Essa “resposta óbvia” só foi articulada mais de um século depois, por Kripke (2012): a referência de um nome é fixada por um “ato de batismo”, a partir do qual é transmitida por uma cadeia causal ininterrupta de comunicação. Por isso, nosso uso de “Aristóteles” consegue alcançar o filósofo da Antiguidade devido ao fato de que o nome foi transmitido com sucesso de falante em falante até nossos dias. Conforme Stalnaker admite, “[...] essa não é uma teoria filosófica particularmente empolgante” (1997, p. 544), mas o fato é que Kripke se vale da falta de uma resposta clara à pergunta fundacional da parte da teoria descriptivista para ganhar poder de persuasão com seu relato intuitivo.

Por sua vez, as teorias descriptivistas – atribuídas a Frege (2009), Russell (1905), Strawson (1950), bem como ao próprio Searle – postulam uma relação indireta entre nome e referente. De acordo com tais teorias, a referência é mediada por algum componente epistêmico, algo como uma representação do referente. Na teoria de Frege, por exemplo, esse componente é o *sentido*, “[...] onde está contido o modo de apresentação do objeto” (2009, p. 131). Uma interpretação influente, proposta por Michael Dummett (1973), é a de que o sentido fregeano é uma peça de conhecimento – não necessariamente exprimível em termos linguísticos – que permite a um falante *reconhecer* o referente do nome (v. adiante). Russell (1985), por sua vez, escreve que os nomes próprios são algo como “descrições definidas abreviadas”, e essa se tornou a visão mais

¹ No inglês, a palavra *mouth* significa também “foz”.

frequentemente atribuída ao descritivismo. Descrições definidas são semelhantes a epítetos, ou seja, expressões iniciadas com um artigo definido, tais como “o autor da *Metafísica*”, “o atual rei da França”, e “a única monarca britânica a atuar em um clipe de James Bond”. Portanto, na versão russelliana do descritivismo, o componente intermediário da referência – uma, ou um conjunto de descrições definidas – é necessariamente de natureza linguística.

Desse modo, a resposta de Frege e Russell à pergunta descritiva é a de que a contribuição semântica de um nome próprio é esse componente intermediário: o sentido, no caso de Frege; uma ou mais descrições, no caso de Russell. A resposta de Searle, que analisaremos a seguir, não é tão clara. Tampouco há clareza acerca da resposta dos descritivistas à pergunta fundacional (STALNAKER, 1997, p. 536). Sendo assim, a leitura que usualmente se faz é: o nome próprio se refere a qualquer que seja o objeto que satisfaça as descrições associadas ao nome. À luz da alternativa, da teoria causal-histórica, essa resposta descritivista à pergunta fundacional parece altamente implausível.

Mas quais seriam as respostas de Searle a essas duas perguntas? Nas próximas duas seções, apresentaremos respectivamente a teoria de Frege e os comentários de Searle sobre ela. Na seção final do artigo, tentaremos esboçar as possíveis respostas de Searle às duas perguntas.

3 FREGE: A DISTINÇÃO ENTRE SENTIDO E REFERÊNCIA

Se Mill estiver certo, e os nomes próprios se referirem diretamente aos objetos que nomeiam, então não deve haver diferença entre os seguintes enunciados:

1. Álvaro de Campos é Fernando Pessoa.
2. Fernando Pessoa é Fernando Pessoa.

Afinal, os nomes “Álvaro de Campos” e “Fernando Pessoa” denotam o mesmo indivíduo, e o enunciado (1) deveria ser tão trivial quanto o enunciado (2). Mas isso é um contra-senso; certamente, o enunciado (1) é mais informativo que o (2). Ademais, uma pessoa que concorda com (2) mas não sabe que “Álvaro de Campos” é um heterônimo de Fernando Pessoa, poderia não concordar com (1). Se esses dois enunciados têm praticamente a mesma forma (afirmam relações de identidade), como podem diferir em valor cognitivo? Esse é o chamado “enigma de Frege”, ou então “problema das identidades informativas”. De modo geral, o problema pode ser formulado da seguinte maneira: sejam *a* e *b* dois nomes diferentes para um mesmo objeto, como explicar que o enunciado “*a=a*” não tem valor informativo (ou cognitivo) algum, enquanto o enunciado “*a=b*” potencialmente o tem? O primeiro, de acordo com Frege, é analítico e *a priori* no sentido de

Kant; o segundo, pode ser sintético.

Esse aparente contra-senso foi o ponto de partida para a teoria de Frege sobre a referência dos nomes próprios, desenvolvida principalmente no artigo *Sobre Sentido e Referência* (FREGE, 2009 [1892]). Dito de maneira breve, Frege explica a diferença de valor cognitivo entre os enunciados de identidade com base no fato de que os nomes próprios não podem ser puramente denotativos como queria Mill; deve haver algo como uma representação do portador – o sentido (*Sinn*) – que é associada ao nome e medeia a relação de referência. Há, então, três componentes na relação de referência, que são: *sinal*, *sentido* e *referência*. Vejamos como Frege articula esses três componentes para solucionar o problema das identidades informativas.

Em primeiro lugar devemos elucidar qual o tipo de relação de igualdade envolvido em uma sentença da forma “*a=b*”, como o exemplo (1), “Álvaro de Campos é Fernando Pessoa”. Não pode se tratar de igualdade entre dois objetos, porque não há dois objetos que sejam estritamente idênticos². Tampouco seria o caso de que “*a=b*” se refere à igualdade do *modo pelo qual usamos os dois nomes*, porque, se assim fosse, ela expressaria apenas um conhecimento sobre nossas convenções linguísticas. E, no caso extremo, se o enunciado fosse interpretado como afirmando a igualdade entre os nomes enquanto *símbolos*, seria simplesmente sem sentido.

Portanto, de acordo com Frege, para que enunciados da forma “*a=b*” façam sentido, e sejam informativos, é preciso aceitar que um nome próprio está sempre associado a um modo de apresentação um objeto. Tomando como exemplo os antigos nomes do planeta Vênus, “Estrela da Manhã” (Fósforo) e “Estrela da Tarde” (Héspere), Frege escreve:

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letras), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência (*Bedeutung*), ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido (*Sinn*) do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. [...] A referência de “estrela da tarde” e “estrela da manhã” é a mesma, mas não o sentido. (FREGE, 2009, p. 131) e uma pessoa, no ano de 1934, lesse o poema *Tabacaria*, assinado por Álvaro de Campos, e decidisse procurar pelo autor, acabaria encontrando o indivíduo Fernando Pessoa. Se essa mesma pessoa quisesse encontrar o autor do poema *Mar Português*, assinado por Fernando Pessoa, chegaria ao mesmo indivíduo. Nesse caso, poderíamos dizer que o nome “Álvaro de Campos” *apresenta* o indivíduo Fernando Pessoa como o autor de *Tabacaria*. E, por sua vez, o nome “Fernando Pessoa”

² Está envolvida aí, conforme assinala Brito (2003, 49n), certa interpretação da noção de identidade, talvez baseada no princípio da identidade dos indiscerníveis. Afinal, Frege parece estar dizendo que, se dois objetos têm todas as propriedades exatamente idênticas, não são dois objetos, mas o mesmo objeto. Essa interpretação parece compartilhada por Wittgenstein no *Tractatus* (“[...] dizer de *duas* coisas que elas são idênticas é um contra-senso e dizer de *uma* coisa que ela é idêntica a si mesma é não dizer rigorosamente nada”, 5.5303).

apresenta esse mesmo indivíduo como o autor de *Mar Português*.

Nos termos de Frege, os nomes “Álvaro de Campos” e “Fernando Pessoa” são *sinais*; o primeiro apresenta o referente Fernando Pessoa como o autor de *Tabacaria*, enquanto o segundo apresenta esse mesmo referente como o autor de *Mar Português*. Trata-se de uma diferença no modo de apresentação do referente e, portanto, se dá no plano do sentido. Por fim, o próprio Fernando Pessoa é a referência desses nomes. Assim, ao afirmarmos “Álvaro de Campos é Fernando Pessoa”, ocorre que dois *sinais* distintos apresentam o mesmo referente por duas vias diferentes – ou seja, cada um deles está associado a um *sentido* diferente.

4 SEARLE: NOMES PRÓPRIOS COMO “GANCHOS PARA PENDURAR DESCRIÇÕES”

John Searle começa *Nomes Próprios* retomando precisamente essa discussão de Frege a respeito das identidades informativas. No início do artigo, Searle questiona a sugestão de Frege de que a distinção analítico/sintético cumpre um papel nesse problema. Pode ser que “Túlio é Túlio” seja uma sentença trivialmente analítica, mas será “Túlio é Cícero” uma sentença sintética? Se considerarmos a concepção tradicional de analiticidade segundo a qual uma sentença é analítica se sua verdade for garantida em virtude das regras linguísticas, sem recurso à investigação empírica, então “[...] ambas são analiticamente verdadeiras, e ambas ilustram fatos contingentes a respeito de nosso uso dos símbolos” (SEARLE, 1958, p. 166).

À primeira vista, parece estranha a sugestão de Searle de que “Túlio é Túlio” ilustra um fato *contingente* a respeito de nosso uso dos símbolos. Mas Searle rejeita a ideia de que a diferença entre identidades não-informativas e informativas reside no fato de que as não-informativas sejam instâncias do axioma da autoidentidade (para qualquer x , $x=x$). Para Searle, a autoidentidade não vale irrestritamente para qualquer símbolo que se queira colocar no lugar de x . Searle nos convida a supor uma linguagem na qual haja regras de referência não apenas para as palavras enquanto *tipos* (*types*), mas também enquanto *ocorrências* (*tokens*), tal como em algumas formas de criptografia nas quais o mesmo objeto é referido por x , e em seguida por y , etc. Numa linguagem assim, “ $x=y$ ” é trivialmente analítica, enquanto “ $x=x$ ” não faz sentido.

Por outro lado, também parece estranha a ideia de que “Túlio é Cícero” seja analítica, ou seja, que as regras linguísticas seriam suficientes para determinar a verdade dessa sentença. A explicação para isso é que Searle parece entender por “regras linguísticas” algo que inclui uma lista de especificação dos referentes, isto é, uma lista do tipo “o nome ‘Túlio’ se refere ao objeto t , o nome ‘Cícero’ se refere ao objeto t , ...”. Se as regras linguísticas apenas *autorizassem* que dois nomes se referissem ao mesmo objeto, sem

especificar quais nomes se referem a quais objetos, elas seriam insuficientes para determinar a verdade de “Túlio é Cícero”. Por isso, Searle escreve que “[...] as regras linguísticas para o uso do nome ‘Cícero’ e as regras linguísticas para o uso do nome ‘Túlio’ são tais que ambos nomes se referem, sem descrever, ao mesmo objeto” (1958, p. 166).

Entretanto, Searle afirma que uma sentença como “Túlio é Cícero” também pode ser *sintética*; algumas sentenças dessa forma *não* são usadas para explicitar regras linguísticas. Um exemplo seria “Shakespeare era Bacon” – quem afirma essa frase não está interessado em explicar nenhuma convenção linguística, mas sim enunciar uma hipótese historiográfica. Para Searle, o que torna uma sentença sintética, então, não é o fato de ela não ser prevista por alguma regra linguística, mas sim o uso que um falante faz dela: podemos dizer que se trata de um critério *pragmático* para a sinteticidade. O objetivo de Searle no artigo é justamente explicar como esse uso sintético das identidades é possível, já que ele não pode ser explicado como um imprevisto das leis linguísticas.

Se considerarmos apenas as regras linguísticas, tais como consideradas anteriormente, chegaremos inevitavelmente à concepção milliana de que os nomes denotam, mas não conotam. Afinal, as relações entre “Túlio” e Túlio, e “Cícero” e Túlio, são completamente arbitrárias; os nomes nada nos informam sobre seus portadores. Então, sob essa perspectiva, os nomes próprios têm necessariamente um referente e, contingentemente, um sentido. Por outro lado, para ensinar ou aprender o nome de um objeto, é necessário *identificar* o objeto de algum modo, seja por ostensão, seja por descrição³. Nessa perspectiva contrastante, um nome próprio necessariamente tem de ter um sentido que forneça características que nos permitam identificar um possível referente. Conforme escreve Searle, “[...] parece que [o nome] não poderia ter um referente a menos que tenha um sentido, pois [de outra maneira] como [...] poderia ser correlacionado ao referente?” (SEARLE, 1958, p. 168).

Antecipando a argumentação de Kripke, Searle pergunta: não seria, por outro lado, possível que um objeto não satisfaça nenhuma das descrições que costumamos atribuir a ele e, ainda assim, o nome se refira a ele? Suponhamos que os feitos que associamos ao nome “Aristóteles” não tenham sido realizados por Aristóteles, mas sim por inúmeros indivíduos espalhados por vários continentes. Nesse caso, Searle responde que o suposto objeto único denotado pelo nome “Aristóteles” simplesmente não existe; o nome “Aristóteles” passa a se tornar o nome de uma entidade fictícia, semelhante a “Pégaso” ou “Papai Noel”, e, assim, pode ser objeto de uma análise russelliana. Nesse sentido, parece que os nomes necessariamente

³ A menos, é claro, que já se saiba um dos nomes do objeto. De qualquer modo, nesse caso, é preciso saber identificar o referente do primeiro nome. Se alguém perguntar “quem é Álvaro de Campos?”, “Álvaro de Campos é Fernando Pessoa” pode ser uma resposta satisfatória, mas apenas se o autor da pergunta souber identificar, em primeiro lugar, Fernando Pessoa.

têm um sentido e apenas contingentemente uma referência.

Há, então, duas visões alternativas em conflito. A primeira, baseada nas regras linguísticas, sugere que nomes próprios têm necessariamente um referente e, contingentemente, um sentido. A segunda, que envolve considerações epistêmicas, sugere o oposto: nomes próprios têm necessariamente um sentido e apenas contingentemente uma referência (pensando, por exemplo, nos nomes de objetos fictícios). Searle começa analisando esta segunda posição.

O que é o sentido de um nome? Certamente não pode ser uma descrição completa do objeto, caso contrário, qualquer enunciado do tipo “Machado de Assis escreveu *Dom Casmurro*” seria uma tautologia (e, obviamente, contradizê-lo seria incorrer em contradição), qualquer mudança mínima ocorrida no objeto já causaria uma mudança no sentido do nome, e assim por diante (p. 169). Podemos, então, nos perguntar quais seriam as condições necessárias e suficientes para que um nome em particular se aplique a um objeto em particular.

Podemos encontrar uma resposta a essa pergunta, segundo Searle, se começarmos por uma caracterização a respeito de qual a função dos nomes próprios na linguagem. Os nomes próprios diferem das descrições definidas, de acordo com Searle, pois se referem a seus objetos sem especificar nenhuma característica que estes tenham de possuir – isto é, nenhuma condição necessária e suficiente – para que a referência seja bem-sucedida. Mesmo assim, Searle ressalta que o uso referencial dos nomes próprios pressupõe que os objetos referidos tenham certas características. Assim, usos referenciais do nome “Aristóteles” pressupõem “[...] a existência de um objeto a respeito do qual um certo número suficiente mas até então não especificado [de enunciados descritivos] é verdadeiro” (p. 171).

O ponto é que os nomes próprios não trazem consigo condições necessárias e suficientes para sua aplicação; eles apenas *pressupõem* a existência de um objeto cujas propriedades podem servir como modos de apresentação, que por sua vez se penduram no nome como roupas em um gancho. Enquanto é possível esquadrihar o mundo em busca do “autor de *Dom Casmurro*”, tendo em mãos apenas essa descrição, o mesmo não pode ser dito a respeito de “Machado de Assis”. Presume-se que um certo número de descrições são verdadeiras a respeito de Machado de Assis, mas não há um número preciso que determine quando uma determinada aplicação do nome “Machado de Assis” é bem-sucedida. Esse ponto é desenvolvido em uma importante passagem perto do fim do artigo de Searle:

Perguntar pelos critérios para a aplicação do nome “Aristóteles” é perguntar no modo formal o que é Aristóteles; é perguntar por um conjunto de *critérios de identidade* para o objeto Aristóteles. “O que é Aristóteles?” e “Quais são os critérios para aplicar o

nome ‘Aristóteles?’” fazem a mesma pergunta. Portanto, se concordássemos com antecedência que usaríamos o nome para precisamente aquelas características que constituíssem a identidade de Aristóteles, nossas regras para usar o nome seriam precisas. [...] [O] nome em si se tornaria supérfluo, pois se tornaria logicamente equivalente a este conjunto de descrições. (p. 171, grifos meus)

De fato, escreve Searle, é precisamente nesse fato que reside a utilidade de um nome próprio. Ao separar a função referencial da função descritiva da linguagem, os nomes próprios nos permitem referir sem que tenhamos de especificar condições de identidade toda vez que a referência é feita. E ainda: “[...] eles [os nomes próprios] não funcionam como descrições, mas como ganchos [pegs] para pendurar descrições” (p. 172). Com essas considerações, Searle retorna à pergunta inicial: nomes próprios têm sentido? Se sentido for uma descrição, ou especificação das características dos objetos, a resposta é “não”; porém, se a pergunta significar “os nomes próprios estão conectados logicamente a características dos objetos a que se referem”, a resposta é “sim, mas de maneira frouxa” (p. 172). Assim, a sentença “Túlio é Cícero” seria analítica se os pressupostos descritivos associados a cada um dos nomes fossem idênticos, e sintética no caso contrário.

5 UMA NOVA INTERPRETAÇÃO PARA “NOMES PRÓPRIOS”

Conforme afirmamos no início deste artigo, a interpretação usual para o artigo de Searle é a de que ele representaria um desenvolvimento da teoria de Russell, que supostamente associava uma única descrição definida a cada nome próprio (DEVITT; STERELNY, 1999; LYCAN, 2008). Se essa fosse, de fato, a posição de Russell⁴, haveria duas objeções óbvias contra ela: primeiro, qual seria “a” descrição “correta” para um nome qualquer, digamos, Machado de Assis?; segundo, duas pessoas não podem associar descrições diferentes a um mesmo nome? Essa nova teoria descritivista que Searle estaria propondo aqui, a teoria do “agregado de descrições”, supostamente se encontraria manifesta no seguinte trecho:

Dito de outro modo, suponha que perguntemos “por que temos nomes próprios?” Obviamente, para nos referirmos a indivíduos. “Sim, mas as descrições poderiam fazer isso por nós.” Mas apenas ao custo de especificar condições de identidade toda vez que a referência é feita: suponha que concordemos em abandonar “Aristóteles” e passemos a usar, digamos, “o professor de Alexandre”; assim, é uma verdade necessária que o homem ao qual estamos nos referindo é o professor de Alexandre – mas

⁴ Para argumentos em favor da ideia de que Russell já admitia que mais de uma descrição associada a cada nome, ver Costa (2009).

é um fato contingente que Aristóteles tenha sido professor de alguém (embora eu esteja sugerindo que é um fato necessário que Aristóteles tenha a soma lógica, disjunção inclusiva, das propriedades comumente atribuídas a ele: qualquer indivíduo que não tivesse pelo menos algumas dessas propriedades não poderia ser Aristóteles). (p. 172)

É anacrônico atribuir a Searle a noção kripkeana de necessidade metafísica, que somente seria exposta doze anos mais tarde. No trecho entre parênteses, Searle está querendo dizer que Aristóteles *no mundo atual*, e não em alguma situação contrafactual kripkeana, tem pelo menos algumas das propriedades comumente atribuídas a ele (ZVOLENSZKY, 2012, p. 118). De acordo com a suposta teoria do agregado, o nome “Aristóteles” seria equivalente ao conjunto de descrições que remetem aos feitos e propriedades de Aristóteles.

Porém, de acordo com a interpretação alternativa, dita *pressuposicional*, de Zvolenszky (2012), a teoria que Searle apresenta neste artigo é muito mais próxima da teoria causal do que se costuma pensar. Podemos apresentar a interpretação pressuposicional como uma tentativa reconstruir a resposta de Searle à pergunta descritiva que considerávamos no início deste artigo. Zvolenszky distingue dois tipos de casos mencionados por Searle: ordinários e extraordinários. Os casos extraordinários são as afirmações de identidade (“Túlio é Cícero”) e as afirmações existenciais (podendo ser negativas, tais como “Aristóteles nunca existiu”); os ordinários são todos os outros usos referenciais dos nomes próprios.

Nos casos ordinários, a contribuição semântica de um nome próprio é o referente em si, como na teoria causal. Nesses casos, há apenas a *pressuposição* de que a maioria das descrições associadas a “Aristóteles” é satisfeita pelo referente do nome (ZVOLENSZKY, 2012, p. 133). Porém, esse conjunto de descrições não cumpre qualquer papel semântico nesses casos. Por outro lado, os casos extraordinários, de acordo com Zvolenszky, “[...] não têm um *papel semântico estável*” (2012, p. 127). Esse é um ponto já levantado no críptico § 79 das *Investigações* de Wittgenstein (2009 [1953]): o que exatamente se quer dizer com “Moisés nunca existiu”? Nos casos extraordinários, ao invés da pressuposição, aí sim ocorre a *asserção* de que certo objeto satisfaz a maioria das descrições associadas ao nome.

O que dizer da pergunta fundacional? Embora Zvolenszky não discuta esse ponto, podemos tentar brevemente reconstruir uma resposta a partir do que Searle expõe na obra *Intencionalidade* (1995 [1983], p. 321ss). Lá, curiosamente, Searle afirma que a “resposta óbvia” dada pela teoria causal tem um fundo descritivista. Quer dizer, sem que haja um “conteúdo intencional” – que em 1983 cumpre o papel do que Searle chamava em 1958 de “conjunto de pressuposições” – associado a um nome, a transmissão da referência de falante para falante está fadada ao fracasso.

Porém, a legitimidade dessas interpretações pode ser avaliada na tradução que a seguir apresentamos.

REFERÊNCIAS

- BRITO, Adriano Naves de. **Nomes Próprios**: semântica e ontologia. Brasília: Editora da UnB, 2003.
- COSTA, Claudio. Teorias descritivistas dos nomes próprios. **Dissertatio**, Pelotas, v. 30, verão, p. 185–195, 2009.
- DEVITT, Michael; STERELNY, Kim. **Language and reality**: an introduction to the philosophy of language. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1999.
- DONNELLAN, Keith S. Reference and definite descriptions. **Philosophical Review**, Durham, v. 75, n. 3, p. 281–304, 1966.
- DUMMETT, Michael. **Frege**: philosophy of language. New York: Harper & Row, 1973.
- FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. Trad. P. Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009. p. 129–158.
- KRIPKE, Saul A. **O nomear e a necessidade**. Lisboa: Gradiva, 2012 [1972].
- LYCAN, William G. **Philosophy of language**: a contemporary introduction. London: Routledge, 2008.
- MILL, John Stuart. **A system of logic ratiocinative and inductive**. Vol. I. London: Routledge & Kegan Paul, 1974 [1843].
- PUTNAM, Hilary. O significado de 'significado'. Trad. Alexandre Müller Fonseca. **Cognitio-Estudos**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 280–326, 2013 [1975].
- RUSSELL, Bertrand. On denoting. **Mind**, Oxford, v. 14, n. 56, p. 479–493, 1905.
- _____. **The philosophy of logical atomism**. Chicago: Open Court, 1985 [1918].
- SEARLE, John R. Proper Names. **Mind (New Series)**, Oxford, v. 67, n. 266, p. 166–173, 1958.
- _____. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [1983].
- STALNAKER, R. Reference and necessity. In: HALE, Bob; WRIGHT, Crispin (Ed.). **A companion to the philosophy of language**. Oxford: Blackwell, 1997. p. 534–554.
- STRAWSON, P. F. On referring. **Mind (New Series)**, Oxford, v. 59, n. 235, p. 320–344, 1950.
- ZVOLENSZKY, Z. Searle on analyticity, necessity, and proper names. **Organon F**, Bratislava, v. 19, p. 109–136, 2012.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 2009 [1953].
- WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994 [1921].

• **PROPER NAMES**
AND PRESSUPPOSITIONS •

Abstract: This article is an introduction to the Brazilian translation of John Searle's article Proper Names, originally published in 1958. After a brief presentation of classical theories of reference for proper names, I offer elements for a new interpretation of Searle's text based on Zsófia Zvolenszky's "presuppositional view".

Keywords: Theories of reference. Proper names. Descriptivism.

• **NOMBRES PROPIOS**
Y PRESUPOSICIONES •

Resumen: Este artículo es una introducción a la traducción brasileña del artículo Nombres Propios de John Searle, originalmente publicado en 1958. Después de una breve presentación de las teorías clásicas de la referencia para nombres propios, ofrecemos elementos para una nueva interpretación del texto de Searle fundamentada en la "visión presuposicional" de Zsófia Zvolenszky.

Palabras clave: Teorías de la referencia. Nombres propios. Descriptivismo.

GA·VA·AAI·



JOHN R. SEARLE NOMES PRÓPRIOS | TRAD. JERZY BRZOWSKI

• NOMES PRÓPRIOS •

• JOHN R. SEARLE •

Originalmente publicado em Mind, v. LXVII, n° 266, abril de 1958, p. 166–173.

• JERZY BRZOWSKI •

Professor do curso de Licenciatura em Filosofia- Universidade Federal da Fronteira Sul
Campus Erechim- Email: jerzyab@gmail.com

NOMES PRÓPRIOS

POR JOHN R. SEARLE¹

[[166] Os nomes próprios têm sentidos? Frege² argumenta que eles devem ter sentidos, caso contrário, pergunta ele, como poderiam as afirmações³ de identidade ser outra coisa que não trivialmente analíticas. Como pode, pergunta ele, uma afirmação da forma $a = b$, se verdadeira, diferir em valor cognitivo de $a = a$? A resposta dele é que embora “a” e “b” tenham o mesmo referente, elas têm, ou podem ter, *sentidos* diferentes, caso em que a afirmação é verdadeira, embora não o seja analiticamente. Mas essa solução parece mais apropriada quando “a” e “b” são ambas descrições definidas não sinônimas, ou quando uma é uma descrição definida e a outra é um nome próprio, do que quando ambas são nomes próprios. Considere, por exemplo, afirmações feitas com as sentenças a seguir:

(a) “Túlio = Túlio” é analítica.

Mas será que

(b) “Túlio = Cícero” é sintética?

Se sim, então cada nome deve ter um sentido diferente, o que parece muito implausível à primeira vista, pois não costumamos pensar sobre os nomes próprios como tendo um sentido à maneira que os predicados o têm; por exemplo, não damos definições para nomes próprios. É claro que (b) nos fornece uma informação não veiculada por (a). Mas essa informação é a respeito das palavras? A afirmação não é sobre as palavras.

Por enquanto, consideremos a visão de que (b) é, como (a), analítica. Uma afirmação é analítica se e somente se for verdadeira em virtude das regras linguísticas apenas, sem qualquer recurso à investigação empírica. As regras linguísticas para o uso do nome “Cícero” e as regras linguísticas para o uso do nome “Túlio” são tais que ambos os nomes se referem, sem descrever, ao mesmo objeto; assim, parece que a verdade da identidade pode ser estabelecida sem que seja preciso recorrer a outra coisa além dessas regras, e a afirmação é analítica. O sentido no qual a afirmação é informativa é o sentido no qual qualquer afirmação analítica é informativa; ela ilustra ou exemplifica certos fatos contingentes sobre as

palavras, embora, é claro, não descreva esses fatos. Nesse relato, a diferença entre (a) e (b), acima, não é tão grande quanto pode parecer a princípio. Ambas são analiticamente verdadeiras, e ambas ilustram fatos contingentes sobre nosso uso dos símbolos. Alguns filósofos afirmam que (a) é [[167] fundamentalmente diferente de (b) porque uma afirmação realizada utilizando essa forma será verdadeira para qualquer substituição arbitrária de “Túlio” por outro símbolo⁴. Isso, desejo argumentar, não é assim. O fato de que a mesma marca se refere ao mesmo objeto em duas diferentes ocasiões de uso é um costume conveniente, porém contingente e, de fato, podemos facilmente imaginar situações nas quais esse não seria o caso. Suponha, por exemplo, que tenhamos uma língua na qual as regras para usar símbolos estão correlacionadas não simplesmente com uma palavra-tipo, mas com a ordem de aparecimento de suas ocorrências no discurso. Alguns códigos são assim. Suponha que, a primeira vez que nos referimos a um objeto em nosso discurso, usamos “x”; a segunda vez, usamos “y” etc. Para qualquer um que saiba esse código, “ $x = y$ ” é analítica e “ $x = x$ ” é sem sentido [*senseless*]. Esse exemplo foi projetado para ilustrar a similaridade de (a) e (b) acima; ambas são analíticas e ambas nos fornecem informações sobre o uso das palavras, ainda que as informações sejam diferentes. A verdade das afirmações de que Túlio = Túlio e de que Túlio = Cícero se seguem das regras linguísticas. Mas o fato de as palavras “Túlio = Túlio” serem usadas para expressar essa identidade é tão contingente quanto, embora mais universalmente convencional em nossa linguagem, que o fato de as palavras “Túlio = Cícero” serem usadas para expressar a identidade do mesmo objeto.

Essa análise nos permite ver como tanto (a) quanto (b) podem ser usadas para fazer afirmações analíticas e como em tais circunstâncias poderíamos adquirir informações diferentes a partir delas, sem nos forçar a seguir qualquer uma das soluções propostas por Frege, isto é, que as duas proposições são, em algum sentido, sobre as palavras (*Begriffsschrift*); ou a solução revisada, na qual os termos têm a mesma referência mas sentidos diferentes (*Sinn und Bedeutung*). Embora essa análise permita ver como uma sentença como (b) *poderia* ser usada para fazer uma afirmação analítica, não se segue que ela não poderia também ser usada para fazer uma afirmação sintética. E, de fato, algumas afirmações de identidade utilizando dois nomes próprios são claramente sintéticas; pessoas que argumentam que Shakespeare era Bacon não estão propondo uma tese sobre a linguagem. No que se segue, espero examinar a conexão entre nomes próprios e seus referentes de tal maneira que seja possível mostrar como ambos os tipos de afirmações de identidade são possíveis, e ao fazer isso, mostrar em que sentido um nome próprio tem um sentido.

Até agora, considerei a visão de que as regras que governam o uso de um nome próprio são tais que ele é usado para se referir a, e não

¹ Originalmente publicado em *Mind*, v. LXVII, n° 266, abril de 1958, pp. 166–173. Link para a publicação original: <http://mind.oxfordjournals.org/content/LXVII/266.toc> Traduzido por Jerzy Brzozowski; o tradutor gostaria de agradecer a Henrique de Lima Santos e Ani Marchesan pela revisão. Copyright da tradução: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2014. Esta tradução não pode ser publicada em outro meio sem a autorização expressa da Oxford University Press e do corpo editorial da revista *Gavagai*.

² *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, editado por Geach e Black, pp. 56ss.

³ No original, “statements”. Procuramos manter a consistência com a qual Searle se vale desse termo, sempre traduzindo-o por “afirmação”, e utilizamos a já consagrada tradução “sentença” para “sentence”. [N. do T.]

⁴ W.V. Quine, *De um Ponto de Vista Lógico*, especialmente cap. 2.

descrever, um objeto em particular, e que ele tem referência mas não sentido. Porém, perguntemo-nos como ocorre que sejamos capazes de nos referir |[168] a um objeto em particular utilizando seu nome. Como, por exemplo, aprendemos e ensinamos o uso dos nomes próprios? Isso parece muito simples – identificamos o objeto e, pressupondo que nosso aprendiz entende as convenções gerais que governam os nomes próprios, explicamos que esta palavra é o nome daquele objeto. Neste caso, ao menos que nosso aprendiz já saiba outro nome próprio do objeto, podemos apenas *identificar* o objeto (a preliminar necessária para ensinar o nome) através da ostensão ou descrição; e, em ambos os casos, identificamos o objeto em virtude de algumas de suas características. Então, parece que as regras para um nome próprio devem, de algum modo, estar logicamente ligadas a características particulares do objeto de tal maneira que o nome tem um sentido além de uma referência; com efeito, parece que ele não poderia ter uma referência a menos que tivesse um sentido, afinal, a menos que tivesse um sentido, como poderia ser correlacionado ao objeto?

Suponha que alguém responda a esse argumento da seguinte maneira: “As características utilizadas para ensinar o nome não são as regras para usá-lo: são simplesmente dispositivos pedagógicos empregados para ensinar o nome a alguém que não saiba usá-lo. Assim que nosso aprendiz tenha identificado o objeto ao qual o nome se aplica, ele pode esquecer ou ignorar essas várias descrições através das quais identificou o objeto, pois elas não são parte do sentido do nome; o nome não tem um *sentido*. Suponha, por exemplo, que ensinemos o nome ‘Aristóteles’, explicando que ele se refere a um filósofo grego nascido em Estagira, e suponha que nosso estudante continue a usar o nome corretamente, que descubra mais informações sobre Aristóteles, e assim por diante. Suponha que se descubra mais tarde que Aristóteles não nasceu em Estagira, mas em Tebas. Nesse caso, não diríamos que o significado [*meaning*] do nome mudou, ou que Aristóteles não existiu. Dito de maneira breve, explicar o uso de um nome citando características do objeto não é fornecer as regras para o nome, pois as regras não têm nenhum conteúdo descritivo. Elas simplesmente correlacionam o nome ao objeto, independentemente de quaisquer descrições dele.”

Mas esse argumento é convincente? Suponha que a maioria ou até mesmo a totalidade de nosso conhecimento fatural sobre Aristóteles não se revelasse verdadeiro sobre ninguém, ou então fosse verdadeiro a respeito de diversas pessoas morando em diferentes continentes ao longo de diferentes séculos. Não diríamos, por essa razão, que Aristóteles não existiu, e que o nome, embora tenha um sentido convencional, não se refere a ninguém? Nessa alternativa, se alguém dissesse que Aristóteles não existiu, isso deveria simplesmente ser outra maneira de dizer que “Aristóteles” não denota nenhum objeto, e nada além disso; mas se alguém dissesse que Aristóteles |[169] não existiu, pode ser que essa pessoa queira dizer muito mais do que simplesmente que o

nome não denota ninguém⁵. Se, por exemplo, contestássemos essa afirmação, apontando para o fato de que um homem chamado “Aristóteles” viveu em Hoboken em 1903, nosso interlocutor não encararia isso como uma resposta relevante. Dizemos de Cérbero e Zeus que nenhum deles jamais existiu, sem significar que nenhum objeto jamais teve esses nomes, mas apenas que certos tipos (descrições) de objetos nunca existiram e tiveram esses nomes. Então, agora parece que os nomes próprios necessariamente têm um sentido, e que, apenas contingentemente, têm uma referência. Eles começam a se parecer mais e mais com abreviadas, e talvez vagas, descrições.

Tentemos resumir essas duas visões conflitantes: a primeira afirma que nomes próprios têm essencialmente uma referência, mas nenhum sentido – nomes próprios denotam mas não conotam; a segunda afirma que eles essencialmente têm um sentido e apenas contingentemente uma referência – só conseguem referir⁶ sob a condição de que um e apenas um objeto satisfaz seu sentido.

Essas duas visões são caminhos que levam a sistemas metafísicos divergentes e grisalhos. A primeira leva a objetos últimos de referência, as substâncias dos escolásticos e os *Gegenstände* do *Tractatus*. A segunda leva à identidade dos indiscerníveis, e a variáveis de quantificação como únicos termos referenciais da linguagem. A estrutura sujeito-predicado da linguagem sugere que a primeira visão deve estar certa, mas o modo como usamos e ensinamos o uso de nomes próprios sugere que ela não pode estar correta: um problema filosófico.

Começemos examinando a segunda. Se for afirmado que cada nome próprio tem um sentido, deve ser legítimo perguntar a respeito de qualquer nome: “qual é seu sentido?”. Se for afirmado que um nome próprio é uma espécie de descrição abreviada, devemos ser capazes de apresentar a descrição que ocupa o lugar do nome próprio. Mas como devemos fazer isso? Se tentarmos apresentar uma descrição completa do objeto, como o sentido de um nome próprio, consequências estranhas ocorreriam: por exemplo, qualquer afirmação verdadeira sobre o objeto utilizando seu nome como sujeito seria analítica, qualquer afirmação falsa seria auto-contraditória, e o significado do nome (e talvez a identidade do objeto) mudaria a cada mudança do objeto, ou o nome teria diferentes significados para pessoas diferentes etc. Então, suponha que perguntemos quais são as condições necessárias e suficientes para aplicarmos um nome particular a um objeto particular. Suponha, para fins de argumento, que temos meios independentes para localizar um objeto; então, quais são as condições para aplicar um nome a |[170] ele? Quais são as condições para dizer, por exemplo, “este é Aristóteles”? À primeira

⁵ Cf. Wittgenstein, *Investigações Filosóficas*, § 79.

⁶ Embora o uso não-reflexivo e intransitivo do verbo “referir” não seja usual em português, optamos por mantê-lo na tradução em casos nos quais a alternativa — a locução “referir-se a algo” — dificultaria a compreensão da frase. [N. do T.]

vista, essas condições parecem ser simplesmente que o objeto deve ser idêntico ao objeto originalmente batizado com esse nome, de modo que o sentido do nome consista em uma afirmação ou conjunto de afirmações que apresente as características que constituem essa identidade. O sentido de “este é Aristóteles” poderia ser “este objeto é espacotemporalmente contínuo com um objeto originalmente chamado ‘Aristóteles’”. Mas isso não seria suficiente, pois, como já foi sugerido, a força de “Aristóteles” é maior que a de “idêntico a um objeto nomeado ‘Aristóteles’”, pois não é qualquer objeto chamado “Aristóteles” que servirá. “Aristóteles”, aqui, se refere a um objeto em particular chamado “Aristóteles”, não a qualquer um. “Chamado ‘Aristóteles’” é um termo universal, mas “Aristóteles” é um nome próprio, então “isto se chama ‘Aristóteles’” é, na melhor das hipóteses, uma condição necessária mas não suficiente para a verdade de “este é Aristóteles”. Resumidamente e trivialmente, aquilo que constitui as condições necessárias e suficientes para a verdade de “este é Aristóteles” não é a identidade deste objeto com qualquer objeto chamado “Aristóteles”, mas sim sua identidade com Aristóteles.

Talvez possamos resolver o conflito entre as duas visões sobre a natureza dos nomes próprios nos perguntando qual é a função exclusiva [*unique function*] dos nomes próprios em nossa língua. Para começar, os nomes próprios se referem predominantemente, ou pretendem se referir, a objetos particulares; porém, é claro que outras expressões, como descrições definidas e demonstrativos, também realizam essa função. Então, qual é a diferença entre nomes próprios e outras expressões referenciais singulares? Diferentemente dos demonstrativos, um nome próprio refere sem pressupor quaisquer preliminares ou condições contextuais de fundo para a enunciação [*utterance*] da expressão. Diferentemente das descrições definidas, em geral, os nomes próprios não *especificam* quaisquer características dos objetos aos quais se referem. “Scott” se refere ao mesmo objeto que “o autor de *Waverley*”, mas “Scott” não especifica nenhuma de suas características, enquanto “o autor de *Waverley*” refere somente em virtude do fato de que especifica uma característica. Examinemos essa diferença mais de perto. Seguindo Strawson⁷, podemos dizer que os usos referenciais⁸ tanto dos nomes próprios quanto das descrições definidas pressupõem a existência de um e apenas um objeto que está sendo referido.

Como um nome próprio, em geral, não especifica nenhuma característica do objeto referido, pergunta-se: como ele consegue transmitir a referência? Como é que uma conexão entre nome e objeto chega a ser estabelecida? Para essa questão, que parece ser a crucial, pretendo responder dizendo que, embora os nomes

próprios normalmente não afirmem ou especifiquem nenhuma [171] característica, seus usos referenciais pressupõem que o objeto ao qual eles pretendem referir tenha certas características. Mas quais? Suponha que peçamos aos usuários do nome “Aristóteles” que nos digam quais fatos sobre Aristóteles eles consideram essenciais e bem-estabelecidos. Suas respostas seriam um conjunto de afirmações descritivas que se referem a um único objeto [*uniquely referring descriptive statements*]. Agora, o que estou argumentando é que a força descritiva de “este é Aristóteles” é asserir que um número suficiente, porém até agora inespecificado, dessas afirmações são verdadeiras a respeito do objeto. Portanto, usos referenciais de “Aristóteles” pressupõem a existência de um objeto a respeito do qual um número suficiente, mas até então inespecificado, dessas afirmações são verdadeiras. Usar um nome próprio referencialmente é pressupor a verdade de certas afirmações descritivas que se referem a um único objeto, mas não é comum realizar essas afirmações, nem indicar exatamente quais estão sendo pressupostas. E nisto reside a maior parte da dificuldade. A questão sobre o que constitui os critérios para “Aristóteles” é geralmente deixada em aberto, de fato raramente é levantada, mas quando é levantada, somos nós, usuários do nome, que decidimos de modo mais ou menos arbitrário quais serão os critérios. Se, por exemplo, das características que são tidas como verdadeiras a respeito de Aristóteles, descobríssemos que metade são verdadeiras a respeito de um homem e metade a respeito de outro, qual deles diríamos que é Aristóteles? Nenhum? Não há uma decisão padronizada a respeito de como responder essa questão.

Mas essa imprecisão a respeito de quais características constituem exatamente as condições necessárias e suficientes para a aplicação de um nome próprio seria um mero acidente, um produto do desleixo linguístico? Ou será que ela deriva da função que os nomes próprios realizam por nós? Perguntar pelos critérios para a aplicação do nome “Aristóteles” é perguntar, no modo formal, o que é Aristóteles; é perguntar por um conjunto de critérios de identidade para o objeto Aristóteles. “O que é Aristóteles?” e “quais são os critérios para aplicar o nome ‘Aristóteles?’” fazem a mesma pergunta. Portanto, se antes de usar o nome, concordássemos a respeito de quais características constituem a identidade de Aristóteles, nossas regras para o uso do nome seriam precisas. Mas essa precisão seria obtida apenas ao custo de que alguns predicados específicos seriam acarretados por meio de qualquer uso referencial do nome⁹. Com efeito, o nome em si se tornaria supérfluo, pois seria logicamente equivalente a este conjunto de descrições. Mas se esse fosse o caso, só conseguiríamos nos referir a um objeto ao descrevê-lo, enquanto na verdade é isso o que a instituição dos nomes próprios nos permite evitar, e o que distingue nomes próprios de descrições. Se os critérios

⁷ “Sobre o referir”, MIND, 1950.

⁸ Utilizamos essa expressão para traduzir *referring uses*, porque a julgamos menos problemática e ambígua que a alternativa “usos referentes”. Entretanto, o leitor deve atentar para o fato de que Searle não pode aqui estar pensando na distinção entre “uso referencial” e “uso atributivo”, uma vez que esta só seria proposta por Donnellan em 1966. [N. do T.]

⁹ No original: “*But this precision would be achieved only at the cost of entailing some specific predicates by any referring use of the name*”. [N. do T.]

para [[172] os nomes próprios fossem sempre bastante rígidos e específicos, então um nome próprio não seria nada além de uma abreviação desses critérios, e um nome próprio funcionaria exatamente como uma descrição definida elaborada. No entanto, a singularidade e imensa conveniência pragmática dos nomes próprios em nossas línguas se devem precisamente ao fato de nos permitirem fazer referência a objetos sem que sejamos forçados a concordar sobre quais características exatamente constituem a identidade do objeto. Eles não funcionam como descrições, mas como ganchos para pendurar descrições. Assim, a frouxidão dos critérios para nomes próprios é uma condição necessária para isolar a função referencial da função descritiva da linguagem.

Dito de outro modo, suponha que perguntemos: “por que temos nomes próprios?” Obviamente, para nos referirmos a indivíduos. “Sim, mas as descrições poderiam fazer isso por nós.” Mas apenas ao custo de especificar condições de identidade toda vez que a referência é feita: suponha que concordemos em abandonar “Aristóteles” e passemos a usar, digamos, “o professor de Alexandre”; assim, é uma verdade necessária que o homem ao qual estamos nos referindo é o professor de Alexandre – mas é um fato contingente que Aristóteles tenha sido professor de alguém (embora eu esteja sugerindo que é um fato necessário que Aristóteles tenha a soma lógica, disjunção inclusiva, das propriedades comumente atribuídas a ele: qualquer indivíduo que não tivesse pelo menos algumas dessas propriedades não poderia ser Aristóteles).

É claro que não se deve pensar que o único tipo de frouxidão em critérios de identidade para indivíduos é esse que descrevi como peculiar aos nomes próprios. Usos referenciais de descrições definidas podem levantar problemas de tipo bem diferente a respeito da identidade. Isso é especialmente verdadeiro sobre descrições definidas no passado. “Este é o homem que ensinou Alexandre” pode acarretar, por exemplo, que este objeto é espaçotemporalmente contínuo com o homem que ensina Alexandre em outro ponto do espaço-tempo: mas alguém também poderia argumentar que a continuidade espaço-temporal desse homem é uma característica contingente, e não um critério de identidade. E a natureza lógica da conexão de tais características com a identidade do homem podem mais uma vez serem frouxas, e não estarem decididas antes que surja um questionamento. Mas elas são frouxas em uma dimensão diferente daquela na qual citei como a frouxidão dos critérios para a aplicação de nomes próprios; e isso não afeta a distinção de função entre descrições definidas e nomes próprios, a saber, que as descrições referem apenas em virtude do fato de que os critérios não são frouxos no sentido original, pois elas referem ao nos dizer o que o objeto é. Os nomes próprios referem sem sequer levantar a questão a respeito de o que o objeto é. [[173]

Agora, podemos explicar como é que “Aristóteles” tem uma referência, mas não descreve, e apesar disso a afirmação “Aristóteles

never existed” diz mais do que que “Aristóteles” jamais foi usado para se referir a qualquer objeto. O que a afirmação diz é que um número suficiente dos pressupostos convencionais, afirmações descritivas, e usos referenciais de “Aristóteles” são falsos. Precisamente quais afirmações são ditas falsas ainda não está claro, pois quais condições constituem exatamente os critérios para a aplicação de “Aristóteles” não é algo que foi estabelecido pela linguagem.

Podemos agora resolver nosso paradoxo: um nome próprio tem um sentido? Se perguntamos se os nomes próprios são usados para descrever ou especificar características dos objetos, a resposta é “não”. Mas se perguntamos se os nomes próprios estão ou não conectados logicamente com características dos objetos a que se referem, a resposta é “sim, de modo frouxo”. (Isso mostra, em parte, a pobreza de uma abordagem rígida do tipo sentido-referência, ou denotação-conotação, para problemas na teoria do significado.)

Podemos esclarecer esses pontos, comparando nomes próprios paradigmáticos com nomes próprios degenerados, como “O Banco da Inglaterra”. Para este último, parece que o sentido é dado de modo direto como em uma descrição definida; os pressupostos, por assim dizer, sobem à superfície. E um nome próprio pode adquirir um uso rígido descritivo sem jamais ter a forma verbal de uma descrição: para os que creem, Deus é justo, onipotente, onisciente etc., *por definição*. É claro que a forma pode nos enganar; o Sacro Império Romano não era nem sacro, nem Romano etc., mas era ainda assim o Sacro Império Romano. Novamente, pode ser convencional usar “Martha” como um nome apenas para moças, mas se eu chamar meu filho de “Martha”, posso enganar [*I may mislead*], mas não minto.

Agora, reconsidere nossa afirmação original de identidade, “Túlio = Cícero”. Uma afirmação feita usando essa sentença seria, sugiro, analítica para a maioria das pessoas; as mesmas pressuposições estão associadas com cada nome. Mas é claro que, se os pressupostos descritivos fossem diferentes, ela poderia ser usada para fazer uma afirmação sintética; poderia até mesmo representar uma descoberta histórica da maior importância.



